

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS 1º OFÍCIO COMARCA DE CASCAVEL - CEARÁ	INSCRIÇÃO	332
Rua Prof. Luiz Benício Sampaio - 1998 - Centro - Fone: (085)33342099	LIVRO A - 01	DATA 30.11.2016
FRANCISCO JARBAS ARAÚJO - OFICIAL	FOLHA :	RUBRICA:

INSCRIÇÃO-R-1 332. REGISTRO DA ATA DO CONSÓRCIO MUNICIPAL PARA ATERRO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – UNIDADE CASCAVEL – “COMARES-UCV”. ATA DE REUNIÃO PARA FORMAÇÃO DE CONSÓRCIO DA REGIÃO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL. DATA: 08.10.2010. HORA: 09:00 horas. LOCAL: AUDITÓRIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-CEARÁ. ASSUNTO: a) Eleição dos Representantes Legais do Consórcio para Aterro de Resíduos Sólidos-Unidade Cascavel; b) Eleição do Conselho Fiscal; c) Análise e Aprovação do Estatuto e Regimento Interno e demais deliberações. **1. PARTICIPANTES:** 1) PREFEITOS: DÉCIO PAULO BONILHA MUNHOZ- Prefeito Municipal de Cascavel; ODIVER FACÓ- Prefeito Municipal de Beberibe; REGINA LÚCIA VASCONCELOS ALBINO-Prefeita Municipal de Pindoretama; **2- CONVIDADOS:** Regina Lúcia de Pinho Rego-Assessora Jurídica e Técnica do IDC; Fernando José Vieira de Freitas-Assessor Jurídico do IDC; Eliacy Teixeira-Assessora do IDC; Myria dos Santos Moreira-Técnica do IDC; Antônio Clementino Filho-Secretario de Educação de Cascavel; Francisco Edson Farias Braga-Coordenador de Infra- Estrutura de Cascavel; João Batista Araújo-Secretário de Infra- Estrutura de Beberibe; Francisco Lopes de Sousa-Coordenadora da Secretaria de Obras de Cascavel; Mahyra Lima Ciriaco-Coordenadora da Secretaria de Turismo-Cascavel; Claudio Hagihara-Secretário Meio Ambiente de Cascavel; José Vale Albino Junior-Vice Prefeito de Pindoretama; Nazareno Almeida Gomes-Chefe de Gabinete de Pindoretama; Eli da Silva Costa-Secretario de Infra-Estrutura de Pindoretama; Adriano de Souza Nogueira-Secretario de Educação de Cascavel; Carlos Alberto Rios Nogueira-Secretário de Meio Ambiente de Beberibe; José Roberto B. Mariano-Presente do COMDEMA de Cascavel; Haroldo Vale de Brito- Vereador de Cascavel; Thiago Camilo Ciriaco-Vereador de Cascavel; Robério Facó Miranda Paula Pessoa-Vereador de Beberibe; Vicente Junior Fernandes Maia-Vereador de Beberibe. Dando início aos trabalhos, após constatado a ocorrência de quórum mínimo, tomou a palavra a Dra Regina Lúcia de Pinho Rego, Presidente do Instituto para Desenvolvimento de Consórcios-IDC, responsável pelo processo de Formação de Consórcio Públicos, devidamente credenciado pela Secretaria das Cidades do Governo do Estado do Ceará, dando boas vindas a todos presentes e passando a palavra ao anfitrião que ressaltou a importância do evento, agradecendo a presença de todos. Em seguida, retomou a palavra a representante do IDC que deu início aos trabalhos convocando os gestores para eleição da Presidência, Vice-Presidência e Diretoria Executiva, que em consenso ficou assim deliberada: Na qualidade de Presidente do Consorcio foi eleito o Gestor do Município de Cascavel, Sr **DÉCIO PAULO BONILHA MUNHOZ**; na qualidade de Vice-Presidente, acumulando com a Diretoria Operacional, o Gestor do Município de BEBERIBE Sr ODIVAR FACO e na qualidade de Diretora Administrativo, acumulando com a Diretoria Financeira, a Gestora do Município de Pindoretama, Sra REGINA LÚCIA VASCONCELOS ALBINO. Finalizada a eleição, foi dado os parabéns a todos eleitos passando a eleição dos Representantes do Conselho Fiscal assim composto: Na qualidade de Titulares, os representantes dos legislativos: Sr HAROLDO VALE DE BRITO, da Câmara Municipal de Cascavel, Sr JORGE LUIZ N da Câmara Municipal de Beberibe; Sr JORGE LUIZ NOGUEIRA da Câmara Municipal de Pindoretama e Sr ROBERIO FACÓ MIRANDA PAULA PESSOA, vereador do Município de Beberibe. Na qualidade de suplentes, os vereadores: Sr THIAGO CAMILO CIRIACO, da Câmara Municipal de Cascavel; Sr VICENTE JUNIOR FERNANDES MAIA da Câmara Municipal de Beberibe, e Sr ANTONIO CANDIDO FERRO da Câmara Municipal de Pindoretama. Parabenizando aos eleitos foi ressaltado a importância e o papel dos Conselheiros Fiscais dentro do Consórcio. Dando continuidade, pelo Presidente foi convocada a instauração de Assembleia Geral para apresentação, pela representante do IDC, da minuta do Estatuto do Consórcio sendo submetido à análise e apreciação. Na oportunidade foi colocada a necessidade de abertura do prazo para apresentação de emendas, sendo por todos dispensados,

AUTENTICAÇÃO
Esta folha é a 01 de um conjunto de ___
objeto da certidão lavrada na última

Oficial / Dubstituta

administração indireta; V – A aquisição ou a administração dos bens que possam estar direta ou indiretamente relacionados ao funcionamento de Aterro para uso compartilhado do Consórcio ou de seus municípios integrantes. § 1º. Mediante requerimento do interessado, é facultado à Assembleia Geral devolver qualquer dos poderes mencionados no inciso I do caput à administração direta do Município consorciado; § 2º. O consórcio somente poderá prestar serviço público nos termos de contrato de programa que celebrar com o ente consorciado. § 3º. Os bens adquiridos ou administrados na forma do inciso V do caput serão de uso exclusivo dos entes que contribuíram para a sua aquisição ou administração no geral. Nos casos de retirada de consorciado ou de extinção do Consórcio, os bens permaneceram em condomínio, até a autorização que seja extinto mediante ajuste entre os interessados; § 4º. O COMARES – UCV – UNIDADE DE CASCAVEL, priorizar nas aquisições e contratações do Consórcio art. 7º, XI, Lei 12.305/2010 produtos reciclados e recicláveis, bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis, com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis; e § 5º. Havendo declaração de utilidade, necessidade pública ou interesse social emitida pelo Município no qual o bem ou direito se situe, fica o Consórcio autorizado a promover as desapropriações, proceder a requisições ou instituir as servidões necessárias à consecução de seus objetivos; VI – A promoção de toda a qualquer comercialização de matéria prima e/ou produtos derivado do funcionamento do aterro sanitário, revertendo para o Consórcio os valores arrecadados desta operação; VII – A busca de alternativas e tecnologias para o desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental, voltados para a melhoria do reaproveitamento energético, com base em experiências comprovadas e economicamente viáveis, que permitam soluções efetivas de combate à poluição e degradação ambiental, preservando os recursos naturais e promovendo o tratamento e a consequente eliminação de gases nocivos a vida; VIII – O zelo pela proteção de saúde pública e da qualidade ambiental no desempenho de suas funções; IX – O incentivo a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem e o tratamento dos resíduos sólidos, bem como promover a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos que forem direcionados ao aterro; X – A promoção e a articulação entre as diferentes esferas do poder público e, destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão associadas dos resíduos sólidos; XI – A adoção, o desenvolvimento e o aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais; XII – A segurança a regularidade, a continuidade, a funcionalidade e a universalização da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos e rejeitos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos de serviços prestados como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira em conformidade com o estabelecimento na Lei nº. 11.445/2007; XIII – O reconhecimento do resíduo sólido, reutilizado e reciclado como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania; e XV – A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.

CAPÍTULO IV. DA GESTÃO ASSOCIADA.
CLÁUSULA SÉTIMA – DA AUTORIZAÇÃO DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. O Consórcio Municipal para Aterro de Resíduos Sólidos – Unidade Cascavel – COMARES – UCV, foi autorizado em seu Contrato de Constituição a promover a gestão associada de resíduos Sólidos regionalizado, objetivando principalmente a integração de serviços de forma eficaz e menos onerosa para seus entes consorciados. § 1º. A gestão associada descrita no caput desta Cláusula, refere-se às atividades relacionadas com o planejamento, à regulação e à fiscalização e, nos termos de contrato de programa, à prestação do serviço; § 2º. O consórcio pode exercer a gestão associada de outros serviços públicos não previstos em seu Contrato de Constituição, desde que seja solicitada por qualquer um dos entes consorciados, aprovada em Assembleia Geral por metade dos municípios consorciados e mediante autorização dada por lei submetida a todas as Câmaras Municipais; § 3º. O Consórcio está autorizado a emitir documentos de cobrança e a exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pelos serviços públicos prestados quer seja pelo próprio Consórcio ou por seus entes consorciados, mediante contrato de programa; § 4º. Em se tratando de assuntos de interesse comum, o Consórcio poderá representar seus entes integrantes perante outras esferas de governo, desde que devidamente aprovado em Assembleia e com consentimento expresso do ente representado; e § 5º. Para atender as políticas de resíduos sólidos, federal, estadual e dos municípios consorciados, conforme

determina a Lei nº. 12.305/2010, o Consórcio está autorizado a utilizar os seguintes instrumentos, dentre outros: a – os planos municipais de resíduos sólidos; b – a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; c – o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou demais formas de associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos municípios integrantes do Consórcio; d – a cooperação no monitoramento e na fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária quando couber; e – a cooperação técnica e financeira entre os setores públicos dos entes consorciados ou não, para o desenvolvimento de pesquisas, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; f – a educação ambiental; g – os incentivos fiscais, financeiros, e creditícios; h – os fundos de meio ambiente e os sistemas de informações sobre gestão dos resíduos sólidos e de saneamento básico; j – os órgãos colegiados municipais e estaduais, destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos e os conselhos de meio ambiente, e no que couber os de saúde; e i – os instrumentos da política nacional e estadual de resíduos sólidos e meio ambiente, no que couber, tais como: padrões de qualidade ambiental, cadastros técnicos, sistemas de informações, termos de compromisso e ajustamento de conduta, dentre outros.

CLÁUSULA OITAVA – DA ÁREA DA GESTÃO ASSOCIADAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS gestão associada abrangerá preferencialmente o serviço prestado nos territórios dos Municípios que efetivamente se consorciarem.

PARÁGRAFO ÚNICO. A prestação do serviço pelo Consórcio em território diferente dos Municípios consorciados se dará por meio de instrumento jurídico firmado com o tomador do serviço, desde que seja operacional e economicamente viável ao Consórcio e previamente submetida à aprovação em Assembleia.

CLÁUSULA NONA. – DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS AO CONSÓRCIO. Para a consecução da gestão associada, fica transferido ao Consórcio o exercício das competências de planejamento, da regulação e da fiscalização do serviço público para destinação e disposição final de resíduos e rejeitos sólidos, incluindo dentre outras atividades: I – o exercício do poder de polícia no sentido de fiscalizar e multar o descumprimento de preceitos administrativos e legais que prejudiquem a preservação da saúde e do meio ambiente relativos à coleta, destinação e disposição do lixo; II – a elaboração de planos de investimentos para expansão, a reposição e a modernização tecnológica do Aterro; III – a elaboração de planos de recuperação dos custos do serviço; IV – o acompanhamento e a avaliação das condições de prestação de serviços; V – O apoio à prestação do serviço, destacando-se: a) a aquisição, a guarda e a distribuição de materiais para a manutenção, a reposição, a expansão e a operação do serviço; b) a manutenção de média e alta complexidade dos equipamentos utilizados na prestação do serviço; c) O controle de qualidade do serviço público; e d) a restrição de acesso ou a suspensão da prestação do serviço em caso de inadimplência das obrigações assumidas por um dos entes consorciados, sempre precedida por prévia notificação.

PARÁGRAFO ÚNICO. Fica o Consórcio autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências referentes ao planejamento, regulação e fiscalização do serviço público previsto no Contrato de Constituição do Consórcio.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONCESSÃO, PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DOS TERMOS DE PARCERIA E DOS CONTRATOS DE GESTÃO. Fica o Consórcio Municipal para Aterro de Resíduos Sólidos – Unidade Cascavel – COMARES – UCV, proibido de conceder, permitir ou autorizar a transferência total ou parcial das competências de planejamento, regulação e fiscalização inerentes ao serviço público objeto da gestão associada, seja em nome próprio, seja em nome de entes consorciados e para terceiros.

§1º. O Consórcio poderá estabelecer termo de parceria, contrato de gestão ou outro instrumento que tenha por objeto a gestão administrativa do Consórcio, bem como a realização de obras e serviços de engenharia, observada a legislação da Administração Pública.

§2º. A gestão Administrativa referenciada no parágrafo anterior importa tão somente na operacionalidade do Consórcio, ficando o processo de tomada de toda e qualquer decisão a cargo dos representantes dos entes consorciados legalmente eleitos.

CAPÍTULO V. DO DEVER DO CONSÓRCIO, DA DEFINIÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DAS DIRETRIZES BÁSICAS.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DO DEVER DO CONSÓRCIO. É dever do Consórcio promover a satisfação das necessidades básicas e essenciais, bem como das demais complementares, especialmente mediante políticas,

ações e a provisão universal e equânime da prestação de serviços públicos. CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA DEFINIÇÃO DOS SERVIÇOS BÁSICOS, ESSENCIAIS E COMPLEMENTARES. Para efeito deste Estatuto serão considerados serviços básicos e essenciais os relacionados com educação, saúde, preservação ambiental e de saneamento básico, sendo considerados complementares os demais serviços. CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS DIRETRIZES BÁSICAS. No que não contrariar a legislação federal, o Consórcio Municipal para Aterro de Resíduos Sólidos – Unidade Cascavel – COMARES – UCV, bem como todos os seus entes consorciados, respeitarão as seguintes diretrizes básicas para efeito de prestação do serviço objeto da gestão associada definida no Contrato de Constituição: I – A universalização, consistente na garantia a todos de acesso ao serviço, indistintamente e em menor prazo, observando o gradualismo planejado da eficácia das soluções, sem prejuízo da adequação às características locais, em benefício da saúde pública, da preservação do meio ambiente e de outros interesses coletivos correlatos; II – A integridade, compreendida como a provisão dos serviços públicos básicos, essenciais e complementares de todas as naturezas proporcionando o acesso à população na conformidade de suas necessidades e maximização da eficácia das ações e resultados; III – A equidade, entendida como a garantia de fruição em igual nível de qualidade dos benefícios pretendidos ou ofertados, sem qualquer tipo de discriminação ou restrição de caráter social ou econômico, salvo os que visam priorizar o atendimento da população de baixa renda; IV – A regularidade, concretizada pela prestação do serviço sempre de acordo com a respectiva regulação e com outras normas aplicáveis; V – A continuidade, consistente na obrigação de prestar o serviço público sem interrupções, salvo nas hipóteses previstas em lei; VI – a eficiência, por meio da prestação do serviço de forma a satisfazer as necessidades dos munícipes com a imposição do menor encargo socioambiental e econômico possível; VII – a segurança, implicando em que o serviço seja prestado com os menores riscos possíveis para os usuários, os trabalhadores que os prestam e à população; VIII – A atualidade, que compreende em modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria contínua do serviço; IX – A cortesia, traduzida no bom atendimento ao público, inclusive para fornecer as informações referentes ao serviço que seja de interesse dos usuários e da coletividade; X – A modicidade dos preços públicos, inclusive das tarifas, e das taxas, caso seja assim regulado; XI – A sustentabilidade, pela garantia do caráter duradouro dos benefícios das ações, considerados os aspectos jurídico-institucionais, sociais, ambientais, energéticos e econômicos relevantes ao objeto do Consórcio; XII – A intersetorialidade, compreendendo a integração de determinadas ações entre si e com as demais políticas públicas, em geral; XIII – A cooperação federativa, buscando a melhoria das condições de vida de todos os munícipes dos entes consorciados; XIV – A participação da sociedade na formulação e implementação das políticas e no planejamento, regulação, fiscalização, avaliação e prestação do serviço por meio de instâncias de controle social; XV – A promoção da educação sanitária e ambiental, fomentando os hábitos higiênicos, o uso sustentável dos recursos naturais, a redução de desperdícios e a correta utilização dos materiais, sua reciclagem e reaproveitamento; XVI – A promoção e a proteção da saúde, mediante ações preventivas para a coleta e condicionamento do lixo de forma a evitar contaminação e proliferação de doenças; XVII – A preservação e a conservação do meio ambiente, mediante ações orientadas para coleta e condicionamento de resíduos sólidos notadamente em proximidades aos recursos naturais, de forma seletiva e sustentável, bem como realizar esforços para promover a reversão da degradação ambiental existente, observada as normas ambientais; XVIII – A promoção do direito a um ambiente ecologicamente equilibrado; XIX – O respeito às diversidades locais e regionais na implementação e na execução do serviço de coleta e destinação final dos resíduos sólidos; XX – A promoção e a defesa da saúde e segurança do trabalhador na execução das atividades relacionadas ao Consórcio; XXI – O respeito e a promoção dos direitos básicos da coletividade; e XXII – O fomento pela busca de conhecimento científico e tecnológico, bem como a difusão de conhecimentos adquiridos que possam ser de interesse da comunidade, visando melhores condições de vida. PARÁGRAFO ÚNICO. Para a prestação do serviço público prevista neste Estatuto deverá ser considerada a universalidade em toda a extensão territorial da atuação do Consórcio e ser assegurado o atendimento, no mínimo, das necessidades básicas vitais de todas as pessoas,

AUTENTICAÇÃO
Esta folha é a 03 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na última

Oficial / Dubetista

independente de sua condição social-econômica e de convivência social, de forma aceitável e adequada nos locais de sua aplicação. Seção I. Das Diretrizes Aplicáveis aos Resíduos Sólidos. CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DA GESTÃO E GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS. Na gestão e gerenciamento dos resíduos e rejeitos sólidos pelo Consórcio, será observada a seguinte ordem de prioridade: na geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. §1º. As políticas municipais de resíduos sólidos dos entes consorciados serão compatíveis com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 12.305/2010; §2º. O consórcio e os Municípios organizarão e manterão de forma conjunta o sistema regional de informações, sobre a gestão dos resíduos sólidos, prestando quando necessário, aos Órgãos Federais ou Estaduais, todas as informações solicitadas, em sua esfera de competência na forma e na periodicidade, estabelecidas em regulamento; e §3º. Para efeito de gestão, no âmbito do Consórcio, os resíduos sólidos serão classificados conforme previsto no Contrato de Consórcio Público. Seção II. Da Responsabilidade do Consórcio, dos Geradores e Compartilhada. CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO. O Consórcio como titular dos serviços públicos de manejo, destinação e disposição final de resíduos e rejeitos sólidos, será responsável pela organização e prestação direta ou indireta, destes serviços, observados os respectivos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e as disposições da Lei nº 12.305/2010. §1º. Caso seja estabelecido nos Planos municipais de Gestão Integrada, compete ao Consórcio: I – Adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizados e reciclados oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos; II – Implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido; e III – Promover a disposição final ambientalmente adequada aos rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos. §2º. Para o cumprimento do previsto no parágrafo anterior, o Consórcio priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação, mediante dispensa de licitação nos termos do inciso XXVII, do Artigo 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA RESPONSABILIDADE DOS GERADORES DE RESÍDUOS. As pessoas físicas ou jurídicas, identificadas no Artigo 20, da Lei nº 12.305/2010, responsáveis pela geração de resíduos sólidos, deverão renumerar o Poder Público pela não execução das etapas sobre sua responsabilidade. §1º. A contratação dos serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento, destinação final de resíduos, ou de disposição final de rejeitos, não isentará pessoas físicas ou jurídicas referenciadas no Artigo 20, da Lei identificada no caput, por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado, por seus respectivos resíduos ou rejeitos; §2º. O gerador de resíduos sólidos domiciliar terá sua responsabilidade cessada com a disponibilização adequada para a coleta ou quando promover a devolução dos materiais/ ou embalagens, conforme no Artigo 33, da Lei nº 12.305/2010; §3º. Caberá ao Poder Público, na qualidade de Ente consorciado individual ou em Consórcio, atuar, subsidiariamente, com vista a minimizar ou acessar qualquer dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou a saúde pública relacionado ao Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, devendo os responsáveis pelo dano, ressarcir integralmente o Poder Público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas; §4º. O Consórcio, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, poderá encarregar-se das atividades das responsabilidades dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa, dos produtos e embalagens, mediante renumeração previamente acordada com os respectivos geradores; §5º. Os geradores de resíduos sólidos, a exceção dos consumidores, deverão manter atualizados e disponíveis ao Consórcio ou aos entes consorciados, informações completas sobre a realização das ações do tocante ao sistema de e sua responsabilidade no tocante ao sistema de logística reversa. CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA. No desempenho da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos e rejeitos sólidos, o Consórcio tem responsabilidade compartilhada com os Municípios consorciados, com os Fabricantes, Importadores, Distribuidores, Comerciantes, Consumidores e demais esferas da Administração Pública. §1º. Para efeito do Consórcio a

responsabilidade compartilhada terá por objetivo: I – Promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para a sua cadeia produtiva ou para outras cadeias produtivas; II – Reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos materiais; III – Incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade; IV – Estimular o consumo de produtos derivados, de materiais reciclados e recicláveis; V – Incentivar as boas práticas de responsabilidade sócio ambiental; e VI – Estimular sistemas de logística reversa para os produtos de agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes e seus resíduos e embalagens, lâmpadas fluorescentes, produtos eletroeletrônicos e seus componentes, bem como produtos comercializados, embalagens plásticas, metálicas ou de vidro. §2º. Para efeito de assegurar a implementação e a operacionalização da logística reversa, prevista no parágrafo anterior, o Consórcio ou os Municípios consorciados entre outras medidas, poderão: I – Implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados para posterior repasse a origem; II – Disponibilizar postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis; III – Atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis ou recicláveis; IV – Incentivar os consumidores a devolver após o uso, aos comerciantes ou distribuidores a efetuar a devolução aos fabricantes ou importadores dos produtos e embalagens inservíveis; VI – Incentivar os fabricantes e os importadores a darem destinação ambientalmente adequada aos produtos e as embalagens reunidos ou devolvidos; VII – Estabelecer sistema de coleta seletiva; e VIII – Instituir incentivos aos consumidores, que participarem do sistema de coleta seletiva, acondicionando adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados e disponibilizando-os separadamente como reutilizáveis e recicláveis, para sua coleta e devolução.

CAPÍTULO VI. DO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO. CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – DO PLANEJAMENTO DOS SERVIÇOS.

Compete ao Consórcio prestar serviços que tenham sido adequadamente planejados, de modo a não onerar desnecessariamente ou injustamente seus usuários. §1º. O planejamento dos serviços públicos deverão ser elaborados e revisados com a participação da comunidade, sendo obrigatória a realização de audiências e consultas públicas. §2º. Caberá a Assembleia Geral do Consórcio estabelecer normas regulamentares para a realização das audiências e consultas públicas, que serão observadas pelos Municípios consorciados no que não contrariarem a norma local. §3º. Compete também ao Consórcio, elaborar e implementar o planejamento das viabilidades socioeconômicas do serviço a ser prestado, tomando por base: I – O planejamento orçamentário municipal dos entes consorciados; II – A legislação da Administração Pública; III – A legislação em geral; e IV – As disposições estabelecidas no Contrato de Constituição do Consórcio.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

Compete ao Consórcio exercer regulação e fiscalização permanentes sobre prestação de serviço público, inclusive quando prestado, direta ou indiretamente, por município consorciado. §1º. Fica facultado ao Consórcio receber apoio técnico, através de convenio de cooperação técnica com entidades integrantes da Administração Pública de qualquer esfera de governo, para o exercício de suas competências de regulação e fiscalização, inclusive utilizar-se de informações produzidas por terceiros que possam contribuir para a eficácia da prestação do serviço, objeto de sua gestão associada. §2º. Incluem-se na regulação as atividades de implementar e fixar critérios para a fiel execução do serviço, bem como para a correta administração de subsídios.

CAPÍTULO VII. DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO – COMPOSIÇÃO, NATUREZA E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS. CLÁUSULA VIGÉSSIMA – DA COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS.

Para efeito deste Estatuto, passam a compor o Consórcio Municipal para Aterro de Resíduos Sólidos – Unidade Cascavel – COMARES – UCV, os seguintes órgãos: I – Assembleia Geral; II – Presidência; III – Vice-Presidência; IV – Diretoria Executiva; V – Conselho Fiscal; VI – Colégio Eleitoral; e VII – Conselho de Regulação. §1º. Fica facultada a criação de outros órgãos mediante aprovação em Assembleia Geral, vedada a criação de cargos, empregos e funções renumerados. §2º. Os órgãos criados serão exercidos por representantes dos entes consorciados, e na falta destes, pelo seus vice-prefeitos indicados e eleitos mediante votação em Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII. Seção I. Da Assembleia Geral. CLÁUSULA VIGÉSSIMA-PRIMEIRA – DO FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL.

A Assembleia Geral,

AUTENTICAÇÃO

Esta folha é a 40 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na última

instância máxima do Consórcio, é o órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os entes consorciados. §1º. Os vice-prefeitos e os membros do Conselho Fiscal poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral com direito a voz. §2º. No caso da ausência do Prefeito, o Vice-Prefeito assumirá a representação do ente federativo na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto. §3. O disposto no §2º desta cláusula não podendo ser aplicado, será enviado um representante legal designado pelo prefeito, o qual assumirá o direito de voz. §4º. O servidor de um município não poderá representar outro município na Assembleia Geral nem ocupante de cargo ou emprego em comissão do Estado poderá representar o Município. A mesma proibição se estende aos servidores do Consórcio. §5º. Ninguém poderá representar 02 (dois) consorciados na mesma Assembleia Geral. CLÁUSULA VIGÉSSIMA-SEGUNDA DAS REUNIÕES. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente (02) duas vezes por ano, nos meses de março e setembro, e, extraordinariamente, sempre que convocada. PARÁGRAFO ÚNICO. A convocação das Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias se dará por escrito via fax, e-mail, ofício, Aviso de Recebimento, sítio da internet ou através dos meios de comunicações disponíveis na área da atuação do Consórcio de rádio, televisão e jornal. CLÁUSULA VIGÉSSIMA-TERCEIRA – DOS VOTOS. Cada ente consorciado terá direito na Assembleia Geral a um voto, cabendo ao presidente do Consórcio mais um voto no caso de empate. §1º. O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a servidor do Consórcio ou ente consorciado. §2º. O presidente do Consórcio, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quórum qualificado, votará mais de uma vez apenas para desempatar. CLÁUSULA VIGÉSSIMA-QUARTA – DO QUORUM. Fica deliberado o quórum da presença necessária de 02 (dois) dos entes consorciados (metade mais um) para a instalação da Assembleia e para que sejam válidas suas deliberações e, ainda, para a apreciação de determinadas matérias. CLÁUSULA VIGÉSSIMA-QUINTA – DAS COMPETÊNCIAS. Compete à Assembleia Geral: I – homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após 02 (dois anos) de sua subscrição; II – aplicar a pena de exclusão do Consórcio; III – elaborar e aprovar as alterações deste Estatuto; IV – eleger ou destituir o Presidente do Consórcio e o Vice, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição para um único período subsequente; V – ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os demais membros da Diretoria Colegiada; VI – aprovar: a) o orçamento plurianual de investimentos; b) o programa anual de trabalho; c) orçamento anual de Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio; d) realização de operações de crédito; e) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos; e f) a alienação e a oneração de bens do Consórcio ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração; VII – propor a criação do fundo especial de universalização dos serviços públicos, formado com recursos provenientes de preços públicos, de taxas, de subsídios simples ou cruzados internos, bem como de transferências voluntárias oriundas da União, do Estado, ou, mediante contrato de rateio, de ente consorciado; VIII – homologar as decisões do Conselho Fiscal; IX – aceitar a cessão de servidores por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio; X – aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos; XI – aprovar a celebração de contratos de programa, os quais deverão ser submetidos a sua apreciação em no máximo 120 (cento e vinte) dias, sob pena de perda de eficácia; XII – apreciar e deliberar sobre: a) a melhoria do serviço prestado pelo Consórcio; b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas. §1º. Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio mediante decisão unânime da Assembleia Geral, presentes pelo menos metade mais um dos membros consorciados. No caso de o ônus da cessão ficar com o Consórcio, exigir-se-á, para a aprovação, a metade mais um dos votos, exigida a presença mínima da metade mais um dos consorciados; e §2º. As competências previstas neste Estatuto poderão ser revistas e alteradas em Assembleia Geral. CLÁUSULA VIGÉSSIMA-SEXTA – DA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE DO CONSÓRCIO. O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos em Assembleia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros 30 (trinta) minutos. Somente serão aceitos como candidatos Chefes de Poder Executivo de ente consorciado. §1º. O Presidente e Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e

nominal; §2º. Será considerado eleito o candidato que obtiver pelo menos metade mais um dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos a metade mais dois dos consorciados. Será eleito vice-presidente o 2º candidato; §3º. Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado a metade mais um dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os 03 (três) candidatos mais votados. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, considerados os votos brancos; §4º. Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembleia Geral, a se realizar entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) dias após a sua realização, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente em exercício; e §5º. Na falta de ente federativo para compor os órgãos do Consórcio, a função de Vice-Presidente, poderá ser exercida cumulativamente com a de Diretoria Exclusiva. CLÁUSULA VIGÉSSIMA-SÉTIMA – DA NOMEAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO DA DIRETORIA. Proclamados eleitos os candidatos a Presidente e a Vice-Presidente, ao primeiro será dada à palavra para que nomeie o restante dos membros da Diretoria Executiva os quais, obrigatoriamente, serão chefes de Poder Executivo de entes consorciados. §1º. Uma vez nomeados, o Presidente da Assembleia indagará, caso presente, se cada um dos indicados aceita a nomeação. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por meio de documento subscrito pelo indicado; §2º. Caso haja recusa do nomeado, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova lista de nomeação; e §3º. Estabelecida a lista válida, as nomeações somente produzirão efeito caso aprovadas pela metade mais um dos votos, exigida a presença da maioria absoluta dos consorciados. CLÁUSULA VIGÉSSIMA-OITAVA – DA ESTRUTURAÇÃO DO PRESIDENTE, DO VICE-PRESIDENTE E DE DIRETOR EXECUTIVO. Em qualquer Assembleia Geral poderá ser destituído o Presidente, o Vice-Presidente ou qualquer dos Diretores Executivos do Consórcio, bastando ser apresentada proposta de censura com apoio de metade mais um dos votos. §1º. Em todas as convocações de Assembleia Geral deverá constar como item de pauta: "apreciação de eventuais proposta de censura". §2º. Apresentada a proposta de censura, as discussões serão interrompidas e a mesma será imediatamente apreciada, sobressaltando-se os demais itens da pauta. §3º. A votação da proposta de censura será efetuada após facultada a palavra, por 15 (quinze) minutos, ao seu primeiro subscrito e, caso presente, ao Presidente, Vice-Presidente ou ao Diretor que se pretenda destituir. §4º. Será considerada aprovada a proposta de censura por metade mais um dos votos dos representantes presentes à Assembleia Geral, em votação pública nominal. §5º. Caso aprovada a proposta de censura do Presidente, do Vice-Presidente do Consórcio, e/ou até mesmo de ambos simultaneamente, este(s) estará(ão) automaticamente destituído(s), procedendo-se, na mesma Assembleia, à eleição de novo Presidente e/ou Vice para completar o período remanescente do mandato. §6º. Na hipótese de não se viabilizar uma eleição de novo Presidente/ Vice-presidente, será designado um pro tempore por metade mais um dos votos presentes. O Presidente/ Vice-presidente pro tempore exercerá as suas funções até a próxima Assembleia Geral, a se realizar entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) dias. §7º. Caso aprovada a proposta de censura apresentada para a função de qualquer Diretor Executivo, ele será automaticamente destituído e, estando presente, aberta a palavra ao Presidente do Consórcio, para a nomeação do Diretor que completará o prazo fixado para o exercício do cargo. A nomeação será incontinenti submetida à homologação. §8º. Rejeitada a proposta de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma Assembleia e nos 60 (sessenta) dias seguintes. CLÁUSULA VIGÉSSIMA-NONA – DO REGISTRO EM ATAS. Nas atas da Assembleia Geral serão registradas: I – por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembleia Geral, indicando o nome do representante e o horário de seu comparecimento; II – de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral; III – a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e a indicação expressa e nominal do voto de cada representante, bem como a proclamação dos resultados. §1º. No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação, deverão ser registrados em Ata. §2º. Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão, na qual se indique expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada pela metade mais um dos votos dos presentes e a ata deverá conter a indicação expressa e nominal dos representantes que votaram o favor e contra o

AUTENTICAÇÃO
Esta folha é a 03 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na última
19/5
Oficial / Dubstítuta

sigilo. §3º. A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive os anexos, por aquele que a lavrou e por que presidiu os trabalhos da Assembléia Geral. CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO. Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembléia Geral será, em até (10) dez dias, publicada no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet. PARÁGRAFO ÚNICO. Mediante o pagamento das despesas de reprodução, será fornecida para qualquer cidadão, cópia autenticada da Ata. Seção II. Do Presidente e Vice-Presidente. CLÁUSULA TRIGÉSSIMA-PRIMEIRA – DA COMPETÊNCIA. Sem prejuízo do previsto neste Estatuto, incube ao Presidente: I – representar o consórcio judicial e extrajudicialmente; II – ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas; III – convocar as reuniões da Diretoria Executiva; e IV – Zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por seu Contrato de Constituição ou por este Estatuto a outro órgão do Consórcio. §1º. Com exercício da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Vice-Presidente; e §2º. Por razões de urgências ou para permitir a celebridade na condução administrativa do Consórcio, o Vice-Presidente poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente. Seção III. Da Diretoria. CLÁUSULA TRIGÉSSIMA-SEGUNDA – DO NÚMERO DE MEMBROS. A Diretoria é composta por 03 (três) membros, nela incluindo o Presidente. §1º. Nenhum dos Diretores perceberá renumeração ou qualquer espécie de verba indenizatória. §2º. Somente poderá ocupar cargo na Diretoria, o chefe do executivo de ente consorciado. §3º. Na Assembleia Geral seguinte a da eleição, a nomeação dos Diretores se dará mediante assinatura de termo em livro próprio após compromisso verbal de acatar e respeitar as cláusulas previstas no Contrato de Consórcio Público, em seu Estatuto e nas normas vigentes na Administração Pública e na Constituição Federal. CLÁUSULA TRIGÉSSIMA-TERCEIRA – DOS DIRETORES. Mediante proposta do Presidente do Consórcio, aprovada por metade mais um dos votos da Diretoria, poderá haver re-designação interna de cargos, com exceção do cargo de Presidente. CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – DAS DELIBERAÇÕES. A Diretoria deliberará de forma colegiada, exigida a maioria de votos. Em caso de empate, prevalecerá o voto do Presidente. PARÁGRAFO ÚNICO - A Diretoria Executiva reunir-se-á mediante a convocação do Presidente. CLÁUSULA TRIGÉSSIMA-QUINTA – DAS COMPETÊNCIAS. Além do previsto neste Estatuto, compete a Diretoria: I – julgar recursos relativos à: a) homologação de inscrição e de resultados de concursos público; b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação (desclassificação), e homologação e adjudicação de seu objeto; c) Aplicação de penalidades a servidor do Consórcio. II – autorizar que o Consórcio ingresse em juízo, reservado ao presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes. III – autorizar a dispensa ou exoneração de empregados e de serviços temporários. CLÁUSULA TRIGÉSSIMA-SEXTA – DA SUBSTITUIÇÃO E SUCESSÃO. O substituto ou sucessor do cargo de Prefeito o substituirá na Presidência ou nas demais funções da Diretoria Executiva. CAPÍTULO IX. DO CONSELHO FISCAL. CLÁUSULA TRIGÉSSIM-SÉTIMA – DA COMPOSIÇÃO. O conselho fiscal é composto por 03 (três) Conselheiros eleitos indiretamente, por Colégio eleitoral. §1º. O Conselho Fiscal será eleito e empostado de nove a seis meses antes do término do mandato do Presidente do Consórcio. §2º. Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante proposta de censura aprovada por metade mais um dos votos da Assembleia Geral, exigida a presença de metade mais dois de entes consorciados. CLÁUSULA TRIGÉSSIMA-OITAVA – DO COLÉGIO ELEITORAL. O Colégio Eleitoral será formado por 02 (dois) representantes eleitos por cada Câmara Municipal. §1º. O colégio eleitoral será presidido pelo Presidente eleito entre os indicados e na sua falta pelo mais idoso dos presentes; §2º. Não se admitirá a candidatura de parentes e afins até o terceiro grau de qualquer dos chefes do Poder Executivo de entes consorciados. Caso eleito candidato nessa condição, o Colégio Eleitoral, em votação preliminar, deliberará sobre a perda de seu mandato. CLÁUSULA TRIGÉSSIMA - NONA DA ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL. O Colégio Eleitoral reunir-se-á a pedido do Presidente do Consórcio para a formação do Conselho Fiscal. §1º. Nos primeiros 30 (trinta) minutos de reunião serão apresentadas as candidaturas ao conselho fiscal; §2º. As candidaturas serão sempre pessoais, vedada a inscrição ou apresentação de chapas; §3º. Somente poderá se candidata ao Conselho Fiscal aquele que detenha a qualidade a

qualidade de integrante do colégio eleitoral; §4º. A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto secreto, sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato; e § 5º Consideram-se eleitos membros efetivos os 03 (três) candidatos com maior número de votos e, como membros suplentes, os 03 (três) candidatos que se seguirem em número de votos. Em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – DA COMPETÊNCIA. Além do previsto neste Estatuto, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio, com auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas. PARÁGRAFO ÚNICO - O disposto no caput deste parágrafo não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregar ou compromissar ao Consórcio. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – DO FUNCIONAMENTO. O Conselho Fiscal funcionará para exercício de suas competências na última semana de cada trimestre, ficando-lhe assegurado as seguintes prerrogativas: a) Acesso a documentação contábil, bancária e financeira do Consórcio; b) Local para análise dos documentos; c) Equipamentos de informática e todo material de expediente necessário a elaboração de relatórios de situação. PARÁGRAFO ÚNICO - As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembleia Geral. CAPÍTULO X. DO CONSELHO DE REGULAÇÃO. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – DA COMPOSIÇÃO. O Conselho de Regulação, órgão de natureza consultiva, será composto por 02 (dois) membros da Diretoria Executiva e por 03 (três) representantes de usuários, assegurando-se dentre estes a sua Presidência. § 1º Os representantes dos usuários serão eleitos em conferência, convocada mediante ampla publicidade a ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias de sua publicidade em primeira convocação e, posterior, em segunda com intervalo de 01 (uma) hora entre uma convocação e outra; § 2º Não havendo quórum mínimo de metade mais um será realizada nova convocação no prazo não inferior a 30 (trinta) dias e da mesma forma. Havendo quórum, será colocada em votação a eleição do Presidente do Conselho de Regulação dentre os representantes dos usuários presentes, mediante voto aberto e único para os 03 (três) candidatos mais indicados, sendo eleito na qualidade de Presidente o que obtiver maior número de votos. No caso de empate, será eleito o maior de idade; § 3º Aos conselheiros é proibido receber qualquer quantia do Consórcio, a que título for, com exceção daqueles que sejam seus empregados; § 4º O prazo para renovação dos membros do Conselho representantes dos usuários e do Presidente será de 02 (dois) anos, prorrogável por igual período, proibida a recondução; e § 5º As matérias atinentes à organização e funcionamento do Conselho de Regulação será objeto de regulamentação específica em Regimento Interno elaborado por seus membros e submetido à aprovação do Presidente do Consórcio. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA – DA COMPETÊNCIA. Compete ao Conselho de Regulação aprovar as propostas de Regulamento a serem submetidas à Assembléia Geral, bem como emitir parecer sobre as propostas de revisão e de reajuste de tarifas. PARÁGRAFO ÚNICO - São ineficazes as decisões da Assembléia Geral sobre as matérias mencionadas no caput desta Cláusula sem que haja prévia manifestação do Conselho de Regulação. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA – DO FUNCIONAMENTO. O Conselho de Regulação deliberará quando presentes metade mais um e suas decisões serão tomadas mediante voto da metade mais um de seus membros. PARÁGRAFO ÚNICO - As reuniões do Conselho de Regulação serão convocadas pelo Presidente do Consórcio. CAPÍTULO XI. DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DOS AGENTES PÚBLICOS. Seção I. Disposições Gerais. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA – DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES RENUMERADAS. Somente poderão prestar serviços renumerados ao Consórcio os contratados para ocupar os empregos públicos previstos em seu Contrato de Constituição. § 1º A atividade de Presidência, de Vice e dos demais cargos da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho de Regulação, de outros órgãos diretivos do Consórcio que venham a ser criados por conta de alteração deste Estatuto, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembléia Geral e em outras atividades do Consórcio não será renumerada, sendo considerado trabalho público relevante. § 2º O Presidente, Vice e demais Diretores, os membros do Conselho Fiscal e de Regulação, bem como os que integrem outros órgãos do Consórcio não serão renumerados e não poderão receber qualquer quantia pelo trabalho desempenhado a frente do

AUTENTICAÇÃO
Esta folha é a 06 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na última

Oficial / Dubstituta

Consórcio, inclusive a título indenizatório ou de compensação. Seção II. Dos empregos públicos. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA – DO REGIME JURÍDICO. O quadro de pessoal do Consórcio poderá ser formado por servidores cedidos pelos entes consorciados ou não cedidos, considerados nesta hipótese, como empregados públicos, regidos pela consolidação das Leis do Trabalho – CLT. § 1º O Regimento Interno do Consórcio deliberará sobre sua estrutura administrativa, obedecendo os dispostos estabelecidos em seu Contrato de Constituição e neste Estatuto, especialmente no que diz respeito a descrição das funções, lotação, jornada de trabalho e denominação de seus empregos públicos; § 2º A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização da Diretoria Executiva; e § 3º Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA – DO QUADRO PESSOAL. Fica estabelecido o quadro de pessoal máximo de 16 (dezesesseis) empregados públicos para compor o Consórcio, em conformidade com a Anexo Único de seu Contrato de Constituição. § 1º Com exceção de servidores públicos cedidos pelos entes consorciados ou através de convênios com órgãos públicos, os demais empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos. § 2º A remuneração dos empregos públicos é a definida no Anexo Único de seu Contrato de Constituição. Até o limite fixado no orçamento anual do Consórcio a Diretoria Executiva poderá conceder revisão anual de remuneração. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA – DO CONCURSO PÚBLICO. Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente e, pelo menos, por mais 02 (dois) dos Diretores. § 1º Por meio de ofício, cópia do edital será entregue a todos os entes consorciados; § 2º O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet, bem como, na forma de extrato, na Imprensa Oficial do Estado; e § 3º As impugnações ao edital, seus julgamentos e respostas obedecerão os prazos previstos na Lei nº 8.666/93, e serão publicados na íntegra no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet. Seção III. Das contratações temporárias. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA – HIPÓTESE DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na hipótese de preenchimento de emprego público vago, até o seu provimento efetivo por meio de concurso público. PARÁGRAFO ÚNICO - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público vago e perceberão a remuneração para ele prevista no Anexo Único de seu Contrato de Constituição. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA – DA CONDIÇÃO DE VALIDADE E DO PRAZO MÁXIMO DE CONTRATAÇÃO. As contratações temporárias serão automaticamente extintas com o início do prazo de inscrições de concurso público para preenchimento efetivo do emprego público nos sessenta dias iniciais da contratação. § 1º. O prazo das contratações temporárias, bem como o de uma possível prorrogação, será àquele definido no Contrato de Constituição do Consórcio; e § 2º. Não será admitida, em qualquer hipótese, a prorrogação quando houver resultado definitivo de concurso público destinado a prover o emprego público. CAPÍTULO XII. DOS CONTRATOS. Seção I. Do procedimento de contratação. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA – DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS POR ÍNFIMO VALOR. Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações diretas fundamentadas no disposto nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e que não excedam ao valor de 20% (vinte por cento), sem prejuízo do disposto na legislação federal, observarão o seguinte procedimento: I – serão realizadas diretamente as contratações de obras e serviços de engenharia caso a estimativa de custo não ultrapasse ao valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) para aquisições e outros serviços por decisão da Diretoria; II - elementos essenciais do procedimento de compra serão publicados no sítio mantido pelo Consórcio na rede mundial de computadores- internet para que, em 03 (três) dias úteis, interessados venham a apresentar proposta; III – somente ocorrerá à contratação se houver a proposta de preço de pelo menos 03 (três) fornecedores; e IV – nas contratações e aquisições de preços superiores aos previstos no inciso I e II do artigo 23 da Lei nº 8.666/93, mediante procedimentos licitatórios, todas devidamente homologadas pelo Presidente do Consórcio. PARÁGRAFO ÚNICO - Por meio de decisão fundamentada, publicada na imprensa oficial em até 05 (cinco) dias, poderá ser dispensada a exigência prevista no inciso III do caput. Por meio do

mesmo procedimento poderá a contratação ser realizada sem a abertura do prazo fixado no inciso II do caput. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE DAS LICITAÇÕES. Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem deu causa à contratação, todas as licitações terão a íntegra de seu ato convocatório, decisões de habilitação, julgamento das propostas e decisões de recursos publicadas no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA – DO PROCEDIMENTO DAS LICITAÇÕES DE MAIOR VALOR. Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem deu causa à contratação, mediante procedimento licitatório com custo de valores previstos no inciso IV da Cláusula Quinquagésima Primeira. Sem prejuízo na legislação federal, observarão o seguinte procedimento: I – a sua instauração deverá ser autorizada pelo Presidente do Consórcio e acompanhada pela Diretoria Executiva; II – a sua abertura deverá ser comunicada por ofício a todos os entes consorciados, no ofício indicando-se o sítio da rede mundial de computadores onde poderá ser obtida a íntegra do ato convocatório; III – de acordo com a modalidade de licitação, o prazo das propostas não poderá ser inferior à: a) 05 (cinco) dias úteis, se a estimativa de contrato for igual ou inferior à R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais) – Convite; b) 15 (quinze) dias, se superior à R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais) e igual ou inferior à R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) – Tomada de Preços; c) 45 (quarenta e cinco) dias, se superior à R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) – Concorrência; IV – as homologações das licitações previstas no inciso anterior, serão realizadas pelo Presidente do Consórcio; V – o Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por metade mais um de seus membros, poderá determinar que o procedimento licitatório tenha o seu trâmite suspenso, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios. PARÁGRAFO ÚNICO - Na contratação de obras de valor estimado superior à R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), somente será permitida se houver o prévio consenso de pelo menos 03 (três) entes consorciados. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA – DA LICITAÇÃO TÉCNICA E PREÇO. Somente realizar-se-á licitação tipo técnica e preço mediante justificativa subscrita pelo Presidente e aprovação por pelo menos 02 (dois) votos da Diretoria Executiva. PARÁGRAFO ÚNICO - Nas licitações tipo técnica e preço o prazo para o recebimento das propostas será de, no mínimo, 30 (trinta) dias, facultando-se a apresentação de impugnações ao edital, julgamentos e respostas nos prazos previstos na Lei nº 8.666/93. Seção II. Dos contratos. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE. Todos os contratos de valor superior à R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) terão a sua íntegra publicada no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet. PARÁGRAFO ÚNICO – A publicação resumida dos contratos referidos no caput e de seus aditamentos, como condição indispensável para a sua eficácia, será providenciada pelo Consórcio, no prazo e na forma prevista na Lei nº 8.666/93. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO. Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo Consórcio. § 1º Todos os pagamentos superiores à R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) serão publicados na internet e, no caso de obras, da publicação constará o laudo de medição e o nome do responsável por sua conferência. § 2º O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por metade mais um de seus membros, poderá determinar que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios. CAPÍTULO XIII. DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA – DO REGIME DA ATIVIDADE FINANCEIRA. A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA-OITAVA – DAS RELAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE CONSORCIADOS E O CONSÓRCIO. Os entes consorciados somente repassarão recursos ao Consórcio quando: I – tenha contratado o Consórcio para a prestação de serviços, execução de obras ou fornecimento de bens, respeitados os valores de mercado; II – houver contrato de rateio. § 1º. Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio. § 2º. Não se exigirá contrato de rateio no caso de os recursos recebidos pelo Consórcio terem por origem transferência voluntária da União ou do Estado, formalizada por meio de

AUTENTICAÇÃO

Esta folha é a 07 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na última



Oficial / Dubstítuta

convênio com ente consorciado, desde que o Consórcio compareça ao ato como interveniente.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA – DA FISCALIZAÇÃO. Fica o COMARES-UCV sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas dos Municípios, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo por parte do Poder Legislativo Municipal e dos entes consorciados a ser exercido em razão de cada um dos contratos que estes venham a celebrar com o Consórcio, além do interno exercido pelos Conselhos.

CAPÍTULO XIV.DA CONTABILIDADE.

CLÁUSULA SEXTUAGÉSIMA – DA SEGREGAÇÃO CONTÁBIL. No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares. § 1º Anualmente, no início de cada exercício financeiro, deverá ser apresentado demonstrativo do exercício financeiro anterior que indique: I – o investido e o arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados; II – a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços. § 2º Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet.

CAPÍTULO XV. DOS CONVÊNIOS.

CLÁUSULA SEXTUAGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CONVÊNIOS. Com o objetivo de receber transferência de recursos, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais, de terceiro setor ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

CLÁUSULA SEXTUAGÉSIMA SEGUNDA – DA INTERVENIÊNCIA. Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos.

CAPÍTULO XVI.DA SAÍDA DO CONSÓRCIO.

CLÁUSULA SEXTUAGÉSIMA TERCEIRA – DO RECESSO. A retirada de membro do consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembléia Geral.

CLÁUSULA SEXTUAGÉSIMA QUARTA – DOS EFEITOS. O recesso não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de: I – decisão da metade mais um dos entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em Assembléia Geral; II – expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação; III – reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou pela Assembléia Geral do Consórcio.

CAPÍTULO XVII.DA EXCLUSÃO.

CLÁUSULA SEXTUAGÉSIMA QUINTA – DA HIPÓTESE DE EXCLUSÃO. São hipóteses de exclusão de ente consorciado: I – a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio; II – a subscrição de protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembléia Geral, assemelhadas ou incompatíveis ao do COMARES – UCV; e III – a existência de motivos graves, reconhecido, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim. § 1º A exclusão prevista no inciso I do caput somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar. § 2º Mediante alteração deste Estatuto, poderão ser previstas outras hipóteses de exclusão, previamente deliberadas em Assembléia Geral.

CLÁUSULA SEXTUAGÉSIMA SEXTA – DO PROCEDIMENTO. A aplicação da pena de exclusão de um ente consorciado estará condicionada a prévia instauração de processo administrativo, garantindo-lhe direito da ampla defesa e ao contraditório, cujos resultados serão consolidados em relatório conclusivo, que será submetido à apreciação e votação da Assembléia Geral por decisão de metade mais um de seus membros não submetidos ao processo de exclusão, para posterior homologação do Presidente para aplicação da pena. § 1º A pena de exclusão aplicada deverá ser dada publicidade principalmente a todos os entes consorciados e sendo a razão que a motivou enquadrada como violação aos princípios e normas que regem a Administração Pública, deverá ser comunicado aos órgãos de controle internos e externos; § 2º Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei nº 11.107, de 06 abril de 2005, seu Decreto Regulamentar de nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, e demais legislações aplicáveis aos órgãos da Administração

Pública; e § 3º Da decisão que decretar a exclusão e antes da homologação do Presidente, caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembléia Geral, o qual não terá efeito suspensivo.

CAPÍTULO XVIII. DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO. CLÁUSULA SEXTUAGÉSIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO. A alteração ou extinção do Contrato de Constituição do Consórcio COMARES – UCV dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral e ratificado mediante lei pelo Poder Legislativo de todos os seus entes consorciados. § 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços; § 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantindo o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação; § 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem e os que se enquadrarem na condição de empregados públicos serão dispensados por meio de Rescisão de Contrato de Trabalho em conformidade com a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT. § 4º A alteração do contrato de consórcio público observará o mesmo procedimento previsto no caput.

CAPÍTULO XIX. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. CLÁUSULA SEXTUAGÉSIMA OITAVA – DO REGIME JURÍDICO. O Consórcio será regido pelo disposto na Lei de nº. 11.107, de 6 de abril de 2005, por seu Decreto Regulamentar de nº. 6.017 de 17 de janeiro de 2007, por seu Contrato de Constituição, por este Estatuto, por seu Regimento Interno; pela legislação que rege a Administração Pública e pelas leis de ratificação, as quais se aplicam somente aos entes federativos que as emanaram.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Consórcio, por sua natureza, rege-se também pelas Leis de nº 11.445/2007, 12.305/2010 e 9.605/1998.

CLÁUSULA SEXTUAGÉSIMA NONA – DA INTERPRETAÇÃO. A interpretação do disposto neste Estatuto comunga de igual forma o Contrato de Constituição do Consórcio, devendo ser compatível aos seguintes princípios: I – respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, em razão do ingresso ou retirada do Consórcio que depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado o oferecimento de incentivos para o ingresso; II – solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio; III – eletividade de todos os órgãos dirigentes do Consórcio; IV – transparência, mediante a qual não se poderá negar que o Poder Executivo e o Legislativo de cada ente federativo consorciado ou os membros dos Conselhos tenham o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio; V – eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demostrem sua viabilidade e economicidade.

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA – DA EXIGIBILIDADE. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas no Contrato de Constituição do Consórcio, neste Estatuto, em seu Regimento Interno e demais deliberações.

CAPÍTULO XX. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS. CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA – DA DESIGNAÇÃO PRO TEMPORE DE MEMBROS DO CONSELHO DE REGULAÇÃO. Até a realização de conferência para a eleição dos representantes dos usuários, o Conselho de Regulação funcionará com representantes indicados, em caráter pro tempore, pelos Conselhos Municipais.

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA – DA TRANSIÇÃO. Poderá a Assembléia Geral, motivada por incapacidade técnica e material sobrestar, por um período máximo e improrrogável de até 04 (quatro) anos a aplicação de normas previstas neste Estatuto acerca da prestação do serviço público, correspondentes aos direitos dos usuários, por decisão de metade mais um, desde que presentes metade mais dois dos consorciados.

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA – DA CORREÇÃO MONETÁRIA. A Assembléia Geral, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos no Contrato de Constituição do Consórcio.

PARÁGRAFO ÚNICO - A critério da Diretoria Executiva, os valores poderão ser fixados em valor inferior à aplicação do índice de correção oficial.

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA QUARTA – DA REPARAÇÃO DE DANOS. Sem prejuízo da obrigação de indenizar, independente da existência de culpa e, mesmo havendo a reparação dos danos causados por ação ou omissão de pessoas físicas ou jurídicas, mas que importem na inobservância aos preceitos da legislação brasileira em vigor, o

AUTENTICAÇÃO
Esta folha é a 08 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na últim:

Oficial / Substituta

compartilhadas das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados por Municípios consorciados ou entes de sua administração indireta; V – adquirir ou administrar bens que possam estar direta ou indiretamente relacionados ao funcionamento do Aterro para uso compartilhado do Consórcio ou de seus Municípios integrantes; VI – Promover toda e qualquer comercialização de matéria prima e/ou produtos derivados do funcionamento do aterro sanitário, revertendo para o Consórcio os valores arrecadados desta operação; e VII – Buscar alternativas e tecnologias com base em experiências comprovadas e economicamente viáveis, que permitam soluções efetivas de combate à poluição e degradação ambiental, preservando os recursos naturais e promovendo o tratamento e a consequente eliminação de gases nocivos a vida; VIII - exercer outras atribuições previstas na legislação federal ou municipal. § 1º O Consórcio deve atuar com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal dos entes federados que dele integram. § 2º As decisões tomadas pelo Consórcio deverão ser levadas ao conhecimento dos Poderes Públicos Municipais dos entes consorciados, dos seus Órgãos Consultivos, além das Entidades representativas da Comunidade. DA COMPOSIÇÃO DO CONSÓRCIO. Art. 3º O Consórcio Municipal para Aterro de Resíduos Sólidos – Unidade Cascavel – COMARES-UCV, possui a seguinte composição, de acordo com seus Estatutos: I - Um gestor, representante de um ente consorciado, exercendo a Presidência, eleito por maioria dos votos; II - Um gestor, representante de um ente consorciado, exercendo a Vice-Presidência, eleito por maioria dos votos; III - Três gestores, representantes dos entes consorciados, compondo a Diretoria Executiva, formada pela Diretoria Administrativa, Operacional e Financeira; IV - Três membros do Poder Legislativo, eleitos por maioria dos membros do Colégio Eleitoral para comporem o Conselho Fiscal na qualidade de Conselheiros Titulares; V - Três membros do Poder Legislativo, eleitos por maioria dos membros do Colégio Eleitoral para comporem o Conselho Fiscal na qualidade de Conselheiros Suplentes; VI - Um membro do Poder Legislativo para compor o Colégio Eleitoral; VII - Três membros de entidades representativas da sociedade para compor o Conselho de Regulação na qualidade de 01 presidente e 02 Conselheiros. § 1º Outros segmentos podem ser representados no Consórcio, desde que deliberado em Assembleia e mediante alteração do Estatuto. § 2º A cada membro titular corresponderá um suplente. § 3º Os membros titulares e suplentes terão um mandato de dois anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente por apenas uma vez. § 4º A nomeação dos membros ocorrerá a partir da indicação ou eleição por parte dos segmentos ou entidades previstas neste artigo. § 5º Caberá ao membro suplente completar o mandato do titular e substituí-lo em suas ausências e impedimentos. § 6º São impedidos de integrar o Conselho Fiscal e o de Regulação: I- Cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, do presidente, do vice-Presidente e dos diretores do Consórcio; II - Tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Consórcio, bem como cônjuge, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais; III - Pessoas que exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Municipal dos entes consorciados; e IV - Pessoas que prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal, dos entes consorciados. DO FUNCIONAMENTO. CAPÍTULO I. DAS REUNIÕES DAS ASSEMBLEIAS. Art. 4º As Assembleias Gerais Ordinárias do Consórcio serão realizadas duas vezes por ano no período estabelecido no Estatuto. Parágrafo Único - O Consórcio poderá se reunir em Assembleia de forma extraordinária por convocação do seu presidente ou da maioria mais um dos seus membros. Art. 5º As reuniões serão realizadas com a presença da maioria dos membros do Consórcio. § 1º A reunião não será realizada se o quórum não se completar até 60 (sessenta) minutos após a hora designada, será feita nova convocação e se mesmo assim persistir a ausência de quórum, será lavrado termo que mencionará os membros presentes e os que justificadamente não comparecerem. § 2º Quando não for obtida a composição de quórum, na forma do parágrafo anterior, será convocada nova reunião, a realizar-se em data, local e horário em consenso pelos presentes, para qual ficará dispensada a verificação de quórum mínimo. § 3º As reuniões serão secretariadas por um dos presentes, escolhido pelo presidente, a quem competirá a lavratura das atas. CAPÍTULO II. DA ORDEM DOS TRABALHOS E DAS DISCUSSÕES. Art. 6º As reuniões da Assembleia obedecerão à seguinte ordem: I - Leitura da ata da reunião anterior; II -

AUTENTICAÇÃO

Esta folha é a 10 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na última

Oficial / Substituta

consorciados .CLÁUSULA QUARTA – DA DURAÇÃO.O Consórcio vigorará por prazo indeterminado. CLÁUSULA QUINTA – DA SEDE.A sede do Consórcio será no Município de Cascavel, onde será localizado o Aterro. PARÁGRAFO ÚNICO – A sede do Consórcio definida no caput poderá ser alterada por solicitação escrita de qualquer ente consorciado, devidamente justificada e mediante decisão aprovada em Assembleia Geral do Consórcio de metade mais um dos consorciados .CAPÍTULO III.DOS OBJETIVOS.CLÁUSULA SEXTA – DOS OBJETIVOS .São objetivos do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA PARA ATERRO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – COMARES – UCV:I – o planejamento, a regulação, a fiscalização e, nos termos de contrato de programa, a prestação do serviço público para promover a destinação e disposição final de resíduos e rejeitos sólidos, na área de atuação da Administração Pública dos Municípios identificados na Cláusula Primeira do Contrato de Consórcio Público; II – a implementação de melhorias nas condições de vida dos munícipes, desenvolvendo alternativas para programas de educação, saúde e gestão ambiental, sem prejuízo das ações e programas desenvolvido individualmente pelos entes consorciados; III – a capacitação técnica de forma continuada do pessoal encarregado no manuseio e prestação do serviço de coleta, transferência e reciclagem dos resíduos sólidos produzidos pelos Municípios consorciados; IV – a realização de licitações compartilhadas das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados por Municípios consorciados ou entes de sua Administração Indireta V – a aquisição ou a administração dos bens que possam estar direta ou indiretamente relacionados ao funcionamento de Aterro para uso compartilhado do Consórcio ou de seus Municípios integrantes; VI – a promoção de toda e qualquer comercialização de matéria prima e/ou produtos derivados do funcionamento do aterro sanitário, revertendo para o Consórcio os valores arrecadados desta operação; VII – a busca de alternativas e tecnologias para o desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental, voltados para a melhoria do reaproveitamento energético, com base em experiências comprovadas e economicamente viáveis, que permitam soluções efetivas de combate à poluição e degradação ambiental, preservando os recursos naturais e promovendo o tratamento e a consequente eliminação de gases nocivos a vida; VIII – o zelo pela proteção de saúde pública e da qualidade ambiental no desempenho de suas funções; IX – o incentivo a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem e o tratamento dos resíduos sólidos, bem como promover a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos que forem direcionados ao aterro ;X – a promoção e a articulação entre as diferentes esferas do Poder Público e, destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão associadas dos resíduos sólidos; XI – a adoção, o desenvolvimento e o aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais; XII – a segurança, a regularidade, a continuidade, a funcionalidade e a universalização da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos e rejeitos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos de serviços prestados como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira em conformidade com o estabelecimento na Lei nº. 11.445/2007;XIII – o reconhecimento do resíduo sólido, reutilizado e reciclado como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania; XIV – a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.§ 1º Mediante requerimento do interessado, é facultado à Assembleia Geral devolver qualquer dos poderes mencionados no inciso I do caput à Administração Direta do Município consorciado.§ 2º O Consórcio somente poderá prestar serviço público nos termos de contrato de programa que celebrar com o ente consorciado.§ 3º Os bens adquiridos ou administrados na forma do inciso V do caput serão de uso exclusivo dos entes que contribuíram para a sua aquisição ou administração, na forma de regulamento da Assembleia Geral. Nos casos de retirada de consorciado ou de extinção do Consórcio, os bens permanecerão em condomínio, até autorização que seja extinto mediante ajuste entre os interessados.§ 4º O COMARES – UCV – UNIDADE DE CASCAVEL priorizará, nas aquisições e contratações do Consórcio (art. 7º, inc. XI, Lei nº 12.305/2010), produtos reciclados e recicláveis, bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis, com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.§ 5º Havendo declaração de utilidade, necessidade pública ou interesse social emitida pelo Município no qual o bem ou direito se situe, fica o Consórcio autorizado a promover as desapropriações, proceder a requisições ou instituir as servidões

necessárias à consecução de seus objetivos. CAPÍTULO IV. DA GESTÃO ASSOCIADA- CLÁUSULA SÉTIMA – DA AUTORIZAÇÃO DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA PARA ATERRO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – COMARES – UCV foi autorizado em seu Contrato de Constituição a promover a gestão associada de serviço público para a implantação e administração de Aterro de Resíduos Sólidos regionalizado, objetivando principalmente a integração de serviço de forma eficaz e menos onerosa para seus entes consorciados. § 1º A gestão associada descrita no caput desta Cláusula, refere-se às atividades relacionadas com o planejamento, à regulação e à fiscalização e, nos termos de contrato de programa, à prestação do serviço. § 2º O Consórcio pode exercer a gestão associada de outros serviços públicos não previstos em seu Contrato de Constituição, desde que seja solicitada por qualquer um dos entes consorciados, aprovada em Assembleia Geral por metade dos Municípios consorciados e mediante autorização dada por lei submetida a todas as Câmaras Municipais. § 3º O Consórcio está autorizado a emitir documentos de cobrança e a exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pelos serviços públicos prestados quer seja pelo próprio Consórcio ou por seus entes consorciados, mediante contrato de programa. § 4º Em se tratando de assuntos de interesse comum, o Consórcio poderá representar seus entes integrantes perante outras esferas de governo, desde que devidamente aprovado em Assembleia e com consentimento expresso do ente representado. § 5º Para atender as políticas de resíduos sólidos, federal, estadual e dos municípios consorciados, conforme determina a Lei nº 12.305/2010, o consórcio está autorizado a utilizar os seguintes instrumentos, dentre outros: I – os planos municipais de resíduos sólidos; II – a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; III – o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou demais formas de associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos Municípios integrantes do Consórcio; IV – a cooperação no monitoramento e na fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária quando couber; V – a cooperação técnica e financeira entre os setores públicos dos entes consorciados ou não, para o desenvolvimento de pesquisas, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; VI – a educação ambiental; VII – os incentivos fiscais, financeiros e creditícios; VIII – os fundos de meio ambiente e os sistemas de informações sobre gestão dos resíduos sólidos e de saneamento básico; IX – os órgãos colegiados municipais e estaduais, destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos e os conselhos de meio ambiente, e no que couber os de saúde; X – os instrumentos da política nacional e estadual de resíduos sólidos e meio ambiente, no que couber, tais como: padrões de qualidade ambiental, cadastros técnicos, sistemas de informações, termos de compromisso e ajustamento de conduta, dentre outros. CLÁUSULA OITAVA – DA ÁREA DA GESTÃO ASSOCIADAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS. A gestão associada abrangerá preferencialmente o serviço prestado nos territórios dos Municípios que efetivamente se consorciarem. PARÁGRAFO ÚNICO - A prestação do serviço pelo Consórcio em território diferente dos Municípios consorciados se dará por meio de instrumento jurídico firmado com o tomador do serviço, desde que seja operacional e economicamente viável ao Consórcio e previamente submetida à aprovação em Assembleia. CLÁUSULA NONA – DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS AO CONSÓRCIO. Para a consecução da gestão associada, fica transferido ao Consórcio o exercício das competências de planejamento, da regulação e da fiscalização do serviço público para destinação e disposição final de resíduos e rejeitos sólidos, incluindo dentre outras atividades. I – o exercício do poder de polícia no sentido de fiscalizar e multar o descumprimento de preceitos administrativos e legais que prejudiquem a preservação da saúde e do meio ambiente relativos à coleta, destinação e disposição do lixo; II – a elaboração de planos de investimentos para expansão, a reposição e a modernização tecnológica do Aterro; III – a elaboração de planos de recuperação dos custos do serviço; IV – o acompanhamento e a avaliação das condições de prestação de serviços; V – o apoio à prestação do serviço, destacando-se :a) a aquisição, a guarda e a distribuição de materiais para a manutenção, a reposição, a expansão e a operação do serviço; b) a manutenção de média e alta complexidade dos equipamentos utilizados na prestação do serviço; c) o controle de qualidade do serviço público; d) a restrição de

AUTENTICAÇÃO
Esta folha é a 11 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na última

Oficial / Substituta

acesso ou a suspensão da prestação do serviço em caso de inadimplência das obrigações assumidas por um dos entes consorciados, sempre precedida por prévia notificação .PARÁGRAFO ÚNICO – Fica o Consórcio autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências referentes ao planejamento, regulação e fiscalização do serviço público previsto no Contrato de Constituição do Consórcio. CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONCESSÃO, PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DOS TERMOS DE PARCERIA E DOS CONTRATOS DE GESTÃO. Fica o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA PARA ATERRO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – COMARES – UCV, proibido de conceder, permitir ou autorizar a transferência total ou parcial das competências de planejamento, regulação e fiscalização inerentes ao serviço público objeto da gestão associada, seja em nome próprio, seja em nome de entes consorciados e para terceiros. § 1º O Consórcio poderá estabelecer termo de parceria, contrato de gestão ou outro instrumento que tenha por objeto a gestão administrativa do Consórcio, bem como a realização de obras e serviços de engenharia, observada a legislação da Administração Pública. § 2º A Gestão Administrativa referenciada no parágrafo anterior importa tão somente na operacionalidade do Consórcio, ficando o processo de tomada de toda e qualquer decisão a cargo dos representantes dos entes consorciados legalmente eleitos. CAPÍTULO V. DO DEVER DO CONSÓRCIO, DA DEFINIÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DAS DIRETRIZES BÁSICAS. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DEVER DO CONSÓRCIO. É dever do Consórcio promover a satisfação das necessidades básicas e essenciais, bem como das demais complementares, especialmente mediante políticas, ações e a provisão universal e equânime da prestação de serviços públicos. CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA DEFINIÇÃO DOS SERVIÇOS BÁSICOS, ESSENCIAIS E COMPLEMENTARES. Para efeito deste Estatuto serão considerados serviços básicos e essenciais os relacionados com educação, saúde, preservação ambiental e de saneamento básico, sendo considerados complementares os demais serviços. CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS DIRETRIZES BÁSICAS. No que não contrariar a legislação federal, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA PARA ATERRO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – COMARES – UCV, bem como todos os seus entes consorciados, respeitarão as seguintes diretrizes básicas para efeito de prestação do serviço objeto da gestão associada definida no Contrato de Constituição: I – a universalização, consistente na garantia a todos de acesso ao serviço, indistintamente e em menor prazo, observado o gradualismo planejado da eficácia das soluções, sem prejuízo da adequação às características locais, em benefício da saúde pública, da preservação do meio ambiente e de outros interesses coletivos correlatos; II – a integralidade, compreendida como a provisão dos serviços públicos básicos, essenciais e complementares de todas as naturezas proporcionando o acesso à população na conformidade de suas necessidades e maximização da eficácia das ações e resultados ; III – a equidade, entendida como a garantia de fruição em igual nível de qualidade dos benefícios pretendidos ou ofertados, sem qualquer tipo de discriminação ou restrição de caráter social ou econômico, salvo os que visam priorizar o atendimento da população de baixa renda; IV – a regularidade, concretizada pela prestação do serviço sempre de acordo com a respectiva regulação e com as outras normas aplicáveis; V – a continuidade, consistente na obrigação de prestar o serviço público sem interrupções, salvo nas hipóteses previstas em lei; VI – a eficiência, por meio da prestação do serviço de forma a satisfazer as necessidades dos munícipes com a imposição do menor encargo socioambiental e econômico possível; VII – a segurança, implicando em que o serviço seja prestado com os menores riscos possíveis para os usuários, os trabalhadores que os prestam e à população; VIII – a atualidade, que compreende em modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria contínua do serviço; IX – a cortesia, traduzida no bom atendimento ao público, inclusive para fornecer as informações referentes ao serviço que seja de interesse dos usuários e da coletividade; X – a modicidade dos preços públicos, inclusive das tarifas, e das taxas, caso seja assim regulado; XI – a sustentabilidade, pela garantia do caráter duradouro dos benefícios das ações, considerados os aspectos jurídico-institucionais, sociais, ambientais, energéticos e econômicos relevantes ao objeto do Consórcio XII – a intersetorialidade , compreendendo a integração de determinadas ações entre si e com as demais políticas públicas, e m geral; XIII – a cooperação federativa, buscando a melhoria das condições de

vida de todos os municípios dos entes consorciados; XIV – a participação da sociedade na formulação e implementação das políticas e no planejamento, regulação, fiscalização, avaliação e prestação do serviço por meio de instâncias de controle social; XV – a promoção da educação sanitária e ambiental, fomentando os hábitos higiênicos, o uso sustentável dos recursos naturais, a redução de desperdícios e a correta utilização dos materiais, sua reciclagem e reaproveitamento ;XVI – a promoção e a proteção da saúde, mediante ações preventivas para a coleta e condicionamento do lixo de forma a evitar contaminação e proliferação de doenças; XVII – a preservação e a conservação do meio ambiente, mediante ações orientadas para coleta e condicionamento de resíduos sólidos notadamente em proximidades aos recursos naturais, de forma seletiva e sustentável, bem como realizar esforços para promover a reversão da degradação ambiental existente, observada as normas ambientais; XVIII – a promoção do direito a um ambiente ecologicamente equilibrado; XIX – o respeito às diversidades locais e regionais na implementação e na execução do serviço de coleta e destinação final dos resíduos sólidos; XX – a promoção e a defesa da saúde e segurança do trabalhador na execução das atividades relacionadas ao Consórcio;XXI – o respeito e a promoção dos direitos básicos da coletividade; XXII – o fomento pela busca de conhecimento científico e tecnológico, bem como a difusão de conhecimentos adquiridos que possam ser de interesse da comunidade, visando melhores condições de vida.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para a prestação do serviço público prevista neste Estatuto, deverá ser considerada a universalidade em toda a extensão territorial da atuação do Consórcio e ser assegurado o atendimento, no mínimo, das necessidades básicas vitais de todas as pessoas, independente de sua condição social-econômica e de convivência social, de forma aceitável e adequada nos locais de sua aplicação. Seção I.- Das Diretrizes Aplicáveis aos Resíduos Sólidos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO E GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS .Na gestão e gerenciamento dos resíduos e rejeitos sólidos pelo Consórcio, será observada a seguinte ordem de prioridade: na geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.§ 1º As políticas municipais de resíduos sólidos dos entes consorciados serão compatíveis com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 12.305/2010.§ 2º O Consórcio e os Municípios organizarão e manterão de forma conjunta o sistema regional de informações, sobre a gestão dos resíduos sólidos, prestando quando necessário, aos Órgãos Federais ou Estaduais, todas as informações solicitadas, em sua esfera de competência na forma e na periodicidade, estabelecidas em regulamento.§ 3º Para efeito de gestão, no âmbito do Consórcio, os resíduos sólidos serão classificados conforme previsto no Contrato de Consórcio Público .Seção II- Da Responsabilidade do Consórcio, dos Geradores e Compartilhada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO.O Consórcio como titular dos serviços públicos de manejo, destinação e disposição final de resíduos e rejeitos sólidos, será responsável pela organização e prestação direta ou indireta, destes serviços, observados os respectivos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e as disposições da Lei nº 12.305/2010.§ 1º Caso seja estabelecido nos Planos Municipais de Gestão Integrada, compete ao Consórcio I – adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizados e reciclados oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos urbanos ;II – implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânico e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido; III – promover a disposição final ambientalmente adequada aos rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.§ 2º Para o cumprimento do previsto no parágrafo anterior, o Consórcio priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação, mediante dispensa de licitação nos termos do inciso XXVII, do Artigo 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE DOS GERADORES DE RESÍDUOS. As pessoas físicas ou jurídicas, identificadas no Artigo 20, da Lei nº 12.305/2010, responsáveis pela geração de resíduos sólidos, deverão remunerar o Poder Público pela não execução das etapas sobre sua responsabilidade.§ 1º A contratação dos serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento, destinação final de resíduos, ou de disposição final de rejeitos, não isentará pessoas

AUTENTICAÇÃO

Esta folha é a 12 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na última

Oficial / Substituto

físicas ou jurídicas referenciadas no Artigo 20, da Lei identificada no caput, por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado, por seus respectivos resíduos ou rejeitos; § 2º O gerador de resíduos sólidos domiciliar terá sua responsabilidade cessada com a disponibilização adequada para a coleta ou quando promover a devolução dos materiais e/ou embalagens, conforme o Artigo 33, da Lei nº 12.305/2010. § 3º Caberá ao Poder Público, na qualidade de Ente consorciado individual ou em Consórcio, atuar, subsidiariamente, com vista a minimizar ou cessar qualquer dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, devendo os responsáveis pelo dano, ressarcir integralmente o Poder Público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas. § 4º O Consórcio, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, poderá encarregar-se das atividades das responsabilidades dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa, dos produtos e embalagens, mediante renumeração previamente acordada com os respectivos geradores. § 5º Os geradores de resíduos sólidos, a exceção dos consumidores, deverão manter atualizados e disponíveis ao Consórcio ou aos entes consorciados, informações completas sobre a realização das ações de sua responsabilidade no tocante ao sistema de logística reversa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA. No desempenho da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos e rejeitos sólidos, o Consórcio tem responsabilidade compartilhada com os Municípios consorciados, com os Fabricantes, Importadores, Distribuidores, Comerciantes, Consumidores e demais esferas da Administração Pública. § 1º Para efeito do Consórcio a responsabilidade compartilhada terá por objetivo :I – promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para a sua cadeia produtiva ou para outras cadeias produtivas ;II – reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos materiais ;III – incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade ;IV – estimular o consumo de produtos derivados, de materiais reciclados e recicláveis; V – incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental; VI – estimular sistemas de logística reversa para os produtos de agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes e seus resíduos e embalagens, lâmpadas fluorescentes, produtos eletroeletrônicos e seus componentes, bem como produtos comercializados, embalagens plásticas, metálicas ou de vidro. § 2º Para efeito de assegurar a implementação e a operacionalização da logística reversa, prevista no parágrafo anterior, o Consórcio ou os Municípios consorciados entre outras medidas, poderão: I – implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados para posterior repasse a origem; II – disponibilizar postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis; III – atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis ou recicláveis; IV – incentivar os consumidores a devolver após o uso, aos comerciantes ou distribuidores a efetuar a devolução aos fabricantes ou importadores dos produtos e embalagens inservíveis; V – incentivar os comerciantes e distribuidores a efetuar a devolução aos fabricantes ou importadores dos produtos e embalagens inservíveis; VI – incentivar os fabricantes e os importadores a darem destinação ambientalmente adequada aos produtos e as embalagens reunidos ou devolvidos; VII – estabelecer sistema de coleta seletiva; VIII – instituir incentivos aos consumidores, que participarem do sistema de coleta seletiva, acondicionando adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados e disponibilizando-os separadamente como reutilizáveis e recicláveis, para sua coleta e devolução.

CAPÍTULO VI. DO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO PLANEJAMENTO DOS SERVIÇOS. Compete ao Consórcio prestar serviços que tenham sido adequadamente planejados, de modo a não onerar desnecessariamente ou injustamente seus usuários. § 1º O planejamento dos serviços públicos deverão ser elaborados e revisados com a participação da comunidade, sendo obrigatória a realização de audiências e consultas públicas. § 2º Caberá a Assembleia Geral do Consórcio estabelecer normas regulamentares para a realização das audiências e consultas públicas, que serão observadas pelos Municípios consorciados no que não contrariarem a norma local. § 3º Compete também ao Consórcio, elaborar e implementar o planejamento das viabilidades socioeconômicas do serviço a ser prestado, tomando por base: I – o planejamento orçamentário municipal dos entes consorciados; II – a legislação da Administração Pública; III – a legislação em geral; IV – as

disposições estabelecidas no Contrato de Constituição do Consórcio .CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. Compete ao Consórcio exercer regulação e fiscalização permanente sobre a prestação de serviço público, inclusive quando prestado, direta ou indiretamente, por Município consorciado. § 1º Fica facultado ao Consórcio receber apoio técnico, através de convênio de cooperação técnica com entidades integrantes da Administração Pública de qualquer esfera de governo, para o exercício de suas competências de regulação e fiscalização, inclusive utilizar-se de informações produzidas por terceiros que possam contribuir para a eficácia da prestação do serviço, objeto de sua gestão associada. § 2º Incluem-se na regulação as atividades de interpretar e fixar critérios para a fiel execução dos instrumentos de execução do serviço, bem como, para a correta administração de subsídios. CAPÍTULO VII. DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO – COMPOSIÇÃO, NATUREZA E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS .Para efeito deste Estatuto, passam a compor o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA PARA ATERRO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – COMARES – UCV, os seguintes órgãos: I – Assembleia Geral; II – Presidência; III – Vice-Presidência; IV – Diretoria Executiva; V – Conselho Fiscal; VI – Colégio Eleitoral; em Assembleia Geral, vedada a criação de cargos, empregos e funções remunerados. § 2º Os órgãos criados serão exercidos por representantes dos entes consorciados, e na falta destes, pelos seus vice-prefeitos indicados e eleitos mediante votação em Assembleia Geral. CAPÍTULO VIII. Seção I- Da Assembleia Geral. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL. A Assembleia Geral, instância máxima do Consórcio, é o órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os entes consorciados. § 1º Os Vice-Prefeitos e os membros do Conselho Fiscal poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral com direito a voz. § 2º No caso da ausência do Prefeito, o Vice-Prefeito assumirá a representação do ente federativo na Assembleia Geral, inclusive com direito a voz. § 3º O disposto no §2º desta cláusula não podendo ser aplicado, será enviado um representante legal designado pelo Prefeito, que assumirá o direito de voz. § 4º O servidor de um Município não poderá representar outro Município na Assembleia Geral nem ocupante de cargo ou emprego em comissão do Estado poderá representar o Município. A mesma proibição se estende aos servidores do Consórcio. § 5º Ninguém poderá representar 02 (dois) consorciados na mesma Assembleia Geral .CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS REUNIÕES. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente (02) duas vezes por ano, nos meses de março e setembro, e, extraordinariamente, sempre que convocada. PARÁGRAFO ÚNICO - A convocação das Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias se dará por escrito via fax, e-mail, ofício, Aviso de Recebimento, sítio da internet ou através dos meios de comunicações disponíveis na área de atuação do Consórcio de rádio, televisão e jornal. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS VOTOS- Cada ente consorciado, terá direito na Assembleia Geral a um voto, cabendo ao Presidente do Consórcio mais um voto, no caso de empate. § 1º O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a servidor do Consórcio ou ente consorciado. § 2º O Presidente do Consórcio, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quórum qualificado, votará mais de uma vez apenas para desempatar. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO QUÓRUM- Fica deliberado o quórum da presença necessária de 02 (dois) dos entes consorciados (metade mais um) para a instalação da Assembleia e para que sejam válidas suas deliberações e, ainda, para a apreciação de determinadas matérias. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS COMPETÊNCIAS- Compete à Assembleia Geral: I – homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após 02 (dois anos) de sua subscrição; II – aplicar a pena de exclusão do Consórcio; III – elaborar e aprovar as alterações deste Estatuto; IV – eleger ou destituir o Presidente do Consórcio e o Vice, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição para um único período subsequente; V – ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os demais membros da Diretoria Colegiada; VI – aprovar: a) orçamento plurianual de investimentos; b) o programa anual de trabalho; c) o orçamento anual de Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio; d) a realização de operações de crédito ; e) a

AUTENTICAÇÃO
Esta folha é a 13 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na última

Oficial / Dubstituta

fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos; f) a alienação e a oneração de bens do Consórcio ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, lhes tenham sido outorgados os direitos de exploração; VII – propor a criação do fundo especial de universalização dos serviços públicos, formado com recursos provenientes de preços públicos, de taxas, de subsídios simples ou cruzados internos, bem como de transferências voluntárias oriundas da União, do Estado, ou, mediante contrato de rateio, de ente consorciado; VIII – homologar as decisões do Conselho Fiscal; IX – aceitar a cessão de servidores por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio; X – aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos; XI – aprovar a celebração de contratos de programa, os quais deverão ser submetidos a sua apreciação em no máximo 120 (cento e vinte) dias, sob pena de perda de eficácia; XII – apreciar e deliberar sobre :a) a melhoria do serviço prestado pelo Consórcio; b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgão públicos, entidades e empresas privadas. PARÁGRAFO ÚNICO - As competências previstas neste Estatuto poderão ser revistas e alteradas em Assembleia Geral .CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE DO CONSÓRCIO-O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos em Assembleia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros 30 (trinta) minutos. Somente serão aceitos como candidatos Chefes de Poder Executivo de ente consorciado. § 1º O Presidente e Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal. § 2º Será considerado eleito o candidato que obtiver pelo menos metade mais um dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos a metade mais dois dos consorciados. Será eleito vice-presidente o 2º candidato. § 3º Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado a metade mais um dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os 03 (três) candidatos mais votados. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, considerados os votos brancos. § 4º Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembleia Geral, a se realizar entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) dias após a sua realização, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente em exercício. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA NOMEAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO DA DIRETORIA-Proclamados eleitos os candidatos a Presidente e a Vice-Presidente, ao primeiro será dada à palavra para que submeta à apreciação da Assembleia a lista dos representantes técnicos indicados pelos entes consorciados para comporem a Diretoria Executiva. § 1º Uma vez ratificada a lista, o Presidente da Assembleia indagará, caso presente, se cada um dos indicados aceita a nomeação. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por meio de documento subscrito pelo indicado. § 2º Caso haja recusa do nomeado, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova lista de nomeação. § 3º Estabelecida a lista válida, as nomeações somente produzirão efeito caso aprovadas pela metade mais um dos votos, exigida a presença da maioria absoluta dos consorciados. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE, DO VICE-PRESIDENTE E DE DIRETOR EXECUTIVO-Em qualquer Assembleia Geral poderá ser destituído o Presidente, o Vice-Presidente ou qualquer dos Diretores Executivos do Consórcio, bastando ser apresentada proposta de censura com apoio de metade mais um dos votos. § 1º Em todas as convocações de Assembleia Geral, deverá constar como item de pauta: "apreciação de eventuais propostas de censura". § 2º Apresentada a proposta de censura, as discussões serão interrompidas e a mesma será imediatamente apreciada, sobressaltando-se os demais itens da pauta. § 3º A votação da proposta de censura será efetuada após facultada a palavra, por 15 (quinze) minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao Presidente, Vice-Presidente ou ao Diretor que se pretenda destituir. § 4º Será considerada aprovada a proposta de censura por metade mais um dos votos dos representantes presentes à Assembleia Geral, em votação pública nominal. § 5º Caso aprovada a proposta de censura do Presidente, do Vice-Presidente do Consórcio, e/ou até mesmo de ambos simultaneamente, este(s) estará(ão) automaticamente destituído(s), procedendo-se, na mesma Assembleia, à eleição de novo Presidente e/ou Vice para completar o período remanescente do mandato. § 6º Na hipótese de não se viabilizar uma eleição de novo Presidente/Vice-Presidente, será designado um pro tempore por metade mais um dos votos presentes. O Presidente/Vice-Presidente pro tempore exercerá as suas funções até a próxima Assembleia Geral, a se realizar entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) dias. § 7º Caso aprovada a proposta de censura apresentada para a função de qualquer Diretor Executivo, ele será

automaticamente destituído e, estando presente, aberta a palavra ao Presidente do Consórcio, para nomeação do Diretor que completará o prazo fixado para o exercício do cargo. A nomeação será incontinenti submetida à homologação. § 8º Rejeitada a proposta de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma Assembleia e nos 60 (sessenta) dias seguintes. CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DO REGISTRO EM ATAS- Nas atas da Assembleia Geral, serão registradas: I – por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembleia Geral, indicando o nome do representante e o horário de seu comparecimento; II – de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral; III – a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e a indicação expressa e nominal do voto de cada representante, bem como a proclamação dos resultados. § 1º No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação, deverão ser registrados em Ata. § 2º Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão, na qual se indique expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada pela metade mais um dos votos dos presentes e a ata deverá conter a indicação expressa e nominal dos representantes que votaram a favor e contra o sigilo. § 3º A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive os anexos, por aquele que a lavrou e por que presidiu os trabalhos da Assembleia Geral. CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO-Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até (10) dez dias, publicada no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet. PARAGRAFO ÚNICO. Mediante o pagamento das despesas de reprodução, será fornecida para qualquer cidadão, cópia autenticada da Ata. Seção II- Do Presidente e Vice-Presidente-CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DA COMPETÊNCIA-Sem prejuízo do previsto neste Estatuto, incube ao Presidente :I – representar o consórcio judicial e extrajudicialmente; II – ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas; III – autorizar que o Consórcio ingresse em juízo, incumbindo-se de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes; IV – autorizar a dispensa ou exoneração de empregados e de serviços temporários; V – gerenciar os recursos técnicos e financeiros do Consórcio, quais sejam: abrir e movimentar contas bancárias em quaisquer instituições financeiras públicas e/ou privadas; autorizar cobrança; solicitar saldos, extratos e comprovantes; cancelar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; efetuar saques – conta corrente; efetuar transferências por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira no RPG; liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador Financeiro / AASP; efetuar transferência para mesma titularidade; emitir cheques; receber, passar recibo e dar quitação; endossar cheque; baixar cheques; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; emitir comprovantes e encerrar contas de depósito. § 1º Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Vice-Presidente. § 2º Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Vice-Presidente poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente. § 3º A prática dos atos previstos no inc. V do caput dessa Cláusula será realizada mediante a assinatura conjunta do Presidente e do Secretário-Executivo do Consórcio. Seção III-Da Diretoria-CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – DO NÚMERO DE MEMBROS-A Diretoria é composta por 03 (três) representantes técnicos, indicados individualmente por cada ente consorciado. § 1º Nenhum dos Diretores perceberá renumeração ou qualquer espécie de verba indenizatória. § 2º Somente poderá ocupar as atribuições na Diretoria, servidores do quadro técnico dos entes consorciados. § 3º Ratificadas as indicações dos Diretores pela Assembleia Geral, haverá, por parte desses representantes, após compromisso verbal de acatar e respeitar as cláusulas previstas no Contrato de Consórcio Público, em seu Estatuto e nas normas vigentes na Administração Pública e na Constituição Federal, a assinatura de termo em livro próprio. § 4º Dentre os diretores, será escolhido, pela Assembleia Geral, um Secretário –Executivo .CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – DOS DIRETORES-Mediante proposta dos entes consorciados ratificada pela Assembleia Geral, os representantes técnicos poderão ser redesignados à Diretoria Executiva .CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – DAS DELIBERAÇÕES-A Diretoria deliberará de forma colegiada, exigida a maioria de votos. Em caso de empate, prevalecerá o voto do Secretário - Executivo. PARÁGRAFO ÚNICO - A Diretoria Executiva reunir-se-á mediante a convocação do

AUTENTICAÇÃO

Esta folha é a 14 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na última

Oficial / Dubstítuto

Secretário-Executivo. CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – DAS COMPETÊNCIAS-Além do previsto neste Estatuto, compete à Diretoria :I – julgar recursos relativos à: a) homologação de inscrição e de resultados de concursos público; b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação (desclassificação),e homologação e adjudicação de seu objeto; c) aplicação de penalidades a servidor do Consórcio. II – zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por seu Contrato de Constituição ou por este Estatuto a outro órgão do Consórcio. CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – DA SUBSTITUIÇÃO E SUCESSÃO- Os entes consorciados poderão designar substituto para seus representantes técnicos no âmbito da Diretoria Executiva. CAPÍTULO IX-DO CONSELHO FISCAL-CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – DA COMPOSIÇÃO-O Conselho Fiscal é composto por 03 (três) Conselheiros eleitos indiretamente, por Colégio Eleitoral.§ 1º O Conselho Fiscal será eleito e empossado de nove a seis meses antes do término do mandato do Presidente do Consórcio.§ 2º Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante proposta de censura aprovada por metade mais um dos votos da Assembleia Geral, exigida a presença de metade mais dois de entes consorciados. CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – DO COLÉGIO ELEITORAL-O Colégio Eleitoral será formado por 02 (dois) representantes eleitos por cada Câmara Municipal.§ 1º O Colégio Eleitoral será presidido pelo Presidente eleito entre os indicados e na sua falta pelo mais idoso dos presentes.§ 2º Não se admitirá a candidatura de parentes e afins até o terceiro grau de qualquer dos chefes do Poder Executivo de entes consorciados. Caso eleito candidato nessa condição, o Colégio Eleitoral, em votação preliminar, deliberará sobre a perda de seu mandato. CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DA ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL-O Colégio Eleitoral reunir-se-á a pedido do Presidente do Consórcio para a formação do Conselho Fiscal.§ 1º Nos primeiros 30 (trinta) minutos de reunião serão apresentadas as candidaturas ao Conselho Fiscal.§ 2º As candidaturas serão sempre pessoais, vedada a inscrição ou apresentação de chapas.§ 3º Somente poderá se candidatar ao Conselho Fiscal aquele que detenha a qualidade de integrante do Colégio Eleitoral.§ 4º A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto secreto, sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato.§ 5º Consideram-se eleitos membros efetivos os 03 (três) candidatos com maior número de votos e, como membros suplentes, os 03 (três) candidatos que se seguirem em número de votos. Em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – DA COMPETÊNCIA-Além do previsto neste Estatuto, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio, com auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas. PARÁGRAFO ÚNICO - O disposto no caput deste parágrafo não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregar ou compromissar ao Consórcio .CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – DO FUNCIONAMENTO-O Conselho Fiscal funcionará para exercício de suas competências na última semana de cada trimestre, ficando-lhe assegurado as seguintes prerrogativas: a) acesso a documentação contábil, bancária e financeira do Consórcio; b)local para análise dos documentos; c)equipamentos de informática e todo material de expediente necessário a elaboração de relatórios de situação. PARÁGRAFO ÚNICO - As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembleia Geral. CAPÍTULO X-DO CONSELHO DE REGULAÇÃO-CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – DA COMPOSIÇÃO-O Conselho de Regulação, órgão de natureza consultiva, será composto por 02 (dois) membros da Diretoria Executiva e por 03 (três) representantes de usuários, assegurando-se dentre estes a sua Presidência.§ 1º Os representantes dos usuários serão eleitos em conferência, convocada mediante ampla publicidade a ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias de sua publicidade em primeira convocação e, posterior, em segunda com intervalo de 01 (uma) hora entre uma convocação e outra.§ 2º Não havendo quórum mínimo de metade mais um será realizada nova convocação no prazo não inferior a 30 (trinta) dias e da mesma forma. Havendo quórum, será colocada em votação a eleição do Presidente do Conselho de Regulação dentre os representantes dos usuários presentes, mediante voto aberto e único para os 03 (três) candidatos mais indicados, sendo eleito na qualidade de Presidente o que obtiver maior número de votos. No caso de empate, será eleito o maior de idade.§ 3º Aos

do emprego público vago e perceberão a renumeração para ele prevista no Anexo Único de seu Contrato de Constituição .CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA – DA CONDIÇÃO DE VALIDADE E DO PRAZO MÁXIMO DE CONTRATAÇÃO .As contratações temporárias serão automaticamente extintas com o início do prazo de inscrições de concurso público para preenchimento efetivo do emprego público nos sessenta dias iniciais da contratação.§ 1º O prazo das contratações temporárias, bem como o de uma possível prorrogação, será àquele definido no Contrato de Constituição do Consórcio.§ 2º Não será admitida, em qualquer hipótese, a prorrogação quando houver resultado definitivo de concurso público destinado a prover o emprego público.

CAPÍTULO XII-DOS CONTRATOS-Seção I- Do procedimento de contratação. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA – DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS POR ÍNFIMO VALOR-Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações diretas fundamentadas no disposto nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e que não excedam ao valor de 20% (vinte por cento), sem prejuízo do disposto na legislação federal, observarão o seguinte procedimento: I – serão realizadas diretamente as contratações de obras e serviços de engenharia caso a estimativa de custo não ultrapasse ao valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) para aquisições e outros serviços por decisão da Diretoria; II - elementos essenciais do procedimento de compra serão publicados no sítio mantido pelo Consórcio na rede mundial de computadores- internet para que, em 03 (três) dias úteis, interessados venham a apresentar proposta; III – somente ocorrerá à contratação se houver a proposta de preço de pelo menos 03 (três) fornecedores; IV – nas contratações e aquisições de preços superiores aos previstos no inciso I e II do artigo 23 da Lei nº 8.666/93, mediante procedimentos licitatórios, todas devidamente homologadas pelo Presidente do Consórcio.

PARÁGRAFO ÚNICO - Por meio de decisão fundamentada, publicada na imprensa oficial em até 05 (cinco) dias, poderá ser dispensada a exigência prevista no inciso III do caput. Por meio do mesmo procedimento poderá a contratação ser realizada sem a abertura do prazo fixado no inciso II do caput .CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE DAS LICITAÇÕES. Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem deu causa à contratação, todas as licitações terão a íntegra de seu ato convocatório, decisões de habilitação, julgamento das propostas e decisões de recursos publicadas no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA – DO PROCEDIMENTO DAS LICITAÇÕES DE MAIOR VALOR. Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem deu causa à contratação, mediante procedimento licitatório com custo de valores previstos no inciso IV da Cláusula Quinquagésima Primeira. Sem prejuízo na legislação federal, observarão o seguinte procedimento :I – a sua instauração deverá ser autorizada pelo Presidente do Consórcio e acompanhada pela Diretoria Executiva; – a sua abertura deverá ser comunicada por ofício a todos os entes consorciados, no ofício indicando-se o sítio da rede mundial de computadores onde poderá ser obtida a íntegra do ato convocatório; – de acordo com a modalidade de licitação, o prazo das propostas não poderá ser inferior à:a)05 (cinco) dias úteis, se a estimativa de contrato for igual ou inferior à R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais)– Convite;) 15(quinze) dias, se superior à R\$450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais) e igual ou inferior à R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais)– Tomada de Preços; c)45(quarenta e cinco)dias, se superior à R\$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) – Concorrência; IV – as homologações das licitações previstas no inciso anterior, serão realizadas pelo Presidente do Consórcio; V – o Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por metade mais um de seus membros, poderá determinar que procedimento licitatório tenha o seu trâmite suspenso, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios. PARÁGRAFO ÚNICO - Na contratação de obras de valor estimado superior à R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), somente será permitida se houver o prévio consenso de pelo menos 03 (três) entes consorciados. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA – DA LICITAÇÃO TÉCNICA E PREÇOS .somente realizar-se-á licitação tipo técnica e preço mediante justificativa subscrita pelo Presidente. PARÁGRAFO ÚNICO - Nas licitações tipo técnica e preço o prazo para o recebimento das propostas será de, no mínimo, 30 (trinta) dias, facultando-se a apresentação de impugnações ao edital, julgamentos e

respostas nos prazos previstos na Lei nº 8.666/93. Seção II- Dos contratos-CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE. Todos os contratos de valor superior à R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) terão a sua íntegra publicada no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet. PARÁGRAFO ÚNICO – A publicação resumida dos contratos referidos no caput e de seus aditamentos, como condição indispensável para a sua eficácia, será providenciada pelo Consórcio, no prazo e na forma prevista na Lei nº 8.666/93. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO- Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo Consórcio. § 1º Todos os pagamentos superiores à R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) serão publicados na internet e, no caso de obras, da publicação constará o laudo de medição e o nome do responsável por sua conferência. § 2º O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por metade mais um de seus membros, poderá determinar que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios. CAPÍTULO XIII-DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA – DO REGIME DA ATIVIDADE FINANCEIRA. A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA-OITAVA – DAS RELAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE CONSORCIADOS E O CONSÓRCIO. Os entes consorciados somente repassarão recursos ao Consórcio quando: I – tenha contratado o Consórcio para a prestação de serviços, execução de obras ou fornecimento de bens, respeitados os valores de mercado; II – houver contrato de rateio. § 1º Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio. § 2º Não se exigirá contrato de rateio no caso de os recursos recebidos pelo Consórcio terem por origem transferência voluntária da União ou do Estado, formalizada por meio de convênio com ente consorciado, desde que o Consórcio compareça ao ato como interveniente. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA – DA FISCALIZAÇÃO-Fica o COMARES –UCV sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas dos Municípios, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo por parte do Poder Legislativo Municipal e dos entes consorciados a ser exercido em razão de cada um dos contratos que estes venham a celebrar com o Consórcio, além do interno exercido pelos Conselhos. CAPÍTULO XIV-DA CONTABILIDADE-CLÁUSULA SEXTUAGÉSIMA – DA SEGREGAÇÃO CONTÁBIL. No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares. § 1º Anualmente, no início de cada exercício financeiro, deverá ser apresentado demonstrativo do exercício financeiro anterior que indique: I – o investido e o arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados; II – a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços. § 2º Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet. CAPÍTULO XV.DOS CONVÊNIOS-CLÁUSULA SEXTUAGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CONVÊNIOS-Com o objetivo de receber transferência de recursos, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais, de terceiro setor ou privadas, nacionais ou estrangeiras. CLÁUSULA SEXTUAGÉSIMA SEGUNDA – DA INTERVENIÊNCIA-Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos. CAPÍTULO XVI-DA SAÍDA DO CONSÓRCIO. CLÁUSULA SEXTUAGÉSIMA TERCEIRA – DO RECESSO-A retirada de membro do consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral. CLÁUSULA SEXTUAGÉSIMA QUARTA – DOS EFEITOS-O recesso não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio. PARÁGRAFO ÚNICO - Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de: I – decisão da metade mais um dos entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em Assembleia Geral; II – expressa previsão no

AUTENTICAÇÃO
Esta folha é a 16 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na última

Oficial / Dubstituta

instrumento de transferência ou de alienação; III – reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou pela Assembleia Geral do Consórcio. CAPÍTULO XVII-DA EXCLUSÃO-CLÁUSULA SEXTUAGÉSIMA QUINTA – DA HIPÓTESE DE EXCLUSÃO .São hipóteses de exclusão de ente consorciado: I – a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio; II – a subscrição de protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis ao do COMARES – UCV;III – a existência de motivos graves, reconhecido, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.§ 1º A exclusão prevista no inciso I do caput somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.§ 2º Mediante alteração deste Estatuto, poderão ser previstas outras hipóteses de exclusão, previamente deliberadas em Assembleia Geral .CLÁUSULA SEXTUAGÉSIMA SEXTA – DO PROCEDIMENTO.A aplicação da pena de exclusão de um ente consorciado estará condicionada a prévia instauração de processo administrativo, garantindo-lhe o direito da ampla defesa e ao contraditório, cujos resultados serão consolidados em relatório conclusivo, que será submetido à apreciação e votação da Assembleia Geral por decisão de metade mais um de seus membros não submetidos ao processo de exclusão, para posterior homologação do Presidente para aplicação da pena.§ 1º A pena de exclusão aplicada deverá ser dada publicidade principalmente a todos os entes consorciados e sendo a razão que a motivou enquadrada como violação aos princípios e normas que regem a Administração Pública, deverá ser comunicado aos órgãos de controle internos e externos.§ 2º Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei nº 11.107, de 06 abril de 2005, seu Decreto Regulamentar de nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, e demais legislações aplicáveis aos órgãos da Administração Pública.§ 3º Da decisão que decretar a exclusão e antes da homologação do Presidente, caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo. CAPÍTULO XVIII-DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.CLÁUSULA SEXTUAGÉSIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO-A alteração ou extinção do Contrato de Constituição do Consórcio COMARES – UCV dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral e ratificado mediante lei pelo Poder Legislativo de todos os seus entes consorciados.§ 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços.§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantindo o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.§ 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem e os que se enquadrarem na condição de empregados públicos serão dispensados por meio de Rescisão de Contrato de Trabalho em conformidade com a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.§ 4º A alteração do contrato de consórcio público observará o mesmo procedimento previsto no caput. CAPÍTULO XIX-DAS DISPOSIÇÕES GERAIS-CLÁUSULA SEXTUAGÉSIMA OITAVA – DO REGIME JURÍDICO-O Consórcio será regido pelo disposto na Lei de nº. 11.107, de 6 de abril de 2005, por seu Decreto Regulamentar de nº. 6.017 de 17 de janeiro de 2007, por seu Contrato de Constituição, por este Estatuto, por seu Regimento Interno; pela legislação que rege a Administração Pública e pelas leis de ratificação, as quais se aplicam somente aos entes federativos que as emanaram. PARÁGRAFO ÚNICO - O Consórcio, por sua natureza, rege-se também pelas Leis de nº 11.445/2007, 12.305/2010 e 9.605/1998.CLÁUSULA SEXTUAGÉSIMA NONA – DA INTERPRETAÇÃO-A interpretação do disposto neste Estatuto comunga de igual forma o Contrato de Constituição do Consórcio, devendo ser compatível aos seguintes princípios :I – respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, em razão do ingresso ou retirada do Consórcio que depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado o oferecimento de incentivos para o ingresso; II – solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio; III – eletividade de todos os órgãos dirigentes do Consórcio;

IV – transparência, mediante a qual não se poderá negar que o Poder Executivo e o Legislativo de cada ente federativo consorciado ou os membros dos Conselhos tenham o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio; V – eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA – DA EXIGIBILIDADE-Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas no Contrato de Constituição do Consórcio, neste Estatuto, em seu Regimento Interno e demais deliberações.

CAPÍTULO XX-DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS.

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA – DA DESIGNAÇÃO PRO TEMPORE DE MEMBROS DO CONSELHO DE REGULAÇÃO .Até a realização de conferência para a eleição dos representantes dos usuários, o Conselho de Regulação funcionará com representantes indicados, em caráter pro tempore, pelos Conselhos Municipais.

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA – DA TRANSIÇÃO. Poderá a Assembleia Geral, motivada por incapacidade técnica e material sobrestar, por um período máximo e improrrogável de até 04 (quatro) anos a aplicação de normas previstas neste Estatuto acerca da prestação do serviço público, correspondentes aos direitos dos usuários, por decisão de metade mais um, desde que presentes metade mais dois dos consorciados.

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA – DA CORREÇÃO MONETÁRIA-A Assembleia Geral, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos no Contrato de Constituição do Consórcio.

PARÁGRAFO ÚNICO - A critério da Assembleia Geral, os valores poderão ser fixados em valor inferior à aplicação do índice de correção oficial.

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA QUARTA – DA REPARAÇÃO DE DANOS-Sem prejuízo da obrigação de indenizar, independente da existência de culpa e, mesmo havendo a reparação dos danos causados por ação ou omissão de pessoas físicas ou jurídicas, mas que importem na inobservância aos preceitos da legislação brasileira em vigor, o Consórcio participará aos órgãos de controle ambiental para que estes apliquem aos infratores as sanções penais e administrativas em conformidade com a Lei nº 9.605/1998.

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA QUINTA– DA OPERACIONALIDADE DE ATERRO-(Cláusula Suprimida)

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA SEXTA – DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS.O Consórcio poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender prioritariamente desde que aprovados em Assembleia, às iniciativas de implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de matérias reutilizáveis e recicláveis, formadas por pessoas de baixa renda.

PARÁGRAFO ÚNICO - Deverão ser respeitadas as limitações da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA – DAS PROIBIÇÕES. Para efeito do Consórcio e de seus entes consorciados são proibidas:

§ 1º As seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: I – lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; II – lançamento in natura, a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; III – queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; IV – outras formas vedadas pela legislação.

§ 2º São também proibidas as seguintes atividades nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos: I – utilização dos rejeitos dispostos como alimentação; II – catação; III – criação de animais domésticos ;IV – fixação de habitações temporárias ou permanentes V – outras atividades vedadas pela legislação.

§ 3º A importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, a saúde pública e animal e a sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reuso , reutilização ou recuperação .

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA OITAVA – DA REVISÃO ESTATUTÁRIA-Por decisão apreciada em Assembleia, e sendo necessária, será processada a revisão das disposições previstas neste Estatuto.

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS- Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos em seu Regimento Interno e em deliberações da Assembleia Geral.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA – DO FORO-Fica mantido o Foro do Município sede do Consórcio para dirimir eventuais controvérsias no Contrato de Constituição do Consorcio neste Estatuto. Cascavel – CE, 17 de junho de 2016.

VALDEMAR ARAÚJO DA SILVA FILHO-PRESIDENTE DO COMARES – UCV-MUNICÍPIO DE PINDORETAMA;MICHELE CARIELLO DE SÁ QUEIROZ ROCHA-

AUTENTICAÇÃO
Esta folha é a 11 de um conjunto de 60
objeto da certidão lavrada na última

Oficial / Dubstituta

mundial de computadores - Internet, em que se poderá obter seu texto na íntegra. **CAPÍTULO II - DOS CONCEITOS - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS CONCEITOS.** Para os efeitos deste Protocolo de Intenções e de todos os atos emanados ou subscritos pelo Consórcio Público ou por Município consorciado, consideram-se: **I** – gestão associada: ato de promover ações para a prestação de serviço público com o objetivo de alcançar níveis de satisfação das necessidades básicas e essenciais do ser humano no tocante a educação, saúde e preservação ambiental, bem como das necessidades suplementares, em condições que maximizem a promoção e a melhoria das condições de vida nos meios urbanos e/ou rural dos Municípios consorciados; **I** – salubridade ambiental: qualidade das condições em que vivem populações urbanas e rurais no que diz respeito à sua capacidade de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de doenças relacionadas com o meio ambiente, bem como o de favorecer o pleno gozo da saúde e o bem-estar dos munícipes dos entes consorciados; **III** – plano de gerenciamento ambiental: refere-se, a um conjunto de estudos, diretrizes, programas, prioridades, metas atos normativos e procedimentos que, com fundamento em avaliação do estado de salubridade ambiental, inclusive da prestação do serviço público a ela referente, define a programação das ações e dos investimentos necessários para a prestação universal, integral e atualizada no que concerne à destinação e a disposição final de resíduos e rejeitos sólidos mediante soluções para a concretização de níveis cada vez mais crescentes na melhoria dessa salubridade ambiental, que envolve todos os Municípios consorciados; **IV** – serviços públicos de saneamento básico: refere-se a serviços públicos cuja natureza envolva direta ou indiretamente as atividades de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, do manejo de resíduos e rejeitos sólidos e o manejo de água pluviais; **V** – planejamento: as atividades de identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das quais um serviço público deve ser prestado ou colocado à disposição de forma adequada em determinado período para o alcance das metas e resultados pretendidos; **VI** – regulação: todo e qualquer ato, normativo ou não, que discipline ou organize um determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impactos socioambientais, os direitos e obrigações dos cidadãos, dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação, a política e sistema de cobrança, inclusive a fixação reajuste e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos; **VII** – fiscalização: as atividades de acompanhamento, monitoramento, controle e avaliação, exercidas pelo titular do serviço público, inclusive por entidades de sua administração indireta ou por entidades conveniadas, e pelos cidadãos e usuários, no sentido de garantir a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público; **VIII** – prestação de serviço público: a execução, em estrita conformidade com o estabelecido na regulação, de toda e qualquer atividade com o objetivo de permitir o acesso a um serviço público com características e padrão de qualidade determinado; **IX** – titular: o Município consorciado; **X** – projetos associados: aos serviços públicos de destinação e disposição de resíduos e rejeitos sólidos em caráter acessório ou correlato à prestação dos serviços, capazes de gerar benefícios sociais, ambientais ou econômicos adicionais, dentre eles: **a)** a melhoria de vias terrestres, **b)** o aproveitamento de arranjos produtivos, culturais e potenciais locais, proveniente da reciclagem; **c)** o aproveitamento de energia de qualquer fonte potencial vinculada ao serviço público, inclusive do biogás e créditos carbono; **d)** a busca por conhecimento e atualizações tecnológicas; **e)** a promoção de forma de trabalho urbano e rural na busca por emprego e renda; **f)** outras atividades essenciais para a prestação do serviço, objeto do presente Protocolo; **XI** – subsídios simples: aqueles que se processam mediante receitas que não se originam de remuneração pela prestação de serviços públicos básicos e essenciais; **XII** – subsídios cruzados: aqueles que se processam mediante receitas que se originam de remuneração pela prestação de outros serviços públicos; **XIII** – subsídios cruzados internos: aqueles que se processam internamente à estrutura de cobranças pela prestação de serviços no território de um só município ou na área de atuação do Consórcio Público; **XIV** – subsídios cruzados externos: aqueles que se processam mediante transferências ou compensações de recursos originados de área ou território diverso dos referidos no inciso XIII desta cláusula; **XV** – controle social: conjunto de mecanismo e procedimentos, que garantam à sociedade informações, representações técnicas e participação nos processos de formulação implementação e avaliação, das políticas públicas e prestação de serviços relacionadas aos resíduos e rejeitos sólidos; **XVI** – acordo setorial: ato de natureza contratual,

AUTENTICAÇÃO
Esta folha é a 18 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na última

Oficial / Dubstituta

firmada entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada, pelo ciclo de vida do produto; **XVII** – ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final; **XVIII** – coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos, previamente segregados, conforme sua constituição ou composição; **XIX** – destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação, e o aproveitamento energético, ou outras destinações admitidas, pelos órgãos competentes de fiscalização ambiental; observando as normas operacionais específicas, de modo a evitar, danos ou riscos à saúde pública, e a minimizar os impactos ambientais adversos; **XX** – disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterro, observando as normas operacionais específicas, de modo a evitar, danos ou riscos à saúde pública, e a minimizar os impactos ambientais adversos; **XXI** – geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluindo o consumo; **XXII** – gerenciamento de resíduos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com planos de gerenciamento dos referidos resíduos exigidos na forma da Lei nº 12.305/2010; **XXIII** – gestão integrada de resíduos e rejeitos sólidos: conjunto de ações voltadas à busca de soluções, para aos resíduos sólidos de forma a considerar os critérios políticos, econômico, ambientais e sociais, para o desenvolvimento sustentável da região; **XXIV** – logística reserva: instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar, a coleta e a restrição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, de modo a promover o seu reaproveitamento em seu ciclo, ou em outros ciclos produtivos, ou ainda para outra destinação final ambientalmente adequada; **XXV** - reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos, que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas a transformação em insumos, ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos ambientais; **XXVI** – rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição ambientalmente adequada; **XXVII** – resíduos sólidos: material, substância, objeto ou outro bem descartado resultante de atividades humanas, em sociedade, a cuja destinação final, se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, no estado sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos, cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento em rede pública de esgotos, ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis, em face da melhor tecnologia disponível; **XXVIII** – responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos, de limpeza urbana, e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume dos referidos resíduos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e qualidade ambiental, decorrentes do ciclo de vida dos produtores nos termos da Lei nº 12.305/10; **XXIX** – reutilização: processo de reaproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física, ou físico-química, observada as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos ambientais.

TÍTULO II. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES. CAPÍTULO I. DA DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE. CLÁUSULA QUARTA - DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA PARA ATERRO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – COMARES – UCV, cria uma personalidade jurídica de direito público, do tipo associação pública, que integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados. § 1º O Contrato do Consórcio adquirirá vigência de Lei mediante a ratificação de pelo menos metade mais um dos Municípios subscritores desse Protocolo de Intenções. § 2º O Consórcio adquirirá personalidade jurídica, após a aprovação de seu estatuto e seu registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. § 3º Como forma de garantir simultaneidade, recomenda-se

que as leis de ratificação prevejam a sua entrada em vigor até o dia 31 de dezembro de 2010. **CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE DURAÇÃO.** O Consórcio vigorará por prazo indeterminado. **CLÁUSULA SEXTA – DA SEDE.** A sede do Consórcio será no Município de Cascavel, estabelecido como sede do Aterro. **PARÁGRAFO ÚNICO - A Assembleia Geral do Consórcio, mediante decisão de metade mais um dos consorciados, poderá alterar a sede.**

CAPÍTULO II. DOS OBJETIVOS. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS OBJETIVOS. São objetivos do Consórcio : **I** - o planejamento a regulação, a fiscalização e, nos termos de contrato de programa, a prestação do serviço público para promover a destinação e disposição final de resíduos e rejeitos sólidos, na área de atuação da Administração Pública dos municípios identificados na Cláusula Primeira do presente Protocolo; **I** - a implementação de melhorias nas condições de vida dos municípios, desenvolvendo alternativas para programas de educação, saúde e gestão ambiental, sem prejuízo das ações e programas desenvolvidos individualmente pelos entes consorciados; **III** - a capacitação técnica de forma continuada do pessoal encarregado no manuseio e prestação do serviço de coleta, transferência e reciclagem dos resíduos sólidos produzidos pelos Municípios consorciados; **V** - a realização de licitações compartilhadas das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados por Municípios consorciados ou entes de sua administração indireta; **V** – a aquisição ou a administração dos bens que possam estar direta ou indiretamente relacionados ao funcionamento do aterro para uso compartilhado do Consórcio ou de seus Municípios integrantes; **VI** - a promoção de toda e qualquer comercialização de matéria prima e/ou produtos derivados do funcionamento do aterro sanitário, revertendo para o Consórcio os valores arrecadados desta operação; **VII** - a busca de alternativas e tecnologias para o desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental, voltados para a melhoria do reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluindo a recuperação e o reaproveitamento energético, com base em experiências comprovadas e economicamente viáveis, que permitam soluções efetivas de combate à poluição e degradação ambiental, preservando os recursos naturais e promovendo o tratamento e a consequente eliminação de gases nocivos a vida; **VIII** – o zelo pela proteção de saúde pública e da qualidade ambiental no desempenho de suas funções; **IX** – o incentivo a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem e o tratamento dos resíduos sólidos, bem como promover a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos que forem direcionados ao aterro; **X** – a promoção e a articulação entre as diferentes esferas do Poder Público e, destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão associadas dos resíduos sólidos; **XI** – a adoção, o desenvolvimento e o aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais; **XII** – a segurança, a regularidade, a continuidade, a funcionalidade e a universalização da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos e rejeitos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos de serviços prestados como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira em conformidade com o estabelecimento na Lei nº. 11.445/2007; **XIII** – o reconhecimento do resíduo sólido, reutilizado e reciclado como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania; **XIV** – a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto. § 1º Mediante requerimento do interessado, é facultado à assembleia geral devolver qualquer dos poderes mencionados no inciso I do *caput* à administração direta do Município consorciado. § 2º O Consórcio somente poderá prestar serviço público nos termos de contrato de programa que celebrar com ente consorciado. § 3º Os bens adquiridos ou administrados na forma do inciso V do *caput* serão de uso exclusivo dos entes que contribuíram para a sua aquisição ou administração, na forma de regulamento da Assembleia Geral. Nos casos de retirada de consorciado ou de extinção do Consórcio, os bens permanecerão em condomínio, até autorização que seja extinto mediante ajustes entre os interessados. § 4º Priorizar nas aquisições e contratações do Consórcio produtos reciclados e recicláveis, bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis, com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis. § 5º Havendo declaração de utilidade, necessidade pública ou interesse social emitida pelo Município em que o bem ou direito se situe, fica o Consórcio autorizado a promover as desapropriações, proceder a requisições ou instituir as servidões necessárias à consecução de seus objetivos. **CLÁUSULA OITAVA – DAS PRERROGATIVAS PARA CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS.** Para cumprimento dos objetivos previstos na

AUTENTICAÇÃO
Esta folha é a 19 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na última

Oficial / Dubstituta

que as leis de ratificação prevejam a sua entrada em vigor até o dia 31 de dezembro de 2010. **CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE DURAÇÃO.** O Consórcio vigorará por prazo indeterminado. **CLÁUSULA SEXTA – DA SEDE.** A sede do Consórcio será no Município de Cascavel, estabelecido como sede do Aterro. **PARÁGRAFO ÚNICO - A Assembleia Geral do Consórcio, mediante decisão de metade mais um dos consorciados, poderá alterar a sede.**

CAPÍTULO II. DOS OBJETIVOS. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS OBJETIVOS. São objetivos do Consórcio : **I** - o planejamento a regulação, a fiscalização e, nos termos de contrato de programa, a prestação do serviço público para promover a destinação e disposição final de resíduos e rejeitos sólidos, na área de atuação da Administração Pública dos municípios identificados na Cláusula Primeira do presente Protocolo; **I** - a implementação de melhorias nas condições de vida dos municípios, desenvolvendo alternativas para programas de educação, saúde e gestão ambiental, sem prejuízo das ações e programas desenvolvidos individualmente pelos entes consorciados; **III** - a capacitação técnica de forma continuada do pessoal encarregado no manuseio e prestação do serviço de coleta, transferência e reciclagem dos resíduos sólidos produzidos pelos Municípios consorciados; **V** - a realização de licitações compartilhadas das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados por Municípios consorciados ou entes de sua administração indireta; **V** – a aquisição ou a administração dos bens que possam estar direta ou indiretamente relacionados ao funcionamento do aterro para uso compartilhado do Consórcio ou de seus Municípios integrantes; **VI** - a promoção de toda e qualquer comercialização de matéria prima e/ou produtos derivados do funcionamento do aterro sanitário, revertendo para o Consórcio os valores arrecadados desta operação; **VII** - a busca de alternativas e tecnologias para o desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental, voltados para a melhoria do reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluindo a recuperação e o reaproveitamento energético, com base em experiências comprovadas e economicamente viáveis, que permitam soluções efetivas de combate à poluição e degradação ambiental, preservando os recursos naturais e promovendo o tratamento e a consequente eliminação de gases nocivos a vida; **VIII** – o zelo pela proteção de saúde pública e da qualidade ambiental no desempenho de suas funções; **IX** – o incentivo a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem e o tratamento dos resíduos sólidos, bem como promover a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos que forem direcionados ao aterro; **X** – a promoção e a articulação entre as diferentes esferas do Poder Público e, destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão associadas dos resíduos sólidos; **XI** – a adoção, o desenvolvimento e o aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais; **XII** – a segurança, a regularidade, a continuidade, a funcionalidade e a universalização da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos e rejeitos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos de serviços prestados como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira em conformidade com o estabelecimento na Lei nº. 11.445/2007; **XIII** – o reconhecimento do resíduo sólido, reutilizado e reciclado como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania; **XIV** – a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto. § 1º Mediante requerimento do interessado, é facultado à assembleia geral devolver qualquer dos poderes mencionados no inciso I do *caput* à administração direta do Município consorciado. § 2º O Consórcio somente poderá prestar serviço público nos termos de contrato de programa que celebrar com ente consorciado. § 3º Os bens adquiridos ou administrados na forma do inciso V do *caput* serão de uso exclusivo dos entes que contribuíram para a sua aquisição ou administração, na forma de regulamento da Assembleia Geral. Nos casos de retirada de consorciado ou de extinção do Consórcio, os bens permanecerão em condomínio, até autorização que seja extinto mediante ajustes entre os interessados. § 4º Priorizar nas aquisições e contratações do Consórcio produtos reciclados e recicláveis, bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis, com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis. § 5º Havendo declaração de utilidade, necessidade pública ou interesse social emitida pelo Município em que o bem ou direito se situe, fica o Consórcio autorizado a promover as desapropriações, proceder a requisições ou instituir as servidões necessárias à consecução de seus objetivos. **CLÁUSULA OITAVA – DAS PRERROGATIVAS PARA CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS.** Para cumprimento dos objetivos previstos na

AUTENTICAÇÃO
Esta folha é a 19 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na última

Oficial / Dubstituta

Cláusula Sétima, o Consórcio poderá: **I** - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílio, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e Órgãos do Governo Estadual e Federal; **II** - promover desapropriações e instituir servidões, em havendo necessidade de utilidade pública ou de interesse social; **III** - ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados; dispensado a licitação; **IV** - emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas ou outros preços públicos resultantes da prestação dos serviços para destinação e disposição final dos resíduos e rejeitos sólidos, desde que legalmente previstos em regulamento. **TÍTULO III DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. CAPÍTULO I DA GESTÃO ASSOCIADA. CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS.** Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada de serviço público para a construção e administração de Aterro de Resíduos Sólidos regionalizados, visando promover a integração de procedimentos para destinação e disposição final de seus resíduos e rejeitos de forma eficaz e menos onerosa para os entes integrantes do presente Protocolo. § 1º A gestão associada autorizada no *caput* se refere ao planejamento, à regulação e à fiscalização e, nos termos de contrato de programa, à prestação do serviço. § 2º Fica facultado aos Municípios consorciados autorizarem, mediante lei, que o Consórcio exerça a gestão associada de outros serviços públicos não previstos no presente Protocolo. § 3º Em se tratando de assuntos de interesse comum, o Consórcio poderá representar seus entes integrantes perante outras esferas de governo, desde que devidamente aprovado em Assembleia e com o consentimento expresso do ente representado. § 4º Para atender as políticas de resíduos sólidos, federal, estadual e dos Municípios consorciados, conforme determina a Lei nº 12.305/2010, o Consórcio poderá utilizar os seguintes instrumentos, dentre outros: **I** - os planos municipais de resíduos sólidos; **II** - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; **III** - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou demais formas de associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos municípios integrantes do Consórcio; **IV** - a cooperação no monitoramento e na fiscalização ambiental, sanitária, agropecuária quando couber; **V** - cooperação técnica e financeira entre os setores públicos dos entes consorciados ou não, para o desenvolvimento de pesquisas, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; **VI** - a educação ambiental; **VII** - os incentivos fiscais, financeiros e creditícios; **VIII** - os fundos de meio ambiente e os sistemas de informações sobre gestão dos resíduos sólidos e de saneamento básico; **IX** - os órgãos colegiados municipais e estaduais, destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos e os conselhos de meio ambiente, e que nos couber os de saúde; **X** - os instrumentos da política nacional e estadual de resíduos sólidos e meio ambiente, no que couber, tais como: padrões de qualidade ambiental, cadastros técnicos, sistemas de informações, termos de compromisso e ajustamento de conduta, dentre outros. **CLÁUSULA DÉCIMA – DA ÁREA DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS.** A gestão associada abrangerá, preferencialmente, o serviço prestado nos territórios dos Municípios que efetivamente se consorciarem. **PARÁGRAFO ÚNICO –** O Estatuto disciplinará a prestação de serviços em territórios diferentes dos Municípios consorciados. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS COMPETÊNCIAS CUJO EXERCÍCIO SE TRANFERIU AO CONSÓRCIO.** Para a consecução da gestão associada, os Municípios consorciados transferem ao Consórcio o exercício das competências de planejamento, da regulação e fiscalização do serviço público para destinação e disposição final de resíduos e rejeitos sólidos. § 1º As competências cujo exercício fora transferido, incluem dentre outras atividades: **I** - o exercício do poder de polícia no sentido de fiscalizar e multar o descumprimento de preceitos administrativos e legais que prejudiquem a preservação da saúde e do meio ambiente relativos à coleta, destinação e disposição do lixo; **II** - a elaboração de planos de investimentos para a expansão, a reposição e a modernização tecnológica do Aterro; **III** - a elaboração de planos de recuperação dos custos do serviço; **IV** - o acompanhamento e avaliação das condições de prestação do serviço; **V** - o apoio à prestação do serviço, destacando-se: **a)** a aquisição, a guarda e a distribuição de materiais para a manutenção, a reposição, a expansão e a operação do serviço; **b)** a manutenção de média e alta complexidade dos equipamentos utilizados na

prestação do serviço; **e)** o controle de qualidade do serviço público; **d)** a restrição de acesso ou a suspensão da prestação do serviço em caso de inadimplência das obrigações assumidas por um dos entes consorciados, sempre precedida por prévia notificação. § 2º Fica o Consórcio autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências referentes ao planejamento, regulação e fiscalização do serviço público previsto no presente Protocolo. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CONCESSÃO, PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DOS TERMOS DE PARCERIA E DOS CONTRATOS PARA GESTÃO ADMINISTRATIVA.** Ao consórcio fica proibido conceder, permitir ou autorizar a transferência total ou parcial das atividades de planejamento, regulação e fiscalização inerente à prestação do serviço público objeto da gestão associada, seja em nome próprio, seja em nome de entes consorciados, para terceiros. **PARÁGRAFO ÚNICO** – Ficar defeso ao Consórcio estabelecer termo de parceria, contrato de gestão ou outro instrumento que tenha por objeto a gestão administrativa do Consórcio que não esteja diretamente relacionados às atividades previstas no caput, bem como a realização de obras e serviços de engenharia, reciclagem por meio de cooperativa ou associação de catadores, observando a Lei 12.305/2010 e demais legislação que rege a Administração Pública. **CAPÍTULO II. DOS SERVIÇOS E DE SEU PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO. Seção I. Do Direito aos Serviços Públicos. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DIREITO SUBJETIVO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS.** Todos têm direito constitucional à vida, à educação, à saúde e a um ambiente saudável, cuja promoção e preservação são deveres do Poder Público e da coletividade. **PARÁGRAFO ÚNICO** – É garantido a todos os direitos a níveis adequados e crescentes de satisfação das necessidades básicas e essenciais e de exigir dos responsáveis medidas preventivas, mitigadoras, compensatórias ou reparadoras em face de atividades prejudiciais ou potencialmente prejudiciais à satisfação destas necessidades. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO DEVER DO PODER PÚBLICO.** É obrigação dos entes consorciados e do Consórcio promover a satisfação das necessidades básicas e essenciais, bem como das demais complementares, especialmente mediante políticas, ações e a provisão universal e equânime do serviço público oferecido. **Seção II. Das Diretrizes. Subseção I. Disposição Preliminar. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESSENCIALIDADE DOS SERVIÇOS.** São considerados básicos e essenciais para efeito do Consórcio os serviços públicos de educação, saúde, preservação ambiental e de saneamento básico. Serão considerados complementares os demais serviços. **Subseção II. Das Diretrizes Básicas. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DIRETRIZES BÁSICAS.** No que não contrariar a legislação federal, estadual e municipal dos entes consorciados, são diretrizes básicas dos serviços públicos essenciais e complementares providos pelo Consórcio ou pelos Municípios consorciados: **I** - a universalização, consistente na garantia a todos de acesso ao serviço, indistintamente e em menor prazo, observado o gradualismo planejado da eficácia das soluções, sem prejuízo da adequação às características locais, em benefício da saúde pública, da preservação do meio ambiente e de outros interesses coletivos correlatos; **II** - a integralidade, compreendida como a provisão dos serviços básicos, essenciais e complementares de toda natureza proporcionando o acesso à população na conformidade de suas necessidades e a maximização da eficácia das ações e resultados; **III** - a equidade, entendida como a garantia de fruição em igual nível de qualidade dos benefícios pretendidos ou ofertados, sem qualquer tipo de discriminação ou restrição de caráter social ou econômico, salvo os que visam priorizar o atendimento da população de menor renda; **IV** - a regularidade, concretizada pela prestação do serviço sempre de acordo com a respectiva regulação e com as outras normas aplicáveis; **V** - a continuidade, consiste na obrigação de prestar o serviço público sem interrupções, salvo nas hipóteses previstas em lei; **VI** - a eficiência por meio da prestação do serviço de forma a satisfazer as necessidades dos municípios com a imposição do menor encargo socioambiental e econômico possível; **VII** - a segurança, implicando na prestação do serviço com os menores riscos possíveis para os usuários, os trabalhadores que os presta e a população; **VIII** - a atualidade, que compreende em modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria contínua do serviço; **IX** - a cortesia, traduzida no bom atendimento ao público, inclusive para fornecer as informações referentes ao serviço que seja de interesse dos usuários e da coletividade; **X** - a modicidade dos preços públicos, inclusive das tarifas e das taxas,

AUTENTICAÇÃO
Esta folha é a 20 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na últim.

Oficial / Substituta

caso seja assim regulado; **XI** - a sustentabilidade, pela garantia do caráter duradouro dos benefícios das ações, considerados os aspectos jurídico institucionais, sociais, ambientais, energéticos e econômicos relevantes ao objeto do Consórcio; **XII** - a intersetorialidade, compreendendo a integração de determinadas ações entre si e com as demais políticas públicas, em geral; **XIII** - a cooperação federativa, buscando a melhoria das condições de vida de todos os municípios dos entes consorciados; **XIV** - a participação da sociedade na formulação e implementação das políticas e no planejamento, regulação, fiscalização, avaliação e prestação do serviço por meio de instâncias de controle social; **XV** - a promoção da educação sanitária e ambiental, fomentando os hábitos higiênicos, o uso sustentável dos recursos naturais, a redução de desperdícios, a correta utilização dos materiais, sua reciclagem e reaproveitamento; **XVI** - a promoção e a proteção da saúde, mediante ações preventivas de coleta e condicionamento do lixo de forma a evitar contaminação e proliferação de doenças; **XVII** - a preservação e a conservação do meio ambiente, mediante ações orientadas para a coleta e condicionamento de resíduos e rejeitos sólidos notadamente em proximidades aos recursos naturais, de forma seletiva e sustentável, bem como promover a reversão de degradação ambiental existente, observada as normas ambientais; **XVIII** - a promoção do direito a um ambiente ecologicamente equilibrado; **XIX** - o respeito às diversidades locais e regionais, na implementação e na execução do serviço de coleta, destinação e disposição final dos resíduos e rejeitos sólidos; **XX** - a promoção e a defesa da saúde e segurança do trabalhador na execução das atividades relacionadas ao Consórcio; **XXI** - o respeito e a promoção dos direitos básicos da coletividade; e **XXII** - o fomento pela busca de conhecimento científico e tecnológico, bem como a difusão de conhecimentos adquiridos que possam ser de interesse da comunidade, visando melhores condições de vida.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na prestação do serviço público prevista neste Protocolo, deverá ser considerada a universalidade em um território quando assegurar o atendimento, no mínimo, das necessidades básicas vitais de todas as pessoas, independentemente de sua condição socioeconômica e de convivência social, de forma aceitável e adequada nos locais de sua aplicação.

Subseção III. Das Diretrizes Aplicáveis aos Resíduos Sólidos. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GESTÃO E GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS. Na gestão e gerenciamento dos resíduos e rejeitos sólidos pelo Consórcio, deverá ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. § 1º As políticas municipais de resíduos sólidos dos entes consorciados deverão ser compatíveis com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 12.305/2010. § 2º O Consórcio e os Municípios organizarão e manterão de forma conjunta o sistema regional de informações, sobre a gestão dos resíduos sólidos, postando quando necessário, aos Órgãos Federais ou Estaduais, todas as informações solicitadas, em sua esfera de competência na forma e na periodicidade, estabelecidas em regulamento. § 3º Para efeito de gestão, no âmbito do Consórcio, os resíduos sólidos serão classificados em conformidade com o Artigo 13 da Lei nº 12.305/2010.

Subseção IV. Das Diretrizes de Planejamento. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO DIREITO AOS SERVIÇOS PLANEJADOS. É direito do cidadão receber dos Municípios consorciados ou do Consórcio serviços públicos que tenham sido adequadamente planejados. § 1º É direito do usuário, cabendo-lhe o ônus da prova, não ser onerado por investimentos que não tenha sido previamente planejado, salvo quando: **I** - decorrente de fato imprevisível justificado nos termos de regulação; **II** - não ter decorrido o prazo para a elaboração de planejamento nos termos da legislação federal, estadual, municipal ou de regulamento adotado pelo Consórcio. § 2º O planejamento do serviço público a ser prestado deve ser elaborado e revisado com a participação da comunidade, sendo obrigatória a realização de audiência e consulta pública. § 3º Resolução da Assembléia Geral do Consórcio estabelecerá as normas para as audiências e consultas públicas, que serão observadas pelos Municípios consorciados no que não contrariem norma local.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO DEVER DE ELABORAR UM PLANEJAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS. Em relação ao seu respectivo serviço, é dever do Consórcio e dos entes consorciados, elaborar e implementar o planejamento das viabilidades socioeconômicas do serviço a ser prestado. § 1º O planejamento deverá ser elaborado tendo horizonte mínimo de 04 (quatro) anos; § 2º O planejamento deverá ser compatível com: **I** - o planejamento orçamentário

municipal dos entes consorciados; **II** - a legislação da Administração Pública; **III** - a legislação da Política Nacional e Estadual de Saneamento Básico, bem como da Política Nacional e Estadual de Resíduos sólidos; **V** - a legislação em geral. § 3º As metas fixadas pelo planejamento possuem caráter indicativo para os planos plurianuais e de gerenciamento, os orçamentos anuais e a realização de operação de crédito pelo Consórcio ou por Municípios consorciados. § 4º O Consórcio elaborará o planejamento regional e os Municípios consorciados os seus respectivos planejamentos municipais. § 5º É vedado o investimento em outros serviços públicos que não estejam integrados e não previstos no planejamento do Consórcio. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA NATUREZA JURÍDICA DAS DISPOSIÇÕES PLANEJADAS.** As disposições contidas no planejamento são vinculantes para: **I** - a regulação, a prestação direta, a fiscalização, a avaliação dos serviços públicos básicos e essenciais em relação ao Consórcio ou ao Município que o elaborou; **II** - as ações públicas e privadas que, disciplinadas ou vinculadas às demais políticas públicas, implementadas pelo Consórcio ou pelo Município que elaborou o planejamento, venham a interferir nas necessidades básicas e essenciais. **PARÁGRAFO ÚNICO** - As disposições contidas no planejamento vinculam ainda aos demais projetos básicos e as contratações de obras e serviços relativos às ações, serviços e contratos de programas relacionados ao Consórcio. **Subseção V- das Diretrizes para a Regulação e a Fiscalização dos Serviços. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO DEVER DE REGULAR E FISCALIZAR.** O Consórcio exercerá regulação e fiscalização permanente sobre a prestação do serviço público, inclusive quando prestado, direta ou indiretamente, por Município consorciado. § 1º Faculta-se ao Consórcio, por meio de convênio de cooperação com entidade pública, receber apoio técnico para as suas atividades de regulação. § 2º As informações produzidas por terceiros contratados poderão ser utilizadas pela regulação e fiscalização dos serviços. § 3º É garantido ao Consórcio o acesso a todas as instalações e documentos relacionados direta ou indiretamente à prestação do serviço que seja de execução por parte dos entes consorciados. A não obediência à requisição de informações e documentos emitidas pelo Consórcio implicará sanção administrativa ao infrator que, sendo de multa, não poderá ser superior à R\$12.000,00 (doze mil reais). § 4º Incluem-se na regulação do serviço as atividades de interpretar e fixar critérios para a fiel execução dos instrumentos de execução do serviço, bem como para a correta administração de subsídios. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS REGULAMENTOS.** Atendidas as diretrizes fixadas neste Protocolo de Intenções, resolução aprovada pela Assembleia Geral do Consórcio estabelecerá as normas de regulação e fiscalização, que deverão compreender pelo menos: **I** - os indicadores de qualidade do serviço e de sua adequada e eficiente prestação; **II** - as metas de expansão e qualidade do serviço e os respectivos prazos, quando adotadas metas parciais ou graduais; **III** - sistemas de faturamento e cobrança do serviço; **IV** - o método de monitoramento dos custos e de reajustamento e revisão das tarifas ou preços públicos; **V** - os mecanismos de acompanhamento e avaliação dos serviços e procedimentos para recepção, apuração e solução de queixas e de reclamações dos cidadãos e dos demais usuários; **VI** - os planos de contingência e de segurança; **VII** - as penalidades a que estarão sujeitos os usuários, consumidores, geradores e os prestadores. **Subseção VI. Dos Planos de Resíduos Sólidos. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS PLANOS INTERMUNICIPAIS DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DOS PLANOS MUNICIPAIS DE GESTÃO INTEGRADA.** O Consórcio deverá elaborar seu Plano Intermunicipal de Resíduos com base nos planos municipais de Gestão integrada de Resíduos Sólidos dos entes consorciados. **PARÁGRAFO ÚNICO** - Os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de todos os entes consorciados deverão estar em conformidade com o disposto no artigo 19, da Lei nº 12.305/2010. **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.** Os entes consorciados, sem prejuízo do previsto na Cláusula anterior, deverão elaborar seu Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para seus órgãos, classificados como geradores dos resíduos identificados no artigo 13, da Lei nº 12.305/2010. § 1º O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos deverá ser elaborado em conformidade com o artigo 21 da Lei nº 12.305/2010. § 2º Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, nelas incluindo o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico,

AUTENTICAÇÃO
Esta folha é a 21 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na última
Oficial / Dubstituta

devidamente habilitado, que manterão atualizadas e disponíveis as informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sobre sua responsabilidade. **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO PRAZO PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS.** O Consórcio e seus entes consorciados terão um prazo até 30 de julho de 2012 para elaborarem seus respectivos planos. **Subseção VII. Das Tarifas .CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS TARIFAS.** Os valores das tarifas e de outros preços públicos, bem como seu reajuste e revisão, observarão os seguintes critérios: **I** - a tarifa se comporá de duas partes, uma referida aos custos do serviço local, a cargo dos entes consorciados, e outra referida aos custos do Consórcio, que engloba os custos de prestação dos serviços públicos a seu cargo, dos serviços vinculados e os relativos à reposição e à expansão futura; **II** - ambas as partes da estrutura de custos serão referenciadas em relatórios mensais de acompanhamento; **III** - as tarifas serão progressivas e diferenciadas de acordo com a natureza do material coletado; **IV** - as tarifas poderão ser reajustadas ou revistas para atender à necessidade de execução de programas de melhorias e ampliação do serviço prestado. **PARÁGRAFO ÚNICO** – Regulamento adotado pelo Consórcio poderá, caso comprovada a inviabilidade, adotar formas referenciais de cobrança pelo recebimento de lixo de determinada espécie de material coletado, sempre em conformidade com a legislação específica, além do disposto na Lei nº 12.305/2010. **Subseção VIII. Da Avaliação Externa e Interna dos Serviços. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA OBRIGATORIEDADE DA AVALIAÇÃO ANUAL.** O serviço público prestado receberá avaliação de qualidade interna e externa anual, sem prejuízo de outras que sejam previstas na regulação do serviço. **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA AVALIAÇÃO INTERNA .**A avaliação interna será efetuada pelo próprio Consórcio, por meio de Relatório Anual de Prestação dos Serviços – RAPS, que caracterizará a situação da prestação do serviço e da infraestrutura, relacionando-as com as condições socioeconômicas em áreas homogêneas, de forma a verificar a efetividade das ações executadas de modo a garantir uma melhor qualidade de vida e de gestão ambiental. **PARÁGRAFO ÚNICO** – O RAPS será elaborado na conformidade dos critérios, índices, parâmetros e prazos fixados em resolução da Assembleia Geral do Consórcio. **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA AVALIAÇÃO EXTERNA.**A avaliação externa do serviço será a cargo dos Municípios consorciados, por Conselho da Cidade ou órgão equivalente e, na falta destes, por qualquer Conselho Municipal e, na falta ainda deste, pelo Conselho de Regulação do Consórcio. § 1º As atividades de avaliação externa, além das previstas em resolução da Assembleia Geral do Consórcio, compreendem de apreciar e aprovar o RAPS. § 2º O RAPS, uma vez aprovado, e os resultados da avaliação externa da qualidade do serviço, devem ser encaminhados para os órgãos da Administração Municipal, responsáveis pelo meio ambiente e saúde para sua possível integração nas informações individuais de cada ente consorciado. **Subseção IX. Da Responsabilidade do Consórcio, dos Geradores e Compartilhada. CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DA RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO.** O Consórcio como titular dos serviços públicos de manejo, destinação e disposição final de resíduos e rejeitos sólidos, será responsável pela organização e prestação direta ou indireta destes serviços, observados os Planos Municipais de Gestão integrada de resíduos sólidos e as disposições da Lei nº 12.305/2010. § 1º Caso seja estabelecido nos Planos Municipais de Gestão Integrada, compete ao Consórcio: **I** - adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizados e reciclados oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos; **II** - implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido; **III** - promover a disposição final ambientalmente adequada aos rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos. § 2º Para o cumprimento do previsto no parágrafo anterior, o Consórcio priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação, mediante dispensa de licitação nos termos do inciso XXVII, do Artigo 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE DOS GERADORES DE RESÍDUOS.** As pessoas físicas ou jurídicas, identificadas no Artigo 20, da Lei nº 12.305/2010, responsáveis pela geração de resíduos sólidos,

deverão remunerar o Poder Público pela não execução das etapas sobre sua responsabilidade. § 1º A contratação dos serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento, destinação final de resíduos, ou de disposição final de rejeitos, não isentará pessoas físicas ou jurídicas referenciadas no Artigo 20, da Lei identificada no caput, por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado, por seus respectivos resíduos ou rejeitos. § 2º O gerador de resíduos sólidos domiciliar terá sua responsabilidade cessada com a disponibilização adequada para a coleta ou quando promover a devolução dos materiais e/ou embalagens, conforme previsão no Artigo 33, da Lei nº 12.305/2010. § 3º Caberá ao poder público, na qualidade de ente consorciado individual ou em Consórcio, atuar, subsidiariamente, com vista a minimizar ou cessar qualquer dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, devendo os responsáveis pelo dano, ressarcir integralmente o Poder Público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas. § 4º O Consórcio, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, poderá encarregar-se das atividades de responsabilidades dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa, dos produtos e embalagens, mediante remuneração previamente acordada com os respectivos geradores. § 5º Os geradores de resíduos, a exceção dos consumidores, deverão manter atualizados e disponíveis ao Consórcio ou aos entes consorciados, informações completas sobre a realização das ações de sua responsabilidade no tocante ao sistema de logística reversa.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA.

No desempenho da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos e rejeitos sólidos, o Consórcio terá responsabilidade compartilhada com os Municípios consorciados, com os Fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e demais esferas da Administração Pública. § 1º Para efeito do Consórcio a responsabilidade compartilhada terá por objetivo:

I - promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para suas cadeias produtiva ou para outras cadeias produtivas; **II** - reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos materiais; **III** - incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade; **IV** - estimular o consumo de produtos derivados, de materiais reciclados e recicláveis; **V** - incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental; **VI** - estimular sistemas de logística reversa para os produtos de agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes e seus resíduos e embalagens, lâmpadas fluorescentes, produtos eletroeletrônicos e seus componentes, bem como produtos comercializados, embalagens plásticas, metálicas ou de vidro. § 2º Para efeito de assegurar a implementação e a operacionalização da logística reversa, prevista no parágrafo anterior, o Consórcio ou os Municípios consorciados, entre outras medidas, poderão:

I - implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados, para posterior repasse a origem; **II** - disponibilizar postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis; **III** - atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; **IV** - incentivar os consumidores a devolver após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, os produtos e as embalagens para aqueles inservíveis; **V** - incentivar os comerciantes e distribuidores a efetuar a devolução aos fabricantes ou importadores dos produtos e embalagens inservíveis; **VI** - incentivar os fabricantes e os importadores a darem destinação ambientalmente adequada aos produtos e as embalagens reunidos ou devolvidos; **VII** - estabelecer sistema de coleta seletiva; **VIII** - instituir incentivos aos consumidores, que participarem do sistema de coleta seletiva, acondicionando adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados e disponibilizando-os separadamente como reutilizáveis e recicláveis, para sua coleta e devolução. **Subseção X. Dos Resíduos Perigosos.**

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – DOS PROCEDIMENTOS. Na gestão dos resíduos perigosos, o Consórcio deverá, quando for o caso, exigir de empreendimentos ou atividades que gerem ou operem com resíduos perigosos, a comprovação do seu responsável, da capacidade técnica e econômica, além das condições para prover os cuidados necessários ou gerenciamento desses resíduos, bem como a obrigatoriedade do registro como pessoa jurídica no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos. § 1º O Cadastro das pessoas jurídicas referidas no caput necessita contar com responsável técnico pelo gerenciamento dos resíduos perigosos do seu próprio quadro de funcionários ou contratado devidamente habilitado, cujos dados serão mantidos

AUTENTICAÇÃO
Esta folha é a 22 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na última
Oficial / Dubstituta

atualizados no cadastro. § 2º Sem prejuízo das iniciativas de outras esferas governamentais exigirem de seus geradores, medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos bem como aperfeiçoar o seu gerenciamento. **Subseção XI. Dos Direitos do Usuário. CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS.** Sem prejuízo de outros direitos previstos na legislação Federal, Estadual, Municipal, neste Protocolo de Intenções e nos regulamentos adotados pelo Consórcio, asseguram-se aos usuários: **I** – receber instruções e informações sobre a prestação do serviço; **II** – ter amplo acesso, inclusive por meio da rede mundial de computadores – internet, às informações sobre a prestação do serviço na forma e com a periodicidade definidas pela regulação do serviço, especialmente as relativas à qualidade, receitas, custos, ocorrências operacionais relevantes e investimentos realizados; e **III** – ter prévio conhecimento: **a)** das penalidades a que estão sujeitos os cidadãos e demais usuários pela violação aos preceitos que regem os ideais de uma vida saudável e de preservação do meio ambiente ;**b)** das interrupções programadas ou não das rotinas de coleta e reconhecimento do lixo. **PARÁGRAFO ÚNICO** - O não cumprimento do dispositivo no *caput* desta cláusula implicará em violação dos direitos do consumidor. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – DO DIREITO DE RECLAMAR.** É direito do cidadão e dos demais usuários do serviço público fiscalizar a atuação do Consórcio e apresentar reclamações. § 1º O Consórcio deverá receber apurar e solucionar queixas e reclamações dos cidadãos e dos demais usuários, que deverão ser notificados das providências adotadas em até 30 (trinta) dias. § 2º O Conselho de Regulação do Consórcio deverá receber e se manifestar conclusivamente atendidas pelo Consórcio deverá receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelo Consórcio. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – DA MOTIVAÇÃO E DA PUBLICIDADE DA ATIVIDADE REGULATÓRIA E DE FISCALIZAÇÃO.** O Consórcio é obrigado a motivar todas as decisões que interfiram nos direitos ou deveres referentes aos serviços ou à sua prestação, bem como, quando solicitado pelo usuário, a prestar esclarecimentos complementares em 30 (trinta) dias. § 1º Aos planos, relatórios, estudos, decisões e instrumentos atinentes à regulamentação ou à fiscalização do serviço deverão ser dados publicidade, dele podendo ter acesso qualquer cidadão, independente de demonstração de interesse, salvo os de prazo certo declarado como sigilosos por decisão fundamentada em interesse público relevante. § 2º A publicidade a que se refere o §1º desta cláusula preferencialmente deverá se efetivar por meio de “sítio” mantido na rede mundial de computadores – Internet. **Subseção XII. Dos Procedimentos Administrativos para Elaboração de Planejamento e de Regulamentos. CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – DO PROCEDIMENTO.** A elaboração e a revisão dos planejamentos e regulamentos do Consórcio obedecerão ao seguinte procedimento: **I** – divulgação e debate da proposta de planejamento ou de regulamento e dos estudos que a fundamentam; **II** – apreciação da proposta pelo Conselho de Regulamentação; **III** – homologação pela Assembleia Geral. § 1º A divulgação da proposta de planejamento ou de regulamento e dos estudos que a fundamentam dar-se-á por meio da disponibilização integral de seu teor aos interessados e em audiência pública em cada Município consorciado a disponibilização integral de seu teor aos interessados e em audiência pública em cada Município consorciado. A disponibilidade integral poderá dar-se por meio da rede mundial de computadores – internet. § 2º O debate efetivar-se-á por meio de consulta pública, garantido o prazo mínimo dos 30(trinta) dias para o recebimento de críticas e sugestões, assegurado a qualquer cidadão o acesso às respostas. § 3º Alterada a proposta de planejamento ou de regulamento, deverá a sua nova versão ser submetida a novo processo de divulgação e debate, a ser concluído no prazo máximo de 120(cento e vinte) dias. § 4º É condições de validade para os dispositivos de planejamentos ou de regulamento a sua explícita fundamentação em estudo submetido à divulgação e debate, bem como a adequada fundamentação das respostas às críticas e sugestões. § 5º O estatuto deverá prever normas complementares para o procedimento administrativo do Consórcio **CAPÍTULO III. DO CONTRATO DE PROGRAMA. CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – DO CONTRATO DE PROGAMA.** Ao Consórcio é permitido firmar contrato de programa para prestação de um de serviço por meios próprios, sendo-lhe vedado: **I** – sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações referentes às atividades de planejamento, regulação e fiscalização; **II** – celebrar, em nome próprio ou de ente consorciado, contrato de programa para que

terceiros venham a prestar serviços ou projetos associados às atividades de planejamento, regulação e fiscalização. **PARÁGRAFO ÚNICO** - O disposto no *caput* desta Cláusula não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo Consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, pessoal ou de bens necessários à continuidade do serviço transferido. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – DAS CLÁUSULAS NECESSÁRIAS** .São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo Consórcio Público as que estabeleçam:

I – o objetivo, a área e o prazo da gestão associada de serviço público, inclusive a operadora com transferência total ou parcial de encargos, pessoal e bens essenciais à continuidade do serviço; **II** – o modo, forma e condições de prestação do serviço; **III** – os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço; **IV** – o cálculo de tarifas e de outros preços públicos na conformidade da regulação do serviço a ser prestado; **V** – procedimentos que garantam transferência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares, especialmente no que se refere aos subsídios cruzados; **VI** – os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações; **VII** – os direitos e deveres dos usuários para obtenção do serviço; **VIII** – a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução do serviço, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las; **IX** – as penalidades e sua forma de aplicação; **X** – os casos de extinção; **XI** – os bens reversíveis; **XII** – os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por tarifas ou outras receitas emergentes da prestação do serviço; **XIII** – a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio ao titular do serviço; **XIV** – a periodicidade em que o Consórcio deverá publicar as demonstrações financeiras sobre a execução do contrato; **XV** – o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais. § 1º

No caso de a prestação de serviço for operada por transferência total ou parcial de encargos, pessoal e bens essenciais à continuidade do serviço, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam: **I** – os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu; **II** – as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos; **III** – o momento de transferência e os bens deveres relativos à sua continuidade; **IV** – o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas de tarifas ou outras emergentes pela prestação de serviço. § 2º Os bens vinculados ao serviço público serão de propriedade da administração direta do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio pelo período vigente ao contrato de programa. § 3º. Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio para investimentos na realização do serviço público; objeto do Consórcio ou de Contrato de Programa deverá ser indicado o quanto corresponde ao serviço de cada titular, para fins de contabilização e controle. § 4º.

Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregue como pagamentos ou como garantia de operação de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato. § 5º A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou de escopo. § 6º O contrato de programa continuará vigente nos casos de: **I** - o titular se retirar do Consórcio ou da gestão associada; **II** – extinção do Consórcio. § 7º Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimentos previstos na legislação.

TÍTULO IV. DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO. CAPÍTULO I. DISPOSIÇÕES GERAIS. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – DO ESTATUTO. O Consórcio será organizado por estatuto cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas do Protocolo de Intenções. § 1º O estatuto será elaborado, aprovado e quando necessário modificado em Assembleia Geral devidamente convocada para este fim, em consonância com o Protocolo de Intenções. § 2º O estatuto poderá dispor sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, procedimento administrativo e outros temas referentes ao funcionamento e organização do Consórcio.

CAPÍTULO II. DOS ÓRGÃOS. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DOS ÓRGÃOS. O Consórcio é

AUTENTICAÇÃO

Esta folha é a 23 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na última

Oficial / Dubstituta

composto dos seguintes órgãos: **I** - Assembleia Geral; **II** - Presidência; **III** - Vice-Presidência; **IV** - Diretoria Executiva; **V** - Conselho Fiscal; **VI** - Colégio Eleitoral; **VII** - Conselho de Regulação.

PARÁGRAFO ÚNICO - O estatuto do Consórcio poderá criar outros órgãos, vedada a criação de cargos, empregos e funções remuneradas.

CAPÍTULO III .DA ASSEMBLÉIA GERAL. Seção I. Do Funcionamento. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO. A Assembleia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os entes consorciados. § 1º Os Vice-Prefeitos e os membros do Conselho Fiscal poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral com direito a voz. § 2º No caso de ausência do Prefeito, o Vice-Prefeito assumirá a representação do ente federativo na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto. § 3º O disposto no § 2º desta cláusula não podendo ser aplicado, será enviado um representante legal designado pelo Prefeito, o qual assumirá os direitos de voz. § 4º O servidor de um Município não poderá representar outro Município na Assembleia Geral nem ocupante de cargo ou emprego em comissão do Estado poderá representar Município. A mesma proibição se estende aos servidores no Consórcio. § 5º Ninguém poderá representar 02 (dois) consorciados na mesma Assembleia Geral.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DAS REUNIÕES. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente 02 (duas) vezes por ano, nos meses de abril e outubro, e, extraordinariamente, sempre que convocada.

PARÁGRAFO ÚNICO - A forma de convocação e funcionamento das Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias será definida em estatuto.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DOS VOTOS. Cada ente consorciado terá direito na Assembleia Geral a um voto, cabendo ao Presidente do Consórcio mais um voto, no caso de empate. § 1º O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade aos servidores do Consórcio ou a ente consorciado. § 2º O Presidente do Consórcio, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quórum qualificado, votará mais de uma vez apenas para desempatar.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DO QUÓRUM. O estatuto deliberará sobre o número de presenças necessárias para a instalação da Assembleia e para que sejam válidas suas deliberações e, ainda, o número de votos necessários à apreciação de determinadas matérias.

Seção II. Das Competências. Subseção I. Do Rol de Competências. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DAS COMPETÊNCIAS. Compete à Assembleia Geral: **I** - homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após 02 (dois) anos de sua subscrição; **II** - aplicar a pena de exclusão do Consórcio; **III** - elaborar o estatuto do Consórcio e aprovar as suas alterações; **IV** - eleger ou destituir o Presidente do Consórcio, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição para um único período subsequente; **V** - ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os demais membros da Diretoria Colegiada; **VI** - aprovar; **a**) o orçamento plurianual de investimentos ; **b**) o programa anual de trabalho; **c**) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio; **d**) a realização de operações de crédito; **e**) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos; **f**) a alienação e a oneração de bens do Consórcio ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração; **VII** - propor a criação do fundo especial de universalização do serviço público, formado com recursos provenientes de preços públicos, de taxas, de subsídios simples ou cruzados internos, bem como de transferências voluntárias oriundas da União, do Estado, ou, mediante contrato de rateio, de ente consorciado; **VIII** - homologar as decisões do Conselho Fiscal; **IX** - aceitar a cessão de servidores por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio; **X** - aprovar planos de gerenciamentos e regulamentos do serviço público; **XI** - aprovar a celebração de contratos de programa, os quais deverão ser submetidos a sua apreciação em no máximo 120 (cento e vinte) dias, sob pena de perda da eficácia; **XII** - apreciar e sugerir medidas sobre: **a**) a melhoria do serviço prestado pelo Consórcio; **b**) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas. § 1º Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio mediante decisão unânime da Assembleia Geral, presentes pelo menos a metade mais um dos membros consorciados. No caso de o ônus da cessão ficar com o consorciado. Exigir-se-á, para a aprovação, a metade mais um dos votos, exigida a presença mínima da metade

mais dois dos consorciados. § 2º As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelo estatuto. **Subseção II-Da Eleição e da Destituição do Presidente, Vice-Presidente e da Diretoria Executiva. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA – DA ELEIÇÃO.** O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos em Assembleia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros 30 (trinta) minutos. Somente serão aceitos como candidatos Chefes de Poder Executivo de ente consorciado. § 1º O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal. § 2º Será considerado eleito o candidato que obtiver pelo menos a metade mais um dos votos, não podendo ocorrer a eleição sem a presença de pelo menos a metade mais dois dos consorciados. O candidato segundo mais votado, será eleito Vice-Presidente. § 3º Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado a metade mais um dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os 03 (três) candidatos mais votados. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, considerados os votos brancos. § 4º Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembleia Geral, a se realizar entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente em exercício.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA – DA NOMEAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO DA DIRETORIA. Proclamados eleitos os candidatos a Presidente e a Vice-Presidente, ao primeiro será dada a palavra para que submeta à apreciação da Assembleia a lista dos representantes técnicos indicados pelos entes consorciados para comporem a Diretoria Executiva. § 1º Uma vez ratificada a lista, o Presidente da Assembleia indagará, caso presente, se cada um dos indicados aceita a nomeação. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por meio de documento subscrito pelo indicado. § 2º Caso haja recusa do nomeado, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova lista de nomeação. § 3º Estabelecida a lista válida, as nomeações somente produzirão efeito caso aprovadas pela metade mais um dos votos, exigida a presença da maioria absoluta dos consorciados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA – DA DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE, DO VICE-PRESIDENTE E DE DIRETOR EXECUTIVO. Em qualquer Assembleia Geral poderá ser destituído o Presidente, o Vice-Presidente ou qualquer dos Diretores Executivos do Consórcio, bastando ser apresentada proposta de censura com apoio de metade mais um dos votos. § 1º Em todas as convocações de Assembleia Geral, deverá constar como item de pauta: “apreciação de eventuais propostas de censura”. § 2º Apresentada a proposta de censura, as discussões serão interrompidas e a mesma será imediatamente apreciada, sobressaltando-se os demais itens da pauta. § 3º A votação da proposta de censura será efetuada após facultada a palavra, por 15 (quinze) minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao Presidente, Vice-Presidente ou ao Diretor que se pretenda destituir. § 4º Será considerada aprovada a proposta de censura por metade mais um dos votos dos representantes presentes à Assembleia Geral, em votação pública nominal. § 5º Caso aprovada a proposta de censura do Presidente, do Vice-Presidente do Consórcio, e/ou até mesmo de ambos simultaneamente, este(s) estará(ão) automaticamente destituído(s), procedendo-se, na mesma Assembleia, à eleição de novo Presidente e/ou Vice para completar o período remanescente do mandato. § 6º Na hipótese de não se viabilizar uma eleição de novo Presidente/Vice-Presidente, será designado um *pro tempore* por metade mais um dos votos presentes. O Presidente/Vice-Presidente *pro tempore* exercerá as suas funções até a próxima Assembleia Geral, a se realizar entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) dias. § 7º Caso aprovada a proposta de censura apresentada para a função de qualquer Diretor Executivo, ele será automaticamente destituído e, estando presente, aberta a palavra ao Presidente do Consórcio, para nomeação do Diretor que completará o prazo fixado para o exercício do cargo. A nomeação será *incontinenti* submetida à homologação. § 8º Rejeitada a proposta de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma Assembleia e nos 60 (sessenta) dias seguintes.

Subseção III. Da Elaboração e Alteração do Estatuto. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA – DA ASSMBLÉIA ESTATUINTE. Subscrito o Contrato de Constituição de Consórcio Público, será convocada a Assembleia Geral para a elaboração do Estatuto do Consórcio, por meio da convocação aos Municípios consorciados. § 1º Confirmado o quórum de instalação, a Assembleia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Assembleia e, em ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça: **I - o texto do projeto de**

estatuto que norteará os trabalhos; **II** - o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado; **III** - o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de estatuto. § 2º Sempre que recomendar o adiantado na hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local anunciados antes do término da sessão. § 3º Da nova sessão poderão comparecer os entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham também ratificado o Protocolo de Intenções. § 4º O Estatuto preverá as formalidades e quórum para a alteração de seus dispositivos. § 5º O Estatuto do Consórcio e suas alterações entrarão em vigor após a publicação na imprensa oficial do Estado do Ceará. **Seção III. Das Atas. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA – DO REGISTRO.** Nas atas da Assembleia Geral, serão registradas: **I** – por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembleia Geral, indicando o nome do representante e o horário de seu comparecimento; **II** – de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral; **III** – a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e a indicação expressa e nominal do voto de cada representante, bem como a proclamação dos resultados. § 1º No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação, deverão ser registrados em Ata. § 2º Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão, na qual se indique expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada pela metade mais um dos votos dos presentes e a ata deverá conter a indicação expressa e nominal dos representantes que votaram a favor e contra o sigilo. § 3º A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive os anexos, por aquele que a lavrou e por que presidiu os trabalhos da Assembleia Geral. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO.** Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até 10 (dez) dias, publicadas no “*sítio*” que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – Internet. **PARÁGRAFO ÚNICO** – Mediante o pagamento das despesas de reprodução, será fornecida para qualquer cidadão, cópia autenticada da ata. **CAPÍTULO IV. DA DIRETORIA. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA – DO NÚMERO DE MEMBROS.** A Diretoria é composta por 03 (três) representantes técnicos, indicados individualmente por cada ente consorciado. § 1º Nenhum dos Diretores perceberá renumeração ou qualquer espécie de verba indenizatória. § 2º Somente poderá ocupar as atribuições na Diretoria, servidores do quadro técnico dos entes consorciados. § 3º O termo de nomeação dos Diretores e o procedimento para a respectiva posse serão fixados no Estatuto. § 4º Dentre os diretores, será escolhido, pela Assembleia Geral, um Secretário-Executivo. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA – DOS DIRETORES.** Mediante proposta dos entes consorciados ratificada pela Assembleia Geral, os representantes técnicos poderão ser redesignados à Diretoria Executiva. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA – DAS DELIBERAÇÕES.** A Diretoria deliberará de forma colegiada, exigida a maioria de votos. Em caso de empate, prevalecerá o voto do Secretário-Executivo. **PARÁGRAFO ÚNICO** - A Diretoria Executiva reunir-se-á mediante a convocação do Secretário-Executivo. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA – DAS COMPETÊNCIAS** .Além do previsto neste Estatuto, compete à Diretoria: **I** – julgar recursos relativos à: **a)** homologação de inscrição e de resultados de concursos público; **b)** impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação (desclassificação), e homologação e adjudicação de seu objeto; **c)** aplicação de penalidades a servidor do Consórcio; **II** – zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por seu Contrato de Constituição ou por este Estatuto a outro órgão do Consórcio. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA – DA SUBSTITUIÇÃO E SUCESSÃO.** Os entes consorciados poderão designar substituto para seus representantes técnicos no âmbito da Diretoria Executiva. **CAPÍTULO V. DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA – DA COMPETÊNCIA.** Sem prejuízo do previsto neste Estatuto, incube ao Presidente: **I** – representar o consórcio judicial e extrajudicialmente; **II** – ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas; **III** – autorizar que o Consórcio ingresse em juízo, incumbindo-se de, *ad referendum*, tomar as medidas que reputar urgentes; **IV** – autorizar a dispensa ou exoneração de empregados e de serviços temporários; **V** – gerenciar os recursos técnicos e financeiros do

Consórcio, quais sejam: abrir e movimentar contas bancárias em quaisquer instituições financeiras públicas e/ou privadas; autorizar cobrança; solicitar saldos, extratos e comprovantes; cancelar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; efetuar saques – conta corrente; efetuar transferências por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira no RPG; liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador Financeiro / AASP; efetuar transferência para mesma titularidade; emitir cheques; receber, passar recibo e dar quitação; endossar cheque; baixar cheques; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; emitir comprovantes e encerrar contas de depósito. § 1º Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Vice-Presidente. § 2º Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Vice-Presidente poderá ser autorizado a praticar atos *ad referendum* do Presidente. § 3º A prática dos atos previstos no inc. V do *caput* dessa Cláusula será realizada mediante a assinatura conjunta do Presidente e do Secretário-Executivo do Consórcio.

CAPÍTULO VI. DO CONSELHO FISCAL. CLÁUSULA QUINQUAGESIMA NONA - DA COMPOSIÇÃO.

O Conselho Fiscal é composto por 03 (três) Conselheiros eleitos indiretamente, por Colégio Eleitoral. § 1º O Conselho Fiscal será eleito e empossado de 09 (nove) a 06 (seis) meses antes do término do mandato do Presidente do Consórcio. § 2º Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante proposta de censura aprovada por metade mais um dos votos da Assembleia Geral, exigida a presença de metade mais dois de entes consorciados.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA – DO COLÉGIO ELEITORAL.

O colégio eleitoral reunir-se-á a pedido do Presidente do Consórcio para formação do Conselho Fiscal. § 1º O Colégio Eleitoral será presidido pelo Presidente eleito entre os indicados e na sua falta pelo mais idoso dos presentes. § 2º Não se admitirá a candidatura de parentes e afins até o terceiro grau de qualquer dos chefes do poder executivo dos entes consorciados. Caso eleito candidato nessa condição, o Colégio Eleitoral, em votação preliminar, deliberará sobre a perda de seu mandato.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - DA ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL.

O Colégio Eleitoral reunir-se-á a pedido do Presidente do Consórcio para a formação do Conselho Fiscal, por meio da indicação de 02 (dois) representantes das Câmaras Municipais de cada um dos entes consorciados. § 1º Nos primeiros 30 (trinta) minutos de reunião, serão apresentadas as candidaturas ao Conselho Fiscal. § 2º As candidaturas serão sempre pessoais, vedada à inscrição ou apresentação de chapas. § 3º Somente poderá se candidatar ao Conselho Fiscal aquele que detenha a qualidade de integrante do Colégio Eleitoral. § 4º A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto secreto, sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato. § 5º Consideram-se eleitos membros efetivos os 03 (três) candidatos com maior número de votos e, como membros suplentes, os 03 (três) candidatos que se seguirem em número de votos. Em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA – DA COMPETÊNCIA.

Além do previsto no estatuto, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas. **PARÁGRAFO ÚNICO** - O disposto no *caput* deste parágrafo não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao Consórcio.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - DO FUNCIONAMENTO.

O estatuto deliberará sobre o funcionamento do Conselho fiscal. **PARÁGRAFO ÚNICO** - As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembleia Geral. **CAPÍTULO VII. DO CONSELHO DE REGULAÇÃO. CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - DA COMPOSIÇÃO.**

O Conselho de Regulação, órgão de natureza consultiva, será composta por membros da Diretoria Executiva e por representantes de usuários, assegurando-se a estes últimos pelo menos a metade de sua composição. § 1º Os representantes dos usuários serão eleitos em conferência, na conformidade do previsto no Estatuto. § 2º O Presidente do Conselho de Regulação será eleito dentre os representantes dos usuários. § 3º Aos conselheiros é proibido receber qualquer quantia do Consórcio, a que título for, com exceção daqueles que sejam seus empregados. § 4º O Estatuto deliberará sobre o número de membros, prazo de mandato, forma de eleição dos representantes dos usuários e demais matérias atinentes a organização e funcionamento do Conselho de Regulação, assegurados a este o poder de elaborar o seu Regimento Interno.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA

AUTENTICAÇÃO
Esta folha é a 25 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na última
Oficial / Dubstituta

QUINTA - DA COMPETÊNCIA. Além das previstas em estatuto, compete ao Conselho de Regulação aprovar as propostas de Regulamento a serem submetidas à Assembleia Geral, bem como emitir parecer sobre as propostas de revisão e de reajuste de tarifas. **PARÁGRAFO ÚNICO** - São ineficazes as decisões da Assembleia Geral sobre as matérias mencionadas no *caput* desta cláusula sem que haja a prévia manifestação do Conselho de Regulação. **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - DO FUNCIONAMENTO.** O Conselho de Regulação deliberará quanto presente metade mais um de seus membros e suas decisões serão tomadas mediante voto da metade mais um dos presentes. **PARÁGRAFO ÚNICO** - As reuniões do Conselho de Regulação serão convocados pelo Presidente do Consórcio. **TÍTULO VI. DA GESTÃO ADMINISTRATIVA. CAPÍTULO I. DOS AGENTES PÚBLICOS. Seção I. Disposições Gerais.** **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES REMUNERADAS** Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio os contratados para ocupar os empregos públicos previstos em cláusula do presente documento. § 1º A atividade da Presidência, Vice-Presidência, dos demais membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho de Regulação e de outros órgãos diretivos do Consórcio que venham a ser criados pelo Estatuto, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante. § 2º O Presidente, o Vice e demais Diretores, os membros do Conselho Fiscal e de Regulação, bem como os que integra os outros órgãos do Consórcio não poderão receber qualquer quantia do Consórcio, inclusive o título indenizatório ou de compensação. **Seção II. Dos Empregos Públicos.** **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - DO REGIME JURÍDICO.** Os servidores do Consórcio não cedidos pelos entes consorciados serão considerados empregados públicos e regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. § 1º O Regimento Interno do Consórcio deliberará sobre a estrutura administrativa do Consórcio, obedecido o disposto neste Protocolo de Intenções, especialmente a descrição das funções, lotação, jornada de trabalho e denominação de seus empregos públicos. § 2º A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização do Presidente do Consórcio. § 3º Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados. **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - DO QUADRO DE PESSOAL.** O quadro de pessoal do Consórcio é composto por 16 (dezesesseis) empregados públicos, na conformidade do Anexo Único deste Protocolo de Intenções. § 1º Com exceções de servidores públicos cedidos para o Consórcio, os demais empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos. § 2º A remuneração dos empregos públicos é a definida no Anexo Único deste Protocolo de Intenções. Até o limite fixado no orçamento anual do Consórcio a Assembleia Geral poderá conceder revisão anual de remuneração. **CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA - DO CONCURSO PÚBLICO.** Os editais do concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente e por 02 (dois) Diretores. § 1º Por meio de ofício, cópia de edital será entregue a todos os entes consorciados. § 2º O edital, em sua íntegra, será publicado em *sítio*, que o Consórcio mantiver rede mundial de computadores - internet, bem como, na forma de extrato, na Imprensa Oficial do Estado. § 3º Nos 30 (trinta) primeiros dias após a publicação do extrato mencionado no parágrafo anterior, poderão ser apresentadas impugnação ao edital, as quais deverão ser decididas aos prazos previstos no art. 41, § 1º, da Lei nº 8.666/93. A íntegra da impugnação e de sua decisão será publicada no "*sítio*" que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores - Internet. **Seção III. Das Contratações Temporárias.** **CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA - DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.** Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na hipótese de preenchimento de emprego público vago, até o seu provimento efetivo por meio de concurso público. **PARÁGRAFO ÚNICO** - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público vago e perceberão a remuneração para ele prevista. **CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA - DA CONDIÇÃO DE VALIDADE E DO PRAZO MÁXIMO DE CONTRATAÇÃO.** As condições temporárias serão automaticamente extintas com o início do prazo de inscrição no concurso público para preenchimento efetivo do emprego público nos 60 (sessenta) dias iniciais da contratação. § 1º As contratações terão o prazo de até 03 (três) meses. § 2º O prazo de contratação temporária poderá ser prorrogado até o prazo máximo de 01 (um) ano. § 3º

Não se admitirá prorrogação quando houver resultado definitivo de concurso público destinado a prover o emprego público. **CAPÍTULO II. DOS CONTRATOS. Seção I. Do Procedimento de Contratação. CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA - DAS CONTRATAÇÕES POR ÍNFIMO VALOR.** Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe der causa, todas as contratações diretas fundamentadas nas disposições dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e que não excedem ao valor de 20% (vinte por cento), sem prejuízo do disposto na legislação federal, observarão o seguinte procedimento: **I** - serão realizadas diretamente as contratações de obras e serviços de engenharia, caso a estimativa de custo não ultrapasse o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) para aquisições e outros serviços, por decisão da Diretoria; **II** - elementos essenciais do procedimento de compra serão publicados no "sítio" mantido pelo Consórcio de rede mundial de computadores - Internet para que, em três dias úteis, interessados venham a apresentar proposta; **III** - somente ocorrerá a contratação se houver a proposta de preço de pelo menos 03 (três) fornecedores; **IV** - nas contratações e aquisições de preço superiores aos previstos no Inciso I desta Cláusula, deverão ser observados os valores triplicados aos estabelecidos nos incisos I e II do artigo 23 da Lei nº 8.666/93, mediante procedimentos licitatórios, todas devidamente homologados pelo Presidente do Consórcio; **V** - o Consórcio poderá contratar cooperativas de catadores ou outras formas de associação de catadores para as funções de reciclagem e reutilização dos resíduos sólidos, dispensada licitação em base no inciso XXVII da Lei. 8.666/93. **PARÁGRAFO ÚNICO** - Por meio de decisão fundamentada, publicada na imprensa oficial em até 05 (cinco) dias, poderá ser dispensada a exigência prevista no inciso III do *caput*. **CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE DAS LICITAÇÕES.** Sob pena de nulidade do contrato de responsabilidade de quem der causa à contratação, todas as licitações terão a íntegra de seu ato convocatório, decisões de habilitação, julgamento das propostas e decisões do recursos publicados no "sítio" que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores - Internet. **CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA QUINTA - DO PROCEDIMENTO DAS LICITAÇÕES DE MAIOR VALOR.** Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem der causa à contratação, mediante procedimento licitatório com custo de valores previstos no inciso IV da Cláusula Septuagésima Terceira, sem prejuízo do disposto na legislação federal, observará o seguinte procedimento: **I** - a sua instauração deverá ser autorizada pelo Presidente do Consórcio e acompanhada pela Diretoria Executiva; **II** - a abertura deverá ser comunicada por ofício a todos os entes consorciados, indicando-se ao "sítio" da rede mundial de computadores onde poderá ser obtida a íntegra do ato convocatório; **III** - de acordo com a modalidade de licitação, o prazo para recebimento das propostas não poderá ser inferior à: **a)** 05 (cinco) dias úteis, se a estimativa do contrato for igual ou inferior à R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)- Convite; **b)** 15 (quinze) dias, se superior à R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) e igual ou inferior à R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) – Tomada de Preços; **c)** 30 (trinta) dias, se superior à 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) – Concorrência; **IV** - as homologações e adjudicações das licitações previstas no inciso anterior serão realizadas pelo Presidente do Consórcio; e **V** - o Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por maioria de seus membros, poderá determinar que procedimento licitatório tenha o seu trâmite suspenso, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios. **PARÁGRAFO ÚNICO** - Na contratação de obras de valor estimado superior à R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), somente será permitido se houver o prévio consenso de pelo menos metade mais um dos entes consorciados. **CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA SEXTA - DA LICITAÇÃO TÉCNICA E PREÇO.** Somente realizar-se-á licitação do tipo técnica e preço mediante a justificativa subscrita pelo Presidente e aprovada por votação definida no estatuto. **PARÁGRAFO ÚNICO** - Nas licitações do tipo técnica e preço, o prazo para recebimento das propostas será de, no mínimo, 30 (trinta) dias, facultando-se a apresentação de impugnação ao edital, julgamentos e respostas nos prazos previstos na Lei nº 8.666/93. **Seção II. Dos Contratos. CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE.** Todos os contratos de valor superior à R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) serão publicados na íntegra no "sítio" que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores - Internet. **PARÁGRAFO ÚNICO** - A

AUTENTICAÇÃO

Esta folha é a 26 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na últim.

Oficial / Substituta

publicação resumida dos contratos referidos no *caput* e de seus aditamentos, como condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Consórcio, no prazo e na forma prevista na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA OITAVA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO. Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo Consórcio.

§ 1º Todos os pagamentos superiores à R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) serão publicados na Internet e, no caso de obras, da publicação constará o laudo de medição e o nome do responsável por sua conferência.

§ 2º O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por maioria de seus membros, poderá determinar que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatório.

TÍTULO VII. DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA. CAPÍTULO I. DISPOSIÇÕES GERAIS. CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA NONA - DO REGIME DA ATIVIDADE FINANCEIRA. A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

CLÁUSULA OCTOGÉSIMA - DAS RELAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE CONSORCIADOS E O CONSÓRCIO. Os entes consorciados somente repassarão recursos ao Consórcio quando: **I** – tenha contratado o Consórcio para a prestação de serviços, execução de obras ou fornecimento de bens, respeitados os valores de mercado; **II** – houver contrato de rateio.

§ 1º Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

§ 2º Não se exigirá contrato de rateio no caso de os recursos recebidos pelo Consórcio terem por origem transferência voluntária da União ou do Estado, formalizada por meio de convênio com ente consorciado, desde que o Consórcio compareça ao ato como interveniente.

CLÁUSULA OCTOGÉSIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO. Fica o COMARES-UVC sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo, representante legal do Consórcio, inclusive quanto à legalidade e legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncias de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercidos em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados virem a celebrar com o Consórcio.

CAPÍTULO II. DA CONTABILIDADE. CLÁUSULA OCTOGÉSIMA SEGUNDA - DA SEGREGAÇÃO CONTÁBIL. No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

§ 1º Anualmente, no início de cada exercício financeiro, deverá ser apresentado demonstrativo do exercício financeiro anterior que indique: **I** – o investido e o arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados; **II** – a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

§ 2º Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet.

CAPÍTULO III. DOS CONVÊNIOS. CLÁUSULA OCTOGÉSIMA TERCEIRA - DOS CONVÊNIOS. Com o objetivo de receber transferência de recursos, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais, de terceiro setor ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

CLÁUSULA OCTOGÉSIMA QUARTA - DA INTERVENIÊNCIA. Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos.

TÍTULO VIII. DA SAÍDA DO CONSÓRCIO. CAPÍTULO I .DO RECESSO. CLÁUSULA OCTOGÉSIMA QUINTA – DO RECESSO . A retirada de membro do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral.

CLÁUSULA OCTOGÉSIMA SEXTA – DOS EFEITOS. O recesso não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, executadas as hipóteses de: **I** – decisão da metade mais um dos entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em Assembleia Geral; **II** – expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação; **III** – reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou pela Assembleia Geral do Consórcio.

CAPÍTULO II. DA EXCLUSÃO. CLÁUSULA

OCTOGÉSIMA SÉTIMA - DA HIPÓTESE DE EXCLUSÃO .São hipótese de exclusão de ente consorciado; **I** – a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;**II** - a subscrição do Protocolo de Intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;**III** – a existência de motivos graves, reconhecidos em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim. § 1º A exclusão prevista no inciso I do *caput* somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar. § 2º O estatuto poderá prever outras hipóteses de exclusão.

CLÁUSULA OCTOGÉSIMA OITAVA – DO PROCEDIMENTO. O estatuto estabelecerá o procedimento administrativo para aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório. § 1º A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral., exigido o mínimo de metade mais um dos votos. § 2º Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, pelo seu Decreto Regulamentar nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007 e demais legislações aplicáveis à matéria. § 3º Da decisão do órgão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido a Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo.

TÍTULO IX. DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO .CLÁUSULA OCTOGÉSIMA NONA - DA EXTINÇÃO. A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados. § 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes de gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outras espécies de preços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços. § 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa a obrigações. § 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem. § 4º A alteração do contrato de consórcio público observará o mesmo procedimento previsto no *caput*.

TÍTULO X. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. CLÁUSULA NONOGÉSIMA – DO REGIME JURÍDICO. O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005; de seu Decreto Regulamentar nº 6.017, de 01 de janeiro de 2007, por seu regulamento; pelo Contrato de Consórcio Público originado pela ratificação do presente Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificação, as quais se aplicam somente aos entes federativos que as emanaram.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Consórcio por causa natureza, reger-se-á também pelas Leis de nº 11.445/2007, 12.305/2010 e 9.605/1998.

CLÁUSULA NONAGÉSIMA PRIMEIRA - DA INTERPRETAÇÃO. A interpretação do disposto neste Protocolo deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, aos seguintes princípios: **I** - respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelos que o ingresso ou retirada do Consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso; **II** – solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio; **III** – eletividade de todos os órgãos dirigentes do Consórcio; **IV** – transparência, pelo que não negará ao Poder Executivo ou ao Legislativo de cada ente federativo consorciado o acesso a qualquer reunião ou documento de Consórcio; **V** – eficiente, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

CLÁUSULA NONAGÉSIMA SEGUNDA – DA EXIGIBILIDADE .Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo.

TÍTULO XI. DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS. CLÁUSULA NONAGÉSIMA – TERCEIRA – DA DESIGNAÇÃO PRO TEMPORE DE MEMBROS DO CONSELHO DE REGULAMENTAÇÃO. Até a realização da conferência no § 1º da Cláusula Sexagésima Quarta, o Conselho de Regulação funcionará com representantes indicados, em caráter pro tempore, pelos Conselhos Municipais.

CLÁUSULA NONAGÉSIMA QUARTA – DA TRANSIÇÃO. Motivada por incapacidade técnica e material, poderá a Assembleia Geral sobrestar por até 04 (quatro) anos a aplicação as normas previstas neste

AUTENTICAÇÃO
Esta folha é a 27 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na última
Oficial / Dubstituta

Protocolo acerca da prestação de serviço e respectivos direitos dos usuários, por decisão de metade mais um, desde que presentes metade mais um dos consorciados.

CLÁUSULA NONAGÉSIMA QUINTA – DA CORREÇÃO .A Assembleia Geral, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos no Contrato de Constituição do Consórcio.

PARÁGRAFO ÚNICO - A critério da Assembleia Geral, os valores poderão ser fixados em valor inferior à aplicação do índice de correção oficial.

CLÁUSULA NONAGÉSIMA SEXTA – DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS.O Consórcio poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender prioritariamente desde que aprovadas em Assembleia, as iniciativas de implantação de infraestrutura física e equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de matérias reutilizáveis e recicláveis, formadas por pessoas de baixa renda.

PARÁGRAFO ÚNICO - Deverão ser respeitadas as limitações da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

CLÁUSULA NONAGÉSIMA SÉTIMA – DAS PROIBIÇÕES.Para efeito do Consórcio e de seus entes consorciados são proibidas:§ 1º As seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:**I** – lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;**II** – lançamento *in natura*, a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;**III** – queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;**IV** – outras formas vedadas pela legislação. § 2º São também proibidas as seguintes atividades nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos:**I** – utilização dos rejeitos dispostos como alimentação;**II** – catação;**III** – criação de animais domésticos;**IV** – fixação de habitações temporárias ou permanentes;**V** – outras atividades vedadas pela legislação. § 3º A importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, a saúde pública e animal e a sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reúso, reutilização ou recuperação.

CLÁUSULA NONAGÉSIMA OITAVA – DA REPARAÇÃO DE DANOS.Sem prejuízo da obrigação de indenizar, independente da existência de culpa e, mesmo havendo a recuperação dos danos causados por ação ou omissão de pessoas físicas ou jurídicas, mas que importem na inobservância aos preceitos da legislação brasileira em vigor, o Consórcio participará aos órgãos de controle ambiental para que estes apliquem aos infratores as sanções penais e administrativa e conformidade com a Lei. Nº 9.605/1998.

CLÁUSULA NONAGÉSIMA NONA – DA OPERACIONALIDADE DE ATERRO.(Cláusula Suprimida).

TÍTULO XII DO FORO.

CLÁUSULA CENTÉSIMA – DO FORO.Para dirigir eventuais controvérsias deste rotocolo de Interações e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro da sede do Consórcio. Cascavel – CE, 17 de junho de 2016.

VALDEMAR ARAÚJO DA SILVA FILHO. PRESIDENTE DO COMARES – UCV. MUNICÍPIO DE PINDORETAMA. MICHELE CARIELLO DE SÁ QUEIROZ ROCHA. MUNICÍPIO DE BEBERIBE. FRANCISCA IVONETE MATEUS PEREIRA. MUNICÍPIO DE CASCAVEL. ANEXO ÚNICO.

	Emprego	Qtde.	Salário		Provimento	Escolaridade Mínima
1	Assessor técnico/ Engenheiro	1	3.500,00	3.500,00	Efetivo	Nível superior completo
2	Gerente Administrativo- Financeiro	1	2.100,00	2.100,00	Efetivo	Nível superior completo
3	Técnico em informática	2	1.400,00	2.800,00	Efetivo	2º Grau completo
4	Agente Administrativo	4	1.100,00	4.400,00	Efetivo	2º Grau completo
5	Auxiliar Operacional	6	900,00	5.400,00	Efetivo	2º Grau completo
6	Auxiliar Geral	2	510,00	1.020,00	Efetivo	1º Grau completo

maioria dos votos; II - um gestor, representante de um ente consorciado, exercendo a Vice-Presidência, eleito por maioria dos votos; III - três representantes técnicos dos entes consorciados, compondo a Diretoria Executiva, formada pela Diretoria Administrativa, Operacional e Financeira; IV - três membros do Poder Legislativo, eleitos por maioria dos membros do Colégio Eleitoral para comporem o Conselho Fiscal na qualidade de Conselheiros Titulares; V - três membros do Poder Legislativo, eleitos por maioria dos membros do Colégio Eleitoral para comporem o Conselho Fiscal na qualidade de Conselheiros Suplentes; VI - um membro do Poder Legislativo para compor o Colégio Eleitoral; VII - três membros de entidades representativas da sociedade para compor o Conselho de Regulação na qualidade de 01 presidente e 02 Conselheiros. § 1º Outros segmentos podem ser representados no Consórcio, desde que deliberado em Assembleia e mediante alteração do Estatuto. § 2º A cada membro titular corresponderá um suplente. § 3º Os membros titulares e suplentes terão um mandato de dois anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente por apenas uma vez. § 4º A nomeação dos membros ocorrerá a partir da indicação ou eleição por parte dos segmentos ou entidades previstas neste artigo. § 5º Caberá ao membro suplente completar o mandato do titular e substituí-lo em suas ausências e impedimentos. § 6º São impedidos de integrar o Conselho Fiscal e o de Regulação: I - cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, do Presidente, do Vice-Presidente e dos Diretores do Consórcio; II - tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Consórcio, bem como cônjuge, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais; III - pessoas que exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Municipal dos entes consorciados; IV - pessoas que prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal, dos entes consorciados.

DO FUNCIONAMENTO. CAPÍTULO I. DAS REUNIÕES DAS ASSEMBLEIAS. Art. 4º As Assembleias Gerais Ordinárias do Consórcio serão realizadas duas vezes por ano no período estabelecido no Estatuto. Parágrafo Único - O Consórcio poderá se reunir em Assembleia de forma extraordinária por convocação do seu Presidente ou da maioria mais um dos seus membros. Art. 5º As reuniões serão realizadas com a presença da maioria dos membros do Consórcio. § 1º A reunião não será realizada se o quórum não se completar até 60 (sessenta) minutos após a hora designada, será feita nova convocação e se mesmo assim persistir a ausência de quórum, será lavrado termo que mencionará os membros presentes e os que justificadamente não comparecerem. § 2º Quando não for obtida a composição de quórum, na forma do parágrafo anterior, será convocada nova reunião, a realizar-se em data, local e horário em consenso pelos presentes, para qual ficará dispensada a verificação de quórum mínimo. § 3º As reuniões serão secretariadas por um dos presentes, escolhido pelo Presidente, a quem competirá a lavratura das atas.

CAPÍTULO II. DA ORDEM DOS TRABALHOS E DAS DISCUSSÕES. Art. 6º As reuniões da Assembleia obedecerão à seguinte ordem: I - leitura da ata da reunião anterior; II - comunicação da Presidência; III - apresentação dos nomes dos membros presentes; IV - relatório das correspondências e comunicações, recebidas e expedidas; V - ordem do dia, referente às matérias constantes na pauta da reunião; VI - moções de censura, se houver.

CAPÍTULO III. DAS DECISÕES E VOTAÇÕES. Art. 7º As decisões nas Assembleias serão tomadas pela maioria dos membros presentes. Art. 8º Cabe ao Presidente o voto de desempate nas matérias em discussão e votação. Art. 9º As decisões do Consórcio serão registradas no livro de ata. Art. 10 Todas as votações do Consórcio poderão ser simbólicas ou nominais, a critério da maioria. § 1º Os resultados da votação serão comunicados pelo Presidente. § 2º A votação nominal será realizada pela chamada dos membros da Assembleia.

CAPÍTULO IV. DA PRESIDÊNCIA E SUA COMPETÊNCIA. Art. 11 O Presidente e o Vice-Presidente do Consórcio serão eleitos por seus pares em reunião da Assembleia sendo impedido de ocupar essas funções pessoas que não sejam legítimo representante do Poder Executivo Municipal. Parágrafo Único - O Presidente será substituído pelo vice-presidente em suas ausências ou impedimentos. Art. 12 Compete ao Presidente do Consórcio, além das atribuições previstas em Estatuto: I - convocar os membros do Consórcio para as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias; II - presidir, supervisionar e coordenar os trabalhos nas Assembleias, promovendo as medidas necessárias à consecução das suas finalidades; III - coordenar as discussões e tomar os votos dos membros do Consórcio; IV - dirimir as questões de ordem; V -

municípios integrantes da Região do Litoral Leste, passaram a conceber a idéia de uma gestão compartilhada para resolver a problemática da destinação e disposição de seus resíduos e rejeitos sólidos e, desta feita, tornarem-se aptos a receber o ICMS Ecológico. Fortalecendo tal posicionamento, temos ainda a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, sancionada pelo Governo Federal, que estabelece normas e diretrizes para Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A partir da publicação da PNRS, ocorrida em 3 de agosto do corrente exercício, fica estabelecido a responsabilidade compartilhada dos geradores, do poder público e dos consumidores, sobre o gerenciamento, destinação final dos resíduos e rejeitos sólidos. O artigo 8º, inciso XIX, da Lei 12.305/2010, reconhece como instrumento para sua adoção, os Consórcios, promovendo incentivo para cooperação, de entes federados, com vista à elevação das escalas de aproveitamento e à redução de custos. Não obstante, o Artigo 11, parágrafo único, da referenciada Lei, atribui aos Estados além do controle e fiscalização, a responsabilidade de apoiar e priorizar, as iniciativas pela busca por soluções consorciadas ou compartilhadas, para gestão dos resíduos e rejeitos sólidos, de dois ou mais Municípios. Tal posicionamento é fortalecido, no parágrafo 1º, inciso I, do Artigo 18, priorizando no acesso dos recursos da União, os Municípios que optarem, por soluções consorciadas intermunicipais, inclusive para elaboração e implementação de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Corroborando com a situação acima, temos ainda o condicionante da formação de Consórcio Público para recebimento de recursos destinados a construção e aparelhamento de Aterros, exigida pelo Governo do Estado. Tal exigência encontra-se embasada no artigo 37 do Decreto nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007 que regulamentou a Lei 11.107 de 06 de abril de 2005, conhecida como Lei dos Consórcios Públicos, permitindo a criação de uma entidade de cooperação, capaz de prestar serviços na área de preservação ambiental, somando-se aos serviços já oferecidos por cada um dos Municípios integrantes da supra citada região. Ademais, o artigo 45, da PNRS reconhece a importância dos Consórcios Públicos constituídos sob a égide da Lei nº 11.107/2005, notadamente os que se destinam a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos e rejeitos, dando-lhes prioridade na obtenção dos incentivos instituídos pelo Governo Federal. Amparados na Lei que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, os municípios que ora passam a integrar o Consórcio Municipal para Aterro de Resíduos Sólidos – Unidade Cascavel – COMARES – UCV, contam com ambiente normativo favorável para a cooperação entre si, de modo a utilizar com segurança os institutos previstos no artigo 241 da Constituição Federal, na nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1988. Em vista de todo o exposto. OS MUNICÍPIOS CEARENSES DE CASCAVEL, BEBERIBE E PINDORETAMA: D E L I B E R A M. Construir o CONSÓRCIO MUNICIPAL PARA ATERRO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – UNIDADE CASCAVEL – COMARES – UCV, o qual reger-se-á pela Lei 11.107, de 06 de abril de 2005, de seu Decreto Regulamentar nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, pelas Leis 11.445 de 05 de janeiro de 2007, Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, pelo Contrato de Consórcio Público, por seus estatutos e pelos demais atos que adotar. Para tanto, os representantes legais de cada um dos entes federativos acima mencionados subscrevem o presente. P R O T O C O L O D E I N T E N Ç Õ E S. TÍTULO I. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS. CAPÍTULO I. DO CONSORCIAMENTO. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS SUBSCRITORES. Podem ser assinantes do Protocolo de Intenções: I – o MUNICÍPIO DE BEBERIBE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 07.528.292/0001-89, com sede na Rua João Tomas Ferreira, nº 42, Centro do Município, CEP: 62.840-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. ODIVAR FACÓ, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 2.221.688, emitida pela SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob nº 262.322.003-49; II – o MUNICÍPIO DE CASCAVEL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 07.589.369/0001-20, com sede na Av. Chanceler Edson Queiroz, nº 2650, bairro Rio Novo, CEP: 62.850-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. DÉCIO PAULO BONILHA MUNHOZ, brasileiro, casado, médico, portador da cédula de identidade RG nº 2003.002.190.201, emitida pela SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob nº 310.971.540-68; III – o MUNICÍPIO DE PINDORETAMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 23.563.448/0001-19, com sede na Travessa Juvenal Gondim, nº 983, Centro do Município, CEP: 62.860-000, neste ato representado por sua

Prefeita Municipal, a Sra. REGINA LÚCIA VASCONCELOS ALBINO, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 2003.014.085.742, emitida pela SSP/CE, inscrita no CPF/MF sob nº 164.344.393-34. CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO. O presente Protocolo de Intenções, após sua ratificação por pelo menos metade mais um dos Municípios que previamente o subscreveram, converter-se-á em Contrato de Consórcio Público, ato constitutivo do CONSÓRCIO MUNICIPAL PARA ATERRO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – UNIDADE CASCAVEL - COMARES – UCV. § 1º Somente será considerado consorciado o ente da Federação subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei. § 2º Será automaticamente admitido no Consórcio o ente da federação que efetuar ratificação em até 02 (dois) anos. § 3º A ratificação realizada após 02 (dois) anos da subscrição somente será válida após homologação da Assembléia Geral do Consórcio. § 4º A subscrição pelo Chefe do poder Executivo não induz a obrigação de ratificar, cuja decisão pertence, soberanamente ao Poder Legislativo. § 5º Somente poderá ratificar o Protocolo de Intenções o ente da federação que o tenha subscrito. § 6º O ente da Federação não designado no presente Protocolo de Intenções não poderá integrar o Consórcio, salvo por meio de instrumento de alterações do Contrato de Consórcio Público. § 7º A lei de ratificação poderá prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do presente Protocolo de Intenções. Nesta hipótese, o consorciamento dependerá de que as reservas sejam aceitas pelos demais entes da Federação subscritores deste Protocolo; e § 8º O Protocolo de Intenções, independente de ser ratificado, deverá ser publicado na imprensa oficial de forma resumida desde que a publicação indique o local e o “sítio” da rede mundial de computadores - Internet, em que se poderá obter seu texto na íntegra. CAPÍTULO II .DOS CONCEITOS. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS CONCEITOS. Para os efeitos deste Protocolo de Intenções e de todos os atos emanados ou subscritos pelo Consórcio Público ou por Município consorciado, consideram-se: I – gestão associada: ato de promover ações para a prestação de serviço público com o objetivo de alcançar níveis de satisfação das necessidades básicas e essenciais do ser humano no tocante a educação, saúde e preservação ambiental, bem como das necessidades suplementares, em condições que maximizem a promoção e a melhoria das condições de vida nos meios urbanos e/ou rural dos Municípios consorciados; II – salubridade ambiental: qualidade das condições em que vivem populações urbanas e rurais no que diz respeito à sua capacidade de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de doenças relacionadas com o meio ambiente, bem como o de favorecer o pleno gozo da saúde e o bem-estar dos munícipes dos entes consorciados; III – plano de gerenciamento ambiental: refere-se, a um conjunto de estudos, diretrizes, programas, prioridades, metas atos normativos e procedimentos que, com fundamento em avaliação do estado de salubridade ambiental, inclusive da prestação do serviço público a ela referente, define a programação das ações e dos investimentos necessários para a prestação universal, integral e atualizada no que concerne à destinação e a disposição final de resíduos e rejeitos sólidos mediante soluções para a concretização de níveis cada vez mais crescentes na melhoria dessa salubridade ambiental, que envolve todos os Municípios consorciados; IV – serviços públicos de saneamento básico: refere-se a serviços públicos cuja natureza envolva direta ou indiretamente as atividades de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, do manejo de resíduos e rejeitos sólidos e o manejo de água pluviais; V – planejamento: as atividades de identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das quais um serviço público deve ser prestado ou colocado à disposição de forma adequada em determinado período para o alcance das metas e resultados pretendidos; VI – regulação: todo e qualquer ato, normativo ou não, que discipline ou organize um determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impactos socioambientais, os direitos e obrigações dos cidadãos, dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação, a política e sistema de cobrança, inclusive a fixação, reajuste e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos; VII – fiscalização: as atividades de acompanhamento, monitoramento, controle e avaliação, exercidas pelo titular do serviço público, inclusive por entidades de sua administração indireta ou por entidades conveniadas, e pelos cidadãos e usuários, no sentido de garantir a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público; VIII – prestação de serviço público: a execução, em estrita conformidade com o estabelecido na regulação, de toda e qualquer atividade com o

AUTENTICAÇÃO

Esta folha é a 30 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na última

objetivo de permitir o acesso a um serviço público com características e padrão de qualidade determinado; IX – titular: o Município consorciado; X – projetos associados: aos serviços públicos de destinação e disposição de resíduos e rejeitos sólidos em caráter acessório ou correlato à prestação dos serviços, capazes de gerar benefícios sociais, ambientais ou econômicos adicionais, dentre eles: a) a melhoria de vias terrestres, b) o aproveitamento de arranjos produtivos, culturais e potenciais locais, proveniente da reciclagem; c) o aproveitamento de energia de qualquer fonte potencial vinculada ao serviço público, inclusive do biogás e créditos carbono; d) a busca por conhecimento e atualizações tecnológicas; e) a promoção de forma de trabalho urbano e rural na busca por emprego e renda; f) outras atividades essenciais para a prestação do serviço, objeto do presente Protocolo; XI – subsídios simples: aqueles que se processam mediante receitas que não se originam de remuneração pela prestação de serviços públicos básicos e essenciais; XII – subsídios cruzados: aqueles que se processam mediante receitas que se originam de remuneração pela prestação de outros serviços públicos; XIII – subsídios cruzados internos: aqueles que se processam internamente à estrutura de cobranças pela prestação de serviços no território de um só município ou na área de atuação do Consórcio Público; XIV – subsídios cruzados externos: aqueles que se processam mediante transferências ou compensações de recursos originados de área ou território diverso dos referidos no inciso XIII desta cláusula; XV – controle social: conjunto de mecanismo e procedimentos, que garantam à sociedade informações, representações técnicas e participação nos processos de formulação implementação e avaliação, das políticas públicas e prestação de serviços relacionadas aos resíduos e rejeitos sólidos; XVI – acordo setorial: ato de natureza contratual, firmada entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada, pelo ciclo de vida do produto; XVII – ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final; XVIII – coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos, previamente segregados, conforme sua constituição ou composição; XIX – destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação, e o aproveitamento energético, ou outras destinações admitidas, pelos órgãos competentes de fiscalização ambiental; observando as normas operacionais específicas, de modo a evitar, danos ou riscos à saúde pública, e a minimizar os impactos ambientais adversos; XX – disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterro, observando as normas operacionais específicas, de modo a evitar, danos ou riscos à saúde pública, e a minimizar os impactos ambientais adversos; XXI – geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluindo o consumo; XXII – gerenciamento de resíduos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com planos de gerenciamento dos referidos resíduos exigidos na forma da Lei nº 12.305/2010; XXIII – gestão integrada de resíduos e rejeitos sólidos: conjunto de ações voltadas à busca de soluções, para aos resíduos sólidos de forma a considerar os critérios políticos, econômico, ambientais e sociais, para o desenvolvimento sustentável da região; XXIV – logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar, a coleta e a restrição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, de modo a promover o seu reaproveitamento em seu ciclo, ou em outros ciclos produtivos, ou ainda para outra destinação final ambientalmente adequada; XXV - reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos, que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas a transformação em insumos, ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos ambientais; XXVI – rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição ambientalmente adequada; XXVII – resíduos sólidos: material, substância, objeto ou outro bem descartado resultante de atividades humanas, em sociedade, a cuja destinação final, se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, no estado sólido ou semi-

sólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos, cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento em rede pública de esgotos, ou em corpos d' água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis, em face da melhor tecnologia disponível; XXVIII – responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos, de limpeza urbana, e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume dos referidos resíduos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e qualidade ambiental, decorrentes do ciclo de vida dos produtores nos termos da Lei nº 12.305/10; e XXIX – reutilização: processo de reaproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física, ou físico-química, observada as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos ambientais. TÍTULO II.DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.CAPÍTULO I.DA DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE.CLÁUSULA QUARTA - DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA O CONSÓRCIO MUNICIPAL PARA ATERRO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – UNIDADE CASCAVEL - COMARES – UCV, cria uma personalidade jurídica de direito público, do tipo associação pública, que integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados. § 1º O Contrato do Consórcio adquirirá vigência de Lei mediante a ratificação de pelo menos metade mais um dos Municípios subscritores desse Protocolo de Intenções.§ 2º O Consórcio adquirirá personalidade jurídica, após a aprovação de seu estatuto e seu registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas; e § 3º Como forma de garantir simultaneidade, recomenda-se que as leis de ratificação prevejam a sua entrada em vigor até o dia 31 de dezembro de 2010.CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE DURAÇÃO.O Consórcio vigorará por prazo indeterminado. CLÁUSULA SEXTA – DA SEDE.A sede do Consórcio será no Município de Cascavel, estabelecido como sede do Aterro. PARÁGRAFO ÚNICO - A Assembléia Geral do Consórcio, mediante decisão de metade mais um dos consorciados, poderá alterar a sede.CAPÍTULO II.DOS OBJETIVOS.CLÁUSULA SÉTIMA – DOS OBJETIVOS.São objetivos do Consórcio:I - o planejamento a regulação, a fiscalização e, nos termos de contrato de programa, a prestação do serviço público para promover a destinação e disposição final de resíduos e rejeitos sólidos, na área de atuação da Administração Pública dos municípios identificados na Cláusula Primeira do presente Protocolo; II - a implementação de melhorias nas condições de vida dos municípios, desenvolvendo alternativas para programas de educação, saúde e gestão ambiental, sem prejuízo das ações e programas desenvolvidos individualmente pelos entes consorciados;III - a capacitação técnica de forma continuada do pessoal encarregado no manuseio e prestação do serviço de coleta, transferência e reciclagem dos resíduos sólidos produzidos pelos Municípios consorciados;IV - a realização de licitações compartilhadas das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados por Municípios consorciados ou entes de sua administração indireta;V – a aquisição ou a administração dos bens que possam estar direta ou indiretamente relacionados ao funcionamento de Aterro para uso compartilhado do Consórcio ou de seus Municípios integrantes;§ 1ºMediante requerimento do interessado, é facultado à assembléia geral devolver qualquer dos poderes mencionados no inciso I do caput à administração direta do Município consorciado.§ 2º O Consórcio somente poderá prestar serviço público nos termos de contrato de programa que celebrar com ente consorciado.§ 3º Os bens adquiridos ou administrados na forma do inciso V do caput serão de uso exclusivo dos entes que contribuíram para a sua aquisição ou administração, na forma de regulamento da Assembléia Geral. Nos casos de retirada de consorciado ou de extinção do Consórcio, os bens permanecerão em condomínio, até autorização que seja extinto mediante ajustes entre os interessados.§ 4º Priorizar nas aquisições e contratações do Consórcio produtos reciclados e recicláveis, bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis, com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis; e § 5º Havendo declaração de utilidade, necessidade pública ou interesse social emitida pelo Município em que o bem ou direito se situe, fica o Consórcio autorizado a promover as desapropriações, proceder a requisições ou instituir as servidões necessárias à consecução de seus objetivos; VI - a promoção de toda e qualquer comercialização de matéria prima e/ou produtos derivados do funcionamento do aterro sanitário, revertendo para o Consórcio os valores arrecadados desta operação; VII - a busca de alternativas e tecnologias para o desenvolvimento de sistemas de

AUTENTICAÇÃO
Esta folha é a 31 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na juízo
[assinatura]
Oficial / Dubstututa

gestão ambiental, voltados para a melhoria do reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluindo a recuperação e o reaproveitamento energético, com base em experiências comprovadas e economicamente viáveis, que permitam soluções efetivas de combate à poluição e degradação ambiental, preservando os recursos naturais e promovendo o tratamento e a consequente eliminação de gases nocivos a vida;VIII – o zelo pela proteção de saúde pública e da qualidade ambiental no desempenho de suas funções;IX – o incentivo a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem e o tratamento dos resíduos sólidos, bem como promover a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos que forem direcionados ao aterro;X – a promoção e a articulação entre as diferentes esferas do Poder Público e, destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão associadas dos resíduos sólidos;XI – a adoção, o desenvolvimento e o aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;XII – a segurança, a regularidade, a continuidade, a funcionalidade e a universalização da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos e rejeitos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos de serviços prestados como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira em conformidade com o estabelecimento na Lei nº. 11.445/2007;XIII – o reconhecimento do resíduo sólido, reutilizado e reciclado como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;XIV – a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.

CLAUSULA OITAVA – DAS PRERROGATIVAS PARA CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS. Para cumprimento dos objetivos previstos na Cláusula Sétima, o Consórcio poderá: I- Firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílio, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e Órgãos do Governo Estadual e Federal;II - Promover desapropriações e instituir servidões, em havendo necessidade de utilidade pública ou de interesse social;III - Ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados; dispensado a licitação;IV - Emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas ou outros preços públicos resultantes da prestação dos serviços para destinação e disposição final dos resíduos e rejeitos sólidos, desde que legalmente previstos em regulamentos.

TÍTULO III.DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS.CAPÍTULO I. DA GESTÃO ASSOCIADA.CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada de serviço público para a construção e administração de Aterro de Resíduos Sólidos regionalizados, visando promover a integração de procedimentos para destinação e disposição final de seus resíduos e rejeitos de forma eficaz e menos onerosa para os entes integrantes do presente Protocolo. § 1º A gestão associada autorizada no caput refere-se ao planejamento, à regulação e à fiscalização e, nos termos de contrato de programa, à prestação do serviço. § 2º Fica facultado aos Municípios consorciados autorizarem, mediante lei, que o Consórcio exerça a gestão associada de outros serviços públicos não previstos no presente Protocolo. § 3º Em se tratando de assuntos de interesse comum, o Consórcio poderá representar seus entes integrantes perante outras esferas de governo, desde que devidamente aprovado em Assembléia e com o consentimento expresso do ente representado. § 4º Para atender as políticas de resíduos sólidos, federal, estadual e dos municípios consorciados, conforme determina a Lei nº 12.305/2010, o Consórcio poderá utilizar os seguintes instrumentos, dentre outros:a- os planos municipais de resíduos sólidos;b- a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;c- o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou demais formas de associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos municípios integrantes do Consórcio;d- a cooperação no monitoramento e na fiscalização ambiental, sanitária, agropecuária quando couber;e- cooperação técnica e financeira entre os setores públicos dos entes consorciados ou não, para o desenvolvimento de pesquisas, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;f- a educação ambiental;g- os incentivos fiscais, financeiros e creditícios;h- os fundos de meio ambiente e os sistemas de informações sobre gestão dos resíduos sólidos e de saneamento básico;j- os órgãos colegiados municipais e estaduais, destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos e os conselhos de meio ambiente, e que nos couber os de saúde;l- os instrumentos da

política nacional e estadual de resíduos sólidos e meio ambiente, no que couber, tais como: padrões de qualidade ambiental, cadastros técnicos, sistemas de informações, termos de compromisso e ajustamento de conduta, dentre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ÁREA DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. A gestão associada abrangerá, preferencialmente, o serviço prestado nos territórios dos Municípios que efetivamente se consorciarem.

PARÁGRAFO ÚNICO – O estatuto disciplinará a prestação de serviços em territórios diferentes dos Municípios consorciados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS COMPETÊNCIAS CUJO EXERCÍCIO SE TRANFERIU AO CONSÓRCIO. Para a consecução da gestão associada, os Municípios consorciados transferem ao Consórcio o exercício das competências de planejamento, da regulação e fiscalização do serviço público para destinação e disposição final de resíduos e rejeitos sólidos.

§ 1º As competências cujo exercício fora transferido, incluem dentre outras atividades: I - o exercício do poder de polícia no sentido de fiscalizar e multar o descumprimento de preceitos administrativos e legais que prejudiquem a preservação da saúde e do meio ambiente relativos à coleta, destinação e disposição do lixo; II - a elaboração de planos de investimentos para a expansão, a reposição e a modernização tecnológica do Aterro; III - a elaboração de planos de recuperação dos custos do serviço; IV - o acompanhamento e avaliação das condições de prestação do serviço; V - o apoio à prestação do serviço, destacando-se: a) a aquisição, a guarda e a distribuição de materiais para a manutenção, a reposição, a expansão e a operação do serviço; b) a manutenção de média e alta complexidade dos equipamentos utilizados na prestação do serviço; c) o controle de qualidade do serviço público; d) a restrição de acesso ou a suspensão da prestação do serviço em caso de inadimplência das obrigações assumidas por um dos entes consorciados, sempre precedida por prévia notificação.

§ 2º Fica o Consórcio autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências referentes ao planejamento, regulação e fiscalização do serviço público previsto no presente Protocolo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CONCESSÃO, PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DOS TERMOS DE PARCERIA E DOS CONTRATOS PARA GESTÃO ADMINISTRATIVA. Ao consórcio fica proibido conceder, permitir ou autorizar a transferência total ou parcial das atividades de planejamento, regulação e fiscalização inerente à prestação do serviço público objeto da gestão associada, seja em nome próprio, seja em nome de entes consorciados, para terceiros.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica defeso ao Consórcio estabelecer termo de parceria, contrato de gestão ou outro instrumento que tenha por objeto a gestão administrativa do Consórcio que não esteja diretamente relacionado às atividades previstas no caput, bem como a realização de obras e serviços de engenharia, reciclagem por meio de cooperativa ou associação de catadores, observando a Lei 12.305/2010 e demais legislação que rege a Administração Pública.

CAPÍTULO II. DOS SERVIÇOS E DE SEU PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO. SEÇÃO I. DO DIREITO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DIREITO SUBJETIVO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS. Todos têm direito constitucional à vida, à educação, à saúde e a um ambiente saudável, cuja promoção e preservação são deveres do Poder Público e da coletividade.

PARÁGRAFO ÚNICO – É garantido a todos os direitos a níveis adequados e crescentes de satisfação das necessidades básicas e essenciais e de exigir dos responsáveis medidas preventivas, mitigadoras, compensatórias ou reparadoras em face de atividades prejudiciais ou potencialmente prejudiciais à satisfação destas necessidades.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO DEVER DO PODER PÚBLICO. É obrigação dos entes consorciados e do Consórcio promover a satisfação das necessidades básicas e essenciais, bem como das demais complementares, especialmente mediante políticas, ações e a provisão universal e equânime do serviço público oferecido.

SEÇÃO II. DAS DIRETRIZES. SUBSEÇÃO I. DISPOSIÇÃO PRELIMINAR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESSENCIALIDADE DOS SERVIÇOS

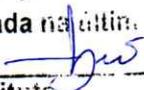
São considerados básicos e essenciais para efeito do Consórcio os serviços públicos de educação, saúde, preservação ambiental e de saneamento básico. Serão considerados complementares os demais serviços.

SUBSEÇÃO II. DAS DIRETRIZES BÁSICAS. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DIRETRIZES BÁSICAS. No que não contrariar a legislação federal, estadual e municipal dos entes consorciados, são diretrizes básicas dos serviços públicos essenciais e complementares providos pelo Consórcio ou pelos Municípios consorciados: I - a universalização, consistente

AUTENTICAÇÃO
Esta folha é a 32 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na últim.
Oficial / Dubstít.

na garantia a todos de acesso ao serviço, indistintamente e em menor prazo, observado o gradualismo planejado da eficácia das soluções, sem prejuízo da adequação às características locais, em benefício da saúde pública, da preservação do meio ambiente e de outros interesses coletivos correlatos;II - a integralidade, compreendida como a provisão dos serviços básicos, essenciais e complementares de toda natureza proporcionando o acesso à população na conformidade de suas necessidades e a maximização da eficácia das ações e resultados;III - a equidade, entendida como a garantia de fruição em igual nível de qualidade dos benefícios pretendidos ou ofertados, sem qualquer tipo de discriminação ou restrição de caráter social ou econômico, salvo os que visam priorizar o atendimento da população de menor renda;IV - a regularidade, concretizada pela prestação do serviço sempre de acordo com a respectiva regulação e com as outras normas aplicáveis;V - a continuidade, consistente na obrigação de prestar o serviço público sem interrupções, salvo nas hipóteses previstas em lei;VI - a eficiência por meio da prestação do serviço de forma a satisfazer as necessidades dos municípios com a imposição do menor encargo socioambiental e econômico possível;VII - a segurança, implicando na prestação do serviço com os menores riscos possíveis para os usuários, os trabalhadores que os presta e a população;VIII - a atualidade, que compreende em modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria contínua do serviço;IX - a cortesia, traduzida no bom atendimento ao público, inclusive para fornecer as informações referentes ao serviço que seja de interesse dos usuários e da coletividade; X - a modicidade dos preços públicos, inclusive das tarifas e das taxas, caso seja assim regulado; XI - a sustentabilidade, pela garantia do caráter duradouro dos benefícios das ações, considerados os aspectos jurídico institucionais, sociais, ambientais, energéticos e econômicos relevantes ao objeto do Consórcio;XII - a intersetorialidade, compreendendo a integração de determinadas ações entre si e com as demais políticas públicas, em geral;XIII - a cooperação federativa, buscando a melhoria das condições de vida de todos os municípios dos entes consorciados;XIV - a participação da sociedade na formulação e implementação das políticas e no planejamento, regulação, fiscalização, avaliação e prestação do serviço por meio de instâncias de controle social;XV - a promoção da educação sanitária e ambiental, fomentando os hábitos higiênicos, o uso sustentável dos recursos naturais, a redução de desperdícios, a correta utilização dos materiais, sua reciclagem e reaproveitamento;XVI - a promoção e a proteção da saúde, mediante ações preventivas de coleta e condicionamento do lixo de forma a evitar contaminação e proliferação de doenças;XVII - a preservação e a conservação do meio ambiente, mediante ações orientadas para a coleta e condicionamento de resíduos e rejeitos sólidos notadamente em proximidades aos recursos naturais, de forma seletiva e sustentável, bem como promover a reversão de degradação ambiental existente, observada as normas ambientais;XVIII - a promoção do direito a um ambiente ecologicamente equilibrado;XIX - o respeito às diversidades locais e regionais, na implementação e na execução do serviço de coleta, destinação e disposição final dos resíduos e rejeitos sólidos;XX - a promoção e a defesa da saúde e segurança do trabalhador na execução das atividades relacionadas ao Consórcio;XXI - o respeito e a promoção dos direitos básicos da coletividade; e. XXII - o fomento pela busca de conhecimento científico e tecnológico, bem como a difusão de conhecimentos adquiridos que possam ser de interesse da comunidade, visando melhores condições de vida.PARÁGRAFO ÚNICO – Na prestação do serviço público prevista neste Protocolo, deverá ser considerada a universalidade em um território quando assegurar o atendimento, no mínimo, das necessidades básicas vitais de todas as pessoas, independentemente de sua condição socioeconômica e de convivência social, de forma aceitável e adequada nos locais de sua aplicação.Subseção III.DAS DIRETRIZES APLICÁVEIS AOS RESÍDUOS SÓLIDOS.CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GESTÃO E GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS.Na gestão e gerenciamento dos resíduos e rejeitos sólidos pelo Consórcio, deverá ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.§ 1º As políticas municipais de resíduos sólidos dos entes consorciados deverão ser compatíveis com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 12.305/2010.§ 2º O Consórcio e os Municípios organizarão e manterão de forma conjunta o sistema regional de informações, sobre a gestão dos resíduos sólidos, postando quando necessário, aos Órgãos Federais ou Estaduais, todas

as informações solicitadas, em sua esfera de competência na forma e na periodicidade, estabelecidas em regulamento. § 3º Para efeito de gestão, no âmbito do Consórcio, os resíduos sólidos serão classificados em conformidade com o Artigo 13 da Lei nº 12.305/2010. Subseção IV. DAS DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO DIREITO AOS SERVIÇOS PLANEJADOS. É direito do cidadão, receber dos Municípios consorciados ou do Consórcio serviços públicos que tenham sido adequadamente planejados. § 1º É direito do usuário, cabendo-lhe o ônus da prova, não ser onerado por investimentos que não tenha sido previamente planejado, salvo quando: I - decorrente de fato imprevisível justificado nos termos de regulação; e II - não ter decorrido o prazo para a elaboração de planejamento nos termos da legislação federal, estadual, municipal ou de regulamento adotado pelo Consórcio. § 2º O planejamento do serviço público a ser prestado deve ser elaborado e revisado com a participação da comunidade, sendo obrigatória a realização de audiência e consulta pública; § 3º Resolução da Assembléia Geral do Consórcio estabelecerá as normas para as audiências e consultas públicas, que serão observadas pelos Municípios consorciados no que não contrariem norma local. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO DEVER DE ELABORAR UM PLANEJAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS. Em relação ao seu respectivo serviço, é dever do Consórcio e dos entes consorciados, elaborar e implementar o planejamento das viabilidades socioeconômicas do serviço a ser prestado. § 1º O planejamento deverá ser elaborado tendo horizonte mínimo de 04 (quatro) anos; § 2º O planejamento deverá ser compatível com: I - o planejamento orçamentário municipal dos entes consorciados; II - a legislação da Administração Pública; III - a legislação da Política Nacional e Estadual de Saneamento Básico, bem como da Política Nacional e Estadual de Resíduos sólidos; e IV - a legislação em geral. § 3º As metas fixadas pelo planejamento possuem caráter indicativo para os planos plurianuais e de gerenciamento, os orçamentos anuais e a realização de operação de crédito pelo Consórcio ou por Município consorciado; § 4º O Consórcio elaborará o planejamento regional e os Municípios consorciados os seus respectivos planejamentos municipais; e § 5º É vedado o investimento em outros serviços públicos que não estejam integrados e não previstos no planejamento do Consórcio. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA NATUREZA JURÍDICA DAS DISPOSIÇÕES PLANEJADAS. As disposições contidas no planejamento são vinculantes para: I - a regulação, a prestação direta, a fiscalização, a avaliação dos serviços públicos básicos e essenciais em relação ao Consórcio ou ao Município que o elaborou; e II - as ações públicas e privadas que, disciplinadas ou vinculadas às demais políticas públicas, implementadas pelo Consórcio ou pelo Município que elaborou o planejamento, venham a interferir nas necessidades básicas e essenciais. PARÁGRAFO ÚNICO – As disposições contidas no planejamento vinculam ainda aos demais projetos básicos e as contratações de obras e serviços relativos às ações, serviços e contratos de programas relacionados ao Consórcio. Subseção V. DAS DIRETRIZES PARA A REGULAÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO DEVER DE REGULAR E FISCALIZAR O Consórcio exercerá regulação e fiscalização permanente sobre a prestação do serviço público, inclusive quando prestado, direta ou indiretamente, por Município consorciado. § 1º Faculta-se ao Consórcio, por meio de convênio de cooperação com entidade pública, receber apoio técnico para as suas atividades de regulação. § 2º As informações produzidas por terceiros contratados poderão ser utilizadas pela regulação e fiscalização dos serviços. § 3º É garantido ao Consórcio o acesso a todas as instalações e documentos relacionados direta ou indiretamente à prestação do serviço que seja de execução por parte dos entes consorciados. A não obediência à requisição de informações e documentos emitida pelo Consórcio implicará sanção administrativa ao infrator que, sendo de multa, não poderá ser superior à R\$12.000,00 (doze mil reais); e § 4º Incluem-se na regulação do serviço as atividades de interpretar e fixar critérios para a fiel execução dos instrumentos de execução do serviço, bem como para a correta administração de subsídios. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS REGULAMENTOS. Atendidas as diretrizes fixadas neste Protocolo de Intenções, resolução aprovada pela Assembléia Geral do Consórcio estabelecerá as normas de regulação e fiscalização, que deverão compreender pelo menos: I - os indicadores de qualidade do serviço e de sua adequada e eficiente prestação; II - as metas de expansão e qualidade do serviço e os respectivos prazos, quando adotadas metas parciais ou graduais; III - sistemas de faturamento e cobrança do serviço; IV - o método de monitoramento

AUTENTICAÇÃO
Esta folha é a 33 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na data


Oficial / Substituto

dos custos e de reajustamento e revisão das tarifas ou preços públicos;V - os mecanismos de acompanhamento e avaliação dos serviços e procedimentos para recepção, apuração e solução de queixas e de reclamações dos cidadãos e dos demais usuários;VI - os planos de contingência e de segurança; VII - as penalidades a que estarão sujeitos os usuários, consumidores, geradores e os prestadores.Subseção VI.DOS PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS.CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS PLANOS INTERMUNICIPAIS DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DOS PLANOS MUNICIPAIS DE GESTÃO INTEGRADA.O Consórcio deverá elaborar seu Plano Intermunicipal de Resíduos com base nos planos municipais de Gestão integrada de Resíduos Sólidos dos entes consorciados.PARÁGRAFO ÚNICO – Os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de todos os entes consorciados deverão estar em conformidade com o disposto no artigo 19, da Lei nº 12.305/2010.CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS .Os entes consorciados, sem prejuízo do previsto na Cláusula anterior, deverão elaborar seu Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para seus órgãos, classificados como geradores dos resíduos identificados no artigo 13, da Lei nº 12.305/2010

§ 1º O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos deverá ser elaborado em conformidade com o artigo 21 da Lei nº 12.305/2010; e § 2º Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, nelas incluindo o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico, devidamente habilitado, que manterão atualizadas e disponíveis as informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sobre sua responsabilidade.CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO PRAZO PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS. O Consórcio e seus entes consorciados terão um prazo até 30 de julho de 2012 para elaborarem seus respectivos planos.Subseção VII.DAS TARIFAS.CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS TARIFAS.Os valores das tarifas e de outros preços públicos, bem como seu reajuste e revisão, observarão os seguintes critérios: I - a tarifa se comporá de duas partes, uma referida aos custos do serviço local, a cargo dos entes consorciados, e outra referida aos custos do Consórcio, que engloba os custos de prestação dos serviços públicos a seu cargo, dos serviços vinculados e os relativos à reposição e à expansão futura;II - ambas as partes da estrutura de custos serão referenciadas em relatórios mensais de acompanhamento;III - as tarifas serão progressivas e diferenciadas de acordo com a natureza do material coletado; e IV - as tarifas poderão ser reajustadas ou revistas para atender à necessidade de execução de programas de melhorias e ampliação do serviço prestado.PARÁGRAFO ÚNICO – Regulamento adotado pelo Consórcio poderá, caso comprovada a inviabilidade, adotar formas referenciais de cobrança pelo recebimento de lixo de determinada espécie de material coletado, sempre em conformidade com a legislação específica, além do disposto na Lei nº 12.305/2010.Subseção VIII.DA AVALIAÇÃO EXTERNA E INTERNA DOS SERVIÇOS.CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA OBRIGATORIEDADE DA AVALIAÇÃO ANUAL.O serviço público prestado receberá avaliação de qualidade interna e externa anual, sem prejuízo de outras que sejam previstas na regulação do serviço.CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA AVALIAÇÃO INTERNA.A avaliação interna será efetuada pelo próprio Consórcio, por meio de Relatório Anual de Prestação dos Serviços – RAPS, que caracterizará a situação da prestação do serviço e da infra-estrutura, relacionando-as com as condições socioeconômicas em áreas homogêneas, de forma a verificar a efetividade das ações executadas de modo a garantir uma melhor qualidade de vida e de gestão ambiental.PARÁGRAFO ÚNICO – O RAPS será elaborado na conformidade dos critérios, índices, parâmetros e prazos fixados em resolução da Assembléia Geral do Consórcio.CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA AVALIAÇÃO EXTERNA .A avaliação externa do serviço será a cargo dos Municípios consorciados, por Conselho da Cidade ou órgão equivalente e, na falta destes, por qualquer Conselho Municipal e, na falta ainda deste, pelo Conselho de Regulação do Consórcio.§ 1º As atividades de avaliação externa, além das previstas em resolução da Assembléia Geral do Consórcio, compreendem de apreciar e aprovar o RAPS; e § 2º O RAPS, uma vez aprovado, e os resultados da avaliação externa da qualidade do serviço, devem ser encaminhados para os órgãos da Administração Municipal, responsáveis pelo meio ambiente e saúde para sua possível integração nas informações individuais de cada ente Consorciado.Subseção IX.DA RESPONSABILIDADE

DO CONSÓRCIO, DOS GERADORES E COMPARTILHADA. CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DA RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO. O Consórcio como titular dos serviços públicos de manejo, destinação e disposição final de resíduos e rejeitos sólidos, será responsável pela organização e prestação direta ou indireta destes serviços, observados os respectivos Planos Municipais de Gestão integrada de Resíduos Sólidos e as disposições da Lei nº 12.305/2010. § 1º Caso seja estabelecido nos Planos Municipais de Gestão Integrada, compete ao Consórcio: I - adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizados e reciclados oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos; II - implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido; e III - promover a disposição final ambientalmente adequada aos rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos. § 2º Para o cumprimento do previsto no parágrafo anterior, o Consórcio priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação, mediante dispensa de licitação nos termos do inciso XXVII, do Artigo 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE DOS GERADORES DE RESÍDUOS. As pessoas físicas ou jurídicas, identificadas no Artigo 20, da Lei nº 12.305/2010, responsáveis pela geração de resíduos sólidos, deverão remunerar o Poder Público pela não execução das etapas sobre sua responsabilidade. § 1º A contratação dos serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento, destinação final de resíduos, ou de disposição final de rejeitos, não isentará pessoas físicas ou jurídicas referenciadas no Artigo 20, da Lei identificada no caput, por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado, por seus respectivos resíduos ou rejeitos; § 2º O gerador de resíduos sólidos domiciliar terá sua responsabilidade cessada com a disponibilização adequada para a coleta ou quando promover a devolução dos materiais e/ou embalagens, conforme previsão no Artigo 33, da Lei nº 12.305/2010; § 3º Caberá ao poder público, na qualidade de ente consorciado individual ou em Consórcio, atuar, subsidiariamente, com vista a minimizar ou cessar qualquer dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, devendo os responsáveis pelo dano, ressarcir integralmente o Poder Público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas. § 4º O Consórcio, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, poderá encarregar-se das atividades de responsabilidades dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa, dos produtos e embalagens, mediante remuneração previamente acordada com os respectivos geradores; § 5º Os geradores de resíduos, a exceção dos consumidores, deverão manter atualizados e disponíveis ao Consórcio ou aos entes consorciados, informações completas sobre a realização das ações de sua responsabilidade no tocante ao sistema de logística reversa. CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA. No desempenho da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos e rejeitos sólidos, o Consórcio terá responsabilidade compartilhada com os Municípios consorciados, com os Fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e demais esferas da Administração Pública. § 1º Para efeito do Consórcio a responsabilidade compartilhada terá por objetivo: I - Promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para sua cadeia produtiva ou para outras cadeias produtivas; II - Reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos materiais; III - Incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade; IV - Estimular o consumo de produtos derivados, de materiais reciclados e recicláveis; V - Incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental; e VI - Estimular sistemas de logística reversa para os produtos de agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes e seus resíduos e embalagens, lâmpadas fluorescentes, produtos eletroeletrônicos e seus componentes, bem como produtos comercializados, embalagens plásticas, metálicas ou de vidro. § 2º Para efeito de assegurar a implementação e a operacionalização da logística reversa, prevista no parágrafo anterior, o Consórcio ou os Municípios consorciados, entre outras medidas, poderão: I - Implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados, para posterior repasse a origem; II - Disponibilizar postos de entrega de resíduos

reutilizáveis e recicláveis;III - Atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;IV - Incentivar os consumidores a devolver após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, os produtos e as embalagens para aqueles inservíveis;V - Incentivar os comerciantes e distribuidores a efetuar a devolução aos fabricantes ou importadores dos produtos e embalagens inservíveis;VI- Incentivar os fabricantes e os importadores a darem destinação ambientalmente adequada aos produtos e as embalagens reunidos ou devolvidos;VII - Estabelecer sistema de coleta seletiva; e VIII - Instituir incentivos aos consumidores, que participarem do sistema de coleta seletiva, acondicionando adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados e disponibilizando-os separadamente como reutilizáveis e recicláveis, para sua coleta e devolução.Subseção X.DOS RESÍDUOS PERIGOSOS.CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – DOS PROCEDIMENTOS.Na gestão dos resíduos perigosos, o Consórcio deverá, quando for o caso, exigir de empreendimentos ou atividades que gerem ou operem com resíduos perigosos, a comprovação do seu responsável, da capacidade técnica e econômica, além das condições para prover os cuidados necessários ou gerenciamento desses resíduos, bem como a obrigatoriedade do registro como pessoa jurídica no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos.§ 1º O Cadastro das pessoas jurídicas referidas no caput necessita contar com responsável técnico pelo gerenciamento dos resíduos perigosos do seu próprio quadro de funcionários ou contratado devidamente habilitado, cujos dados serão mantidos atualizados no cadastro; e § 2º Sem prejuízo das iniciativas de outras esferas governamentais exigirem de seus geradores, medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos bem como aperfeiçoar o seu gerenciamento.Subseção XI.DOS DIREITOS DO USUÁRIO.CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS.Sem prejuízo de outros direitos previstos na legislação Federal, Estadual, Municipal, neste Protocolo de Intenções e nos regulamentos adotados pelo Consórcio, asseguram-se aos usuários: I – receber instruções e informações sobre a prestação do serviço;II – ter amplo acesso, inclusive por meio da rede mundial de computadores – internet, às informações sobre a prestação do serviço na forma e com a periodicidade definidas pela regulação do serviço, especialmente as relativas à qualidade, receitas, custos, ocorrências operacionais relevantes e investimentos realizados; e III – ter prévio conhecimento:a) das penalidades a que estão sujeitos os cidadãos e demais usuários pela violação aos preceitos que regem os ideais de uma vida saudável e de preservação do meio ambiente;b) das interrupções programadas ou não das rotinas de coleta e reconhecimento do lixo.PARÁGRAFO ÚNICO - O não cumprimento do dispositivo no caput desta cláusula implicará em violação dos direitos do consumidor.CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – DO DIREITO DE RECLAMAR.É direito do cidadão e dos demais usuários do serviço público fiscalizar a atuação do Consórcio e apresentar reclamações.§ 1º O Consórcio deverá receber apurar e solucionar queixas e reclamações dos cidadãos e dos demais usuários, que deverão ser notificados das providências adotadas em até 30 (trinta) dias.§ 2º O Conselho de Regulação do Consórcio deverá receber e se manifestar conclusivamente atendidas pelo Consórcio deverá receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelo Consórcio.CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – DA MOTIVAÇÃO E DA PUBLICIDADE DA ATIVIDADE REGULATÓRIA E DE FISCALIZAÇÃO.O Consórcio é obrigado a motivar todas as decisões que interfiram nos direitos ou deveres referentes aos serviços ou à sua prestação, bem como, quando solicitado pelo usuário, a prestar esclarecimentos complementares em 30 (trinta) dias.§ 1º Aos planos, relatórios, estudos, decisões e instrumentos atinentes à regulamentação ou à fiscalização do serviço deverão ser dados publicidade, dele podendo ter acesso qualquer cidadão, independente de demonstração de interesse, salvo os de prazo certo declarado como sigilosos por decisão fundamentada em interesse público relevante; e § 2º A publicidade a que se refere o §1º desta cláusula preferencialmente deverá se efetivar por meio de “sítio” mantido na rede mundial de computadores – Internet.Subseção XII.DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA ELABORAÇÃO DE PLANEJAMENTO E DE REGULAMENTOS.CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – DO PROCEDIMENTO.A elaboração e a revisão dos planejamentos e regulamentos do Consórcio obedecerão ao seguinte procedimento: I – divulgação e debate da proposta de planejamento ou de regulamento e dos estudos que a fundamentam;II – apreciação da proposta pelo

Conselho de Regulação; e III – homologação pela Assembléia Geral. § 1º A divulgação da proposta de planejamento ou de regulamento e dos estudos que a fundamentam dar-se-á por meio da disponibilização integral de seu teor aos interessados e em audiência pública em cada Município consorciado. A disponibilização integral poderá dar-se por meio da rede mundial de computadores – internet. § 2º O debate efetivar-se-á por meio de consulta pública, garantido o prazo mínimo dos 30(trinta) dias para o recebimento de críticas e sugestões, assegurado a qualquer cidadão o acesso às respostas; § 3º Alterada a proposta de planejamento ou de regulamento, deverá a sua nova versão ser submetida a novo processo de divulgação e debate, a ser concluído no prazo máximo de 120(cento e vinte) dias; § 4º É condições de validade para os dispositivos de planejamentos ou de regulamento a sua explícita fundamentação em estudo submetido à divulgação e debate, bem como a adequada fundamentação das respostas às críticas e sugestões; e § 5º O estatuto deverá prever normas complementares para o procedimento administrativo do Consórcio.

CAPÍTULO III. DO CONTRATO DE PROGRAMA. CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – DO CONTRATO DE PROGRAMA. Ao Consórcio é permitido firmar contrato de programa para prestação de um de serviço por meios próprios, sendo-lhe vedado: I – sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações referentes às atividades de planejamento, regulação e fiscalização; e II – celebrar, em nome próprio ou de ente consorciado, contrato de programa para que terceiros venham a prestar serviços ou projetos associados às atividades de planejamento, regulação e fiscalização.

PARÁGRAFO ÚNICO - O disposto no caput desta Cláusula não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo Consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, pessoal ou de bens necessários à continuidade do serviço transferido.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – DAS CLÁUSULAS NECESSÁRIAS .São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo Consórcio Público as que estabeleçam: I – o objetivo, a área e o prazo da gestão associada de serviço público, inclusive a operadora com transferência total ou parcial de encargos, pessoal e bens essenciais à continuidade do serviço; II – o modo, forma e condições de prestação do serviço; III – os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço; IV – o cálculo de tarifas e de outros preços públicos na conformidade da regulação do serviço a ser prestado; V – procedimentos que garantam transferência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares, especialmente no que se refere aos subsídios cruzados; VI – os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações; VII – os direitos e deveres dos usuários para obtenção do serviço; VIII – a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução do serviço, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las; IX – as penalidades e sua forma de aplicação; X – os casos de extinção; XI – os bens reversíveis; XII – os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por tarifas ou outras receitas emergentes da prestação do serviço; XIII – a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio ao titular do serviço; XIV – a periodicidade em que o Consórcio deverá publicar as demonstrações financeiras sobre a execução do contrato; e XV – o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

§ 1º No caso de a prestação de serviço for operada por transferência total ou parcial de encargos, pessoal e bens essenciais à continuidade do serviço, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam: I – os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu; II – as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos; III – o momento de transferência e os bens deveres relativos à sua continuidade; IV- a indicação de quem arcará com ônus e os passivos do pessoal transferido; V- a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferida e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado; e IV – o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas de tarifas ou outras emergentes pela prestação de serviço.

§ 2º Os bens vinculados ao serviço público serão de propriedade da administração direta do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio pelo período vigente ao contrato de programa; § 3º. Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio para investimentos

AUTENTICAÇÃO
Esta folha é a 35 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na última
Oficial / Dubstítua

na realização do serviço público; objeto do Consórcio ou de Contrato de Programa deverá ser indicado o quanto corresponde ao serviço de cada titular, para fins de contabilização e controle;§ 4º. Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregue como pagamentos ou como garantia de operação de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato;§ 5º A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou de escopo;§ 6º O contrato de programa continuará vigente nos casos de:I - o titular se retirar do Consórcio ou da gestão associada; e II - extinção do consórcio. § 7º Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimentos previstos na legislação.

TÍTULO IV.DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO.CAPÍTULO I.DISPOSIÇÕES GERAIS.CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DO ESTATUTO.O Consórcio será organizado por estatuto cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas do Protocolo de Intenções. § 1º O estatuto será elaborado, aprovado e quando necessário modificado em Assembléia Geral devidamente convocada para este fim, em consonância com o Protocolo de Intenções. § 2º O estatuto poderá dispor sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, procedimento administrativo e outros temas referentes ao funcionamento e organização do Consórcio.

CAPÍTULO II.DOS ÓRGÃOS.CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DOS ÓRGÃOS.O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:I - Assembléia Geral;II - Presidência;III - Vice-Presidência;IV - Diretoria Executiva;V - Conselho Fiscal;VI - Colégio Eleitoral; VII - Conselho de Regulação.

PARÁGRAFO ÚNICO - O estatuto do Consórcio poderá criar outros órgãos, vedada a criação de cargos, empregos e funções remuneradas.

CAPÍTULO III .DA ASSEMBLÉIA GERAL.SEÇÃO I.DO FUNCIONAMENTO.CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO.A Assembléia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os entes consorciados. § 1º Os Vice-Prefeitos e os membros do Conselho Fiscal poderão participar de todas as reuniões da Assembléia Geral com direito a voz; § 2º No caso de ausência do Prefeito, o Vice-Prefeito assumirá a representação do ente federativo na Assembléia Geral, inclusive com direito a voto; § 3º O disposto no § 2º desta cláusula não podendo ser aplicado, será enviado um representante legal designado pelo Prefeito, o qual assumirá os direitos de voz; § 4º O servidor de um Município não poderá representar outro Município na Assembléia Geral nem ocupante de cargo ou emprego em comissão do Estado poderá representar Município. A mesma proibição se estende aos servidores no Consórcio; e § 5º Ninguém poderá representar 02 (dois) consorciados na mesma Assembléia Geral.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DAS REUNIÕES.A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente 02 (duas) vezes por ano, nos meses de abril e outubro, e, extraordinariamente, sempre que convocada. **PARÁGRAFO ÚNICO -** A forma de convocação e funcionamento das Assembléias Gerais ordinárias e extraordinárias será definida em estatuto.

CLÁUSULA QUADRAGÉSSIMA QUARTA - DOS VOTOS.Cada ente consorciado terá direito na Assembléia Geral a um voto, cabendo ao Presidente do Consórcio mais um voto, no caso de empate. § 1º O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade aos servidores do Consórcio ou a ente consorciado; e § 2º O Presidente do Consórcio, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quórum qualificado, votará mais de uma vez apenas para desempatar.

CLÁUSULA QUADRAGÉSSIMA QUINTA - DO QUÓRUM.O estatuto deliberará sobre o número de presenças necessárias para a instalação da Assembléia e para que sejam válidas suas deliberações e, ainda, o número de votos necessários à apreciação de determinadas matérias.

SEÇÃO II.DAS COMPETÊNCIAS.Subseção I.**DO ROL DE COMPETÊNCIAS.CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DAS COMPETÊNCIAS.**Compete à ssembléia Geral: I - homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após 02 (dois) ano de sua subscrição;II - aplicar a pena de exclusão do Consórcio;III - elaborar o estatuto do Consórcio e aprovar as suas alterações;IV - eleger ou destituir o Presidente do Consórcio, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição para um único período subsequente;V - ratificar ou recusar a nomeação ou

destituir os demais membros da Diretoria Colegiada; VI - aprovar: a) o orçamento plurianual de investimentos; b) o programa anual de trabalho; c) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio; d) a realização de operações de crédito; e) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos; f) a alienação e a oneração de bens do Consórcio ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração; VII - propor a criação do fundo especial de universalização do serviço público, formado com recursos provenientes de preços públicos, de taxas, de subsídios simples ou cruzados internos, bem como de transferências voluntárias oriundas da União, do Estado, ou, mediante contrato de rateio, de ente consorciado; VIII - homologar as decisões do Conselho Fiscal; IX - aceitar a cessão de servidores por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio; X - aprovar planos de gerenciamentos e regulamentos do serviço público; XI - aprovar a celebração de contratos de programa, os quais deverão ser submetidos a sua apreciação em no máximo 120 (cento e vinte) dias, sob pena de perda da eficácia; XII - apreciar e sugerir medidas sobre: a) a melhoria do serviço prestado pelo Consórcio; b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas. § 1º Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio mediante decisão unânime da Assembléia Geral, presentes pelo menos a metade mais um dos membros consorciados. No caso de o ônus da cessão ficar com o consorciado. Exigir-se-á, para a aprovação, a metade mais um dos votos, exigida a presença mínima da metade mais dois dos consorciados; § 2º As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelo estatuto.

Subseção II. DA ELEIÇÃO E DA DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE E DA DIRETORIA EXECUTIVA.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DA ELEIÇÃO. O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos em Assembléia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros 30 (trinta) minutos. Somente serão aceitos como candidatos Chefes de Poder Executivo de ente consorciado. § 1º O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal. § 2º Será considerado eleito o candidato que obtiver pelo menos a metade mais um dos votos, não podendo ocorrer a eleição sem a presença de pelo menos a metade mais dois dos consorciados. O candidato segundo mais votado, será eleito Vice-Presidente. § 3º Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado a metade mais um dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os 03 (três) candidatos mais votados. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, considerados os votos brancos. § 4º Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembléia Geral, a se realizar entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente em exercício; § 5º Na falta de ente federativo para compor os órgãos do Consórcio, a função de Vice-Presidente, poderá ser exercida cumulativamente com a Diretoria Executiva.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DA NOMEAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO DA DIRETORIA. Proclamados eleitos os candidatos a Presidente e a Vice-Presidente, ao primeiro será dada à palavra para que nomeie o restante dos membros da Diretoria Executiva os quais, obrigatoriamente, serão Chefes de Poder Executivo de entes consorciados. § 1º Uma vez nomeados, o Presidente da Assembléia indagará, caso presente, se cada um dos indicados aceita a nomeação. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por meio de documento subscrito pelo indicado; § 2º Caso haja recusa do nomeado, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova lista de nomeação; § 3º Estabelecida a lista válida, as nomeações somente produzirão efeito caso aprovadas pela metade mais um dos votos, exigida a presença da maioria absoluta dos consorciados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - DA DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE, DO VICE-PRESIDENTE E DE DIRETOR EXECUTIVO. Em qualquer Assembléia Geral poderá ser destituído o Presidente, o Vice-Presidente ou qualquer dos Diretores Executivos do Consórcio, bastando ser apresentada proposta de censura com apoio de metade mais um dos votos. § 1º Em todas as convocações de Assembléia Geral, deverá constar como item de pauta: "apreciação de eventuais propostas de censura"; § 2º Apresentada a proposta de censura, as discussões serão interrompidas e a mesma será imediatamente apreciada, sobressaltando-se os demais itens da pauta; § 3º A votação da proposta de censura será efetuada após

AUTENTICAÇÃO
Esta folha é a 36 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na última

facultada a palavra, por 15 (quinze) minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao Presidente, Vice-Presidente ou ao Diretor que se pretenda destituir; § 4º Será considerada aprovada a proposta de censura por metade mais um dos votos dos representantes presentes à Assembléia Geral, em votação pública nominal; § 5º Caso aprovada a proposta de censura do Presidente, do Vice-Presidente e/ou até mesmo de ambos simultaneamente, este(s) estará(ão) automaticamente destituído(s), procedendo-se, na mesma Assembléia, à eleição de novo Presidente para completar o período remanescente do mandato; § 6º Na hipótese de não se viabilizar uma eleição de novo Presidente/Vice-Presidente, será designado um pro tempore por metade mais um dos votos presentes. O Presidente/Vice-Presidente pro tempore exercerá as suas funções até a próxima Assembléia Geral, a se realizar entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) dias; § 7º Caso aprovada a proposta de censura apresentada para a função de qualquer Diretor Executivo, ele será automaticamente destituído e, estando presente, aberta a palavra ao Presidente do Consórcio, para nomeação do Diretor que completará o prazo fixado para o exercício do cargo. A nomeação será incontinenti submetida à homologação; e § 8º Rejeitada a proposta de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma Assembléia e nos 60 (sessenta) dias seguintes.

Subseção III. DA ELABORAÇÃO E ALTERAÇÃO DO ESTATUTO. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA – DA ASSMBLÉIA ESTATUINTE. Subscrito o Contrato de Constituição de Consórcio Público, será convocada a Assembléia Geral para a elaboração do Estatuto do Consórcio, por meio da convocação aos Municípios consorciados. § 1º Confirmado o quórum de instalação, a Assembléia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Assembléia e, em ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça: I - o texto do projeto de estatuto que norteará os trabalhos; II - o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado; III - o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de estatuto. § 2º Sempre que recomendar o adiantado na hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local anunciados antes do término da sessão. § 3º Da nova sessão poderão comparecer os entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham também ratificado o Protocolo de Intenções. § 4º O Estatuto preverá as formalidades e quórum para a alteração de seus dispositivos; e § 5º O Estatuto do Consórcio e suas alterações entrarão em vigor após a publicação na imprensa oficial do Estado do Ceará.

Seção III. DAS ATAS. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA – DO REGISTRO. Nas atas da Assembléia Geral, serão registradas: I – por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembléia Geral, indicando o nome do representante e o horário de seu comparecimento; II – de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembléia Geral; e III – a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembléia Geral e a indicação expressa e nominal do voto de cada representante, bem como a proclamação dos resultados. § 1º No caso de votação secreta, a expressa motivação do sigilo e o resultado final da votação, deverão ser registrados em Ata. § 2º Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembléia Geral mediante decisão, na qual se indique expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada pela metade mais um dos votos dos presentes e a ata deverá conter a indicação expressa e nominal dos representantes que votaram a favor e contra o sigilo; e § 3º A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive os anexos, por aquele que a lavrou e por que presidiu os trabalhos da Assembléia Geral.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO. Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembléia Geral será, em até 10 (dez) dias, publicadas no “sítio” que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – Internet.

PARÁGRAFO ÚNICO – Mediante o pagamento das despesas de reprodução, será fornecida para qualquer cidadão, cópia autenticada da ata.

CAPÍTULO IV. DA DIRETORIA. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA – DO NÚMERO DE MEMBROS. A Diretoria é composta por 04 (membros) nela incluída o Presidente. § 1º Nenhum dos Diretores perceberá renumeração ou qualquer espécie de verba indenizatória; § 2º Somente poderá ocupar as atribuições na Diretoria, representante legal de ente federativo consorciado; e § 3º O termo de nomeação dos Diretores e o procedimento para a respectiva posse serão fixados no estatuto.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA – DOS DIRETORES. Mediante proposta do

Presidente do Consórcio, aprovada por metade mais um dos votos da Diretoria, poderá haver re-designação interna de cargos, com exceção do Presidente. CLÁUSULA QUINQUÁGESIMA QUINTA – DAS DELIBERAÇÕES. A Diretoria deliberará de forma colegiada, exigida a maioria de votos. Em caso de empate, prevalecerá o voto do Presidente. PARÁGRAFO ÚNICO - A Diretoria Executiva reunir-se-á mediante a convocação do Presidente. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA – DAS COMPETÊNCIAS. Além do previsto neste Estatuto, compete à Diretoria: I – julgar recursos relativos à: a) homologação de inscrição e de resultados de concursos público; b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação (desclassificação), e homologação e adjudicação de seu objeto; e c) aplicação de penalidades a servidores do Consórcio; II – autorizar que o Consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes; e III- autorizar a dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA – DA SUBSTITUIÇÃO E SUCESSÃO. O substituto ou sucessor do Representante Legal, o substituirá na Presidência, na Vice-presidência ou nos demais cargos da Diretoria Executiva. CAPÍTULO V. DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA – DA COMPETÊNCIA. Sem prejuízo do previsto neste Estatuto, incube ao Presidente: I – representar o consórcio judicial e extrajudicialmente; II – ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas; III – convocar as reuniões da Diretoria Executiva; e IV – zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo Estatuto a outro órgão do Consórcio. § 1º Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Vice-Presidente; e. § 2º Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Vice-Presidente poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente. CAPÍTULO VI. DO CONSELHO FISCAL. CLÁUSULA QUINQUÁGESIMA NONA - DA COMPOSIÇÃO. O Conselho Fiscal é composto por 03 (três) Conselheiros eleitos pelo Colégio Eleitoral Municipal, formado por 02 (dois) representantes eleitos por cada Câmara Municipal. § 1º O Conselho Fiscal será eleito e empossado de 09 (nove) a 06 (seis) meses antes do término do mandato do Presidente do Consórcio; e § 2º Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante proposta de censura aprovada por metade mais um dos votos da Assembléia Geral, exigida a presença de metade mais dois de entes consorciados. CLÁUSULA SEXAGÉSIMA – DO COLÉGIO ELEITORAL. O colégio eleitoral reunir-se-á a pedido do Presidente do Consórcio para formação do Conselho Fiscal. § 1º O Colégio Eleitoral será presidido pelo Presidente eleito entre os indicados e na sua falta pelo mais idoso dos presentes; e § 2º Não se admitirá a candidatura de parentes e afins até o terceiro grau de qualquer dos chefes do Poder Executivo dos entes consorciados. Caso eleito candidato nessa condição, o Colégio Eleitoral, em votação preliminar, deliberará sobre a perda de seu mandato. CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - DA ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL. O Colégio Eleitoral reunir-se-á a pedido do Presidente do Consórcio para a formação do Conselho Fiscal, por meio da indicação de 02 (dois) representantes das Câmaras Municipais de cada um dos entes consorciados. § 1º Nos primeiros 30 (trinta) minutos de reunião, serão apresentadas as candidaturas ao Conselho Fiscal; § 2º As candidaturas serão sempre pessoais, vedada à inscrição ou apresentação de chapas. § 3º Somente poderá se candidatar ao Conselho Fiscal aquele que detenha a qualidade de integrante do Colégio Eleitoral; § 4º A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto secreto, sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato; e § 5º Consideram-se eleitos membros efetivos os 03 (três) candidatos com maior número de votos e, como membros suplentes, os 03 (três) candidatos que se seguirem em número de votos. Em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade. CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA – DA COMPETÊNCIA. Além do previsto no estatuto, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas. PARÁGRAFO ÚNICO - O disposto no caput deste parágrafo não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao Consórcio. CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - DO FUNCIONAMENTO. O estatuto

AUTENTICAÇÃO

Esta folha é a 37 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na última.

Oficial / Substituto

deliberará sobre o funcionamento do Conselho fiscal. PARÁGRAFO ÚNICO - As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembléia Geral. CAPÍTULO VII - DO CONSELHO DE REGULAÇÃO. CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - DA COMPOSIÇÃO. O Conselho de Regulação, órgão de natureza consultiva, será composta por membros da Diretoria Executiva e por representantes de usuários, assegurando-se a estes últimos pelo menos a metade de sua composição. § 1º Os representantes dos usuários serão eleitos em conferência, na conformidade do previsto no Estatuto; § 2º O Presidente do Conselho de Regulação será eleito dentre os representantes dos usuários; § 3º Aos conselheiros é proibido receber qualquer quantia do Consórcio, a que título for, com exceção daqueles que sejam seus empregados; e § 4º O estatuto deliberará sobre o número de membros, prazo de mandato, forma de eleição dos representantes dos usuários e demais matérias atinentes à organização e funcionamento do Conselho de Regulação, assegurados a este o poder de elaborar o seu Regimento Interno. CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - DA COMPETÊNCIA. Além das previstas em estatuto, compete ao Conselho de Regulação aprovar as propostas de Regulamento a serem submetidas à Assembléia Geral, bem como emitir parecer sobre as propostas de revisão e de reajuste de tarifas. PARÁGRAFO ÚNICO - São ineficazes as decisões da Assembléia Geral sobre as matérias mencionadas no caput desta cláusula sem que haja a prévia manifestação do Conselho de Regulação. CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - DO FUNCIONAMENTO. O Conselho de Regulação deliberará quanto presente metade mais um de seus membros e suas decisões serão tomadas mediante voto da metade mais um dos presentes. PARÁGRAFO ÚNICO - As reuniões do Conselho de Regulação serão convocadas pelo Presidente do Consórcio. TÍTULO VI. DA GESTÃO ADMINISTRATIVA. CAPÍTULO I. DOS AGENTES PÚBLICOS. SEÇÃO I. DISPOSIÇÕES GERAIS. CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES REMUNERADAS. Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio os contratados para ocupar os empregos públicos previstos em cláusula do presente documento. § 1º A atividade da Presidência, Vice-Presidência, dos demais membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho de Regulação e de outros órgãos diretivos do Consórcio que venham a ser criados pelo Estatuto, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembléia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante; e § 2º O Presidente, o Vice e demais Diretores, os membros do Conselho Fiscal e de Regulação, bem como os que integram os outros órgãos do Consórcio não poderão receber qualquer quantia do Consórcio, inclusive o título indenizatório ou de compensação. SEÇÃO II. DOS EMPREGOS PÚBLICOS. CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - DO REGIME JURÍDICO. Os servidores do Consórcio não cedidos pelos entes consorciados serão considerados empregados públicos e regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. § 1º O Regimento Interno do Consórcio deliberará sobre a estrutura administrativa do Consórcio, obedecido o disposto neste Protocolo de Intenções, especialmente a descrição das funções, lotação, jornada de trabalho e denominação de seus empregos públicos. 2º A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização da Diretoria Executiva; § 3º Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados. CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - DO QUADRO DE PESSOAL. O quadro de pessoal do Consórcio é composto por 16 (dezesesseis) empregados públicos, na conformidade do Anexo Único deste Protocolo de Intenções. § 1º Com exceção de servidores públicos cedidos para o consórcio, os demais empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos; e § 2º A remuneração dos empregos públicos é a definida no Anexo Único deste Protocolo de Intenções. Até o limite fixado no orçamento anual do consórcio a Diretoria Executiva poderá conceder revisão anual de remuneração. CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA - DO CONCURSO PÚBLICO. Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente e por 02 (dois) Diretores. § 1º Por meio de ofício, cópia de edital será entregue a todos os entes consorciados. § 2º O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio, que o Consórcio mantiver rede mundial de computadores - Internet, bem como, na forma de extrato, na Imprensa Oficial do Estado; e § 3º Nos 30 (trinta) primeiros dias após a publicação do extrato mencionado no parágrafo anterior, poderão ser apresentadas impugnação ao edital, as quais deverão ser decididas aos prazos previstos no art. 41, § 1º, da Lei nº 8.666/93. A íntegra da impugnação e de

sua decisão será publicada no "sítio" que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores - Internet. SEÇÃO III. DAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS. CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA - DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na hipótese de preenchimento de emprego público vago, até o seu provimento efetivo por meio de concurso público. PARÁGRAFO ÚNICO - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público vago e perceberão a remuneração para ele prevista. CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA - DA CONDIÇÃO DE VALIDADE E DO PRAZO MÁXIMO DE CONTRATAÇÃO. As contratações temporárias serão automaticamente extintas com o início do prazo de inscrição no concurso público para preenchimento efetivo do emprego público nos 60 (sessenta) dias iniciais da contratação. § 1º As contratações terão o prazo de até 03 (três) meses; § 2º O prazo de contratação temporária poderá ser prorrogado até o prazo máximo de 01 (um) ano; e § 3º Não se admitirá prorrogação quando houver resultado definitivo de concurso público destinado a prover o emprego público. CAPÍTULO II. DOS CONTRATOS. SEÇÃO I. DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO. CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA - DAS CONTRATAÇÕES POR ÍNFINO VALOR. Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe der causa, todas as contratações diretas fundamentadas nas disposições dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e que não excedem ao valor de 20% (vinte por cento), sem prejuízo do disposto na legislação federal, observarão o seguinte procedimento: I - serão realizadas diretamente as contratações de obras e serviços de engenharia, caso a estimativa de custo não ultrapasse o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) para aquisições e outros serviços, por decisão da Diretoria; II - elementos essenciais do procedimento de compra serão publicados no "sítio" mantido pelo Consórcio de rede mundial de computadores - Internet para que, em três dias úteis, interessados venham a apresentar proposta; III - somente ocorrerá a contratação se houver a proposta de preço de pelo menos 03 (três) fornecedores; IV - nas contratações e aquisições de preço superiores aos previstos no Inciso I desta Cláusula, deverão ser observados os valores triplicados aos estabelecidos nos incisos I e II do artigo 23 da Lei nº 8.666/93, mediante procedimentos licitatórios, todas devidamente homologados pelo Presidente do Consórcio; e V - o Consórcio poderá contratar cooperativas de catadores ou outras formas de associação de catadores para as funções de reciclagem e reutilização dos resíduos sólidos, dispensada licitação em base no inciso XXVII da Lei. 8.666/93. PARÁGRAFO ÚNICO - Por meio de decisão fundamentada, publicada na imprensa oficial em até 05 (cinco) dias, poderá ser dispensada a exigência prevista no inciso III do caput. Por meio do mesmo procedimento poderá a contratação ser realizada sem a abertura do prazo fixado no inciso II do caput. CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE DAS LICITAÇÕES. Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem der causa à contratação, todas as licitações terão a íntegra de seu ato convocatório, decisões de habilitação, julgamento das propostas e decisões de recursos publicadas no "sítio" que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores - Internet. CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA QUINTA - DO PROCEDIMENTO DAS LICITAÇÕES DE MAIOR VALOR. Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem der causa à contratação, mediante procedimento licitatório com custo de valores previstos no inciso IV da Cláusula Septuagésima Terceira, sem prejuízo do disposto na legislação federal, observará o seguinte procedimento: I - a sua instauração deverá ser autorizada pelo Presidente do Consórcio e acompanhada pela Diretoria Executiva; II - a abertura deverá ser comunicada por ofício a todos os entes consorciados, indicando-se ao "sítio" da rede mundial de computadores onde poderá ser obtida a íntegra do ato convocatório; III - de acordo com a modalidade de licitação, o prazo para recebimento das propostas não poderá ser inferior à: a) 05 (cinco) dias úteis, se a estimativa do contrato for igual ou inferior à R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) - Convite; b) 15 (quinze) dias, se superior à R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) e igual ou inferior à R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) - Tomada de Preços; c) 30 (trinta) dias, se superior à 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) - Concorrência; IV - as homologações e adjudicações das licitações previstas no inciso anterior serão realizadas pelo Presidente do Consórcio; e V - o Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento,

AUTENTICAÇÃO
Esta folha é a 38 de um conjunto de 50
objeto da certidão lavrada na últim.

Oficial / Dubstítuta

solicitar esclarecimentos e, por maioria de seus membros, poderá determinar que procedimento licitatório tenha o seu trâmite suspenso, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios. PARÁGRAFO ÚNICO - Na contratação de obras de valor estimado superior à R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), somente será permitido se houver o prévio consenso de pelo menos metade mais um dos entes consorciados. CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA SEXTA - DA LICITAÇÃO TÉCNICA E PREÇO. Somente realizar-se-á licitação do tipo técnica e preço mediante a justificativa subscrita pelo Presidente e aprovada por votação definida no estatuto. PARÁGRAFO ÚNICO - Nas licitações do tipo técnica e preço, o prazo para recebimento das propostas será de, no mínimo, 30 (trinta) dias, facultando-se a apresentação de impugnação ao edital, julgamentos e respostas nos prazos previstos na Lei nº 8.666/93. SEÇÃO II. DOS CONTRATOS. CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE. Todos os contratos de valor superior à R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) serão publicados na íntegra no "sítio" que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores - Internet. PARÁGRAFO ÚNICO - A publicação resumida dos contratos referidos no caput e de seus aditamentos, como condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Consórcio, no prazo e na forma prevista na Lei nº 8.666/93. CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA OITAVA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO. Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo Consórcio. § 1º Todos os pagamentos superiores à R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) serão publicados na Internet e, no caso de obras, da publicação constará o laudo de medição e o nome do responsável por sua conferência; e § 2º O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por maioria de seus membros, poderá determinar que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatório. TÍTULO VII. DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA. CAPÍTULO I. DISPOSIÇÕES GERAIS. CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA NONA - DO REGIME DA ATIVIDADE FINANCEIRA. A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas. CLÁUSULA OCTOGÉSIMA - DAS RELAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE CONSORCIADOS E O CONSÓRCIO. Os entes consorciados somente repassarão recursos ao Consórcio quando: I - tenha contratado o Consórcio para a prestação de serviços, execução de obras ou fornecimento de bens, respeitados os valores de mercado; e II - houver contrato de rateio. § 1º Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio; e § 2º Não se exigirá contrato de rateio no caso de os recursos recebidos pelo Consórcio terem por origem transferência voluntária da União ou do Estado, formalizada por meio de convênio com ente consorciado, desde que o Consórcio compareça ao ato como interveniente. CLÁUSULA OCTOGÉSIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO. Fica o COMARES-UVC sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo, representante legal do Consórcio, inclusive quanto à legalidade e legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncias de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercidos em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio. CAPÍTULO II. DA CONTABILIDADE. CLÁUSULA OCTOGÉSIMA SEGUNDA - DA SEGREGAÇÃO CONTÁBIL. No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares. § 1º Semestralmente, deverá ser apresentado demonstrativo que indique: I - o investido e o arrecadado pela prestação do serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados; e II - a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços. § 2º Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores - internet. CAPÍTULO III. DOS CONVÊNIOS. CLÁUSULA OCTOGÉSIMA TERCEIRA - DOS CONVÊNIOS. Com o objetivo de receber transferência de recursos, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais, de terceiro setor ou privadas, nacionais ou estrangeiras. CLÁUSULA OCTOGÉSIMA QUARTA - DA

INTERVENIÊNCIA. Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos. TÍTULO VIII. DA SAÍDA DO CONSÓRCIO. CAPÍTULO I. DO RECESSO. CLÁUSULA OCTOGÉSIMA QUINTA – DO RECESSO. A retirada de membro do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembléia Geral. CLÁUSULA OCTOGÉSIMA SEXTA – DOS EFEITOS. O recesso não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio. PARÁGRAFO ÚNICO - Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, executadas as hipóteses de: I – decisão da metade mais um dos entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em Assembléia Geral; II – expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação; e III – reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou pela Assembléia Geral do Consórcio. CAPÍTULO II. DA EXCLUSÃO. CLÁUSULA OCTOGÉSIMA SÉTIMA - DA HIPÓTESE DE EXCLUSÃO. São hipóteses de exclusão de ente consorciado; I – a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio; II - a subscrição do Protocolo de Intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembléia Geral, assemelhadas ou incompatíveis; e III – a existência de motivos graves, reconhecidos em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim. § 1º A exclusão prevista no inciso I do caput somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar; e § 2º O estatuto poderá prever outras hipóteses de exclusão. CLÁUSULA OCTOGÉSIMA OITAVA – DO PROCEDIMENTO. O estatuto estabelecerá o procedimento administrativo para aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório. § 1º A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembléia Geral, exigido o mínimo de metade mais um dos votos. § 2º Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, pelo seu Decreto Regulamentar nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007 e demais legislações aplicáveis à matéria; e § 3º Da decisão do órgão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido a Assembléia Geral, o qual não terá efeito suspensivo. TÍTULO IX. DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO. CLÁUSULA OCTOGÉSIMA NONA - DA EXTINÇÃO. A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados. § 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes de gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outras espécies de preços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços; § 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa a obrigações; § 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem; e § 4º A alteração do contrato de consórcio público observará o mesmo procedimento previsto no caput. TÍTULO X. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. CLÁUSULA NONOGÉSIMA – DO REGIME JURÍDICO. O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005; de seu Decreto Regulamentar nº 6.017, de 01 de janeiro de 2007, por seu regulamento; pelo Contrato de Consórcio Público originado pela ratificação do presente Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificação, as quais se aplicam somente aos entes federativos que as emanaram. PARÁGRAFO ÚNICO - O Consórcio por causa natureza, reger-se-á também pelas Leis de nº 11.445/2007, 12.305/2010 e 9.605/1998. CLÁUSULA NONAGÉSIMA PRIMEIRA - DA INTERPRETAÇÃO. A interpretação do disposto neste Protocolo deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, aos seguintes princípios: I - respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelos que o ingresso ou retirada do Consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso; II – solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio; III – eletividade de todos os órgãos dirigentes do Consórcio; IV – transparência, pelo que não negará ao Poder Executivo ou ao

AUTENTICAÇÃO
Esta folha é a 39 de um conjunto de 40
objeto da certidão lavrada na última

Oficial / Dubstituta

Legislativo de cada ente federativo consorciado o acesso a qualquer reunião ou documento de Consórcio; e V – eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade. CLÁUSULA NONAGÉSIMA SEGUNDA – DA EXIGIBILIDADE. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo. TÍTULO XI. DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS. CLÁUSULA NONAGÉSIMA – TERCEIRA – DA DESIGNAÇÃO PRO TEMPORE DE MEMBROS DO CONSELHO DE REGULAMENTAÇÃO. Até a realização da conferência no § 1º da Cláusula Sexagésima Quarta, o Conselho de Regulação funcionará com representantes indicados, em caráter pro tempore, pelos Conselhos Municipais. CLÁUSULA NONAGÉSIMA QUARTA – DA TRANSIÇÃO. Motivada por incapacidade técnica e material, poderá a Assembléia Geral sobrestar por até 04 (quatro) anos a aplicação as normas previstas neste Protocolo acerca da prestação de serviço e respectivos direitos dos usuários, por decisão de metade mais um, desde que presentes metade mais um dos consorciados. CLÁUSULAS NONAGÉSIMA QUINTA – DA CORREÇÃO. A Diretoria Executiva, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos neste Protocolo. PARÁGRAFO ÚNICO - A critério da Diretoria Executiva, os valores poderão ser fixados em valor inferior à aplicação do índice de correção oficial, inclusive para facilitar o manuseio. CLÁUSULA NONAGÉSIMA SEXTA – DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS. O Consórcio poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender prioritariamente desde que aprovadas em Assembléia, as iniciativas de implantação de infra-estrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de matérias reutilizáveis e recicláveis, formadas por pessoas de baixa renda. PARÁGRAFO ÚNICO - Deverão ser respeitadas as limitações da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). CLÁUSULA NONAGÉSIMA SÉTIMA – DAS PROIBIÇÕES. Para efeito do Consórcio e de seus entes consorciados são proibidas: § 1º As seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: I – lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; II – lançamento in natura, a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; III – queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; e IV – outras formas vedadas pela legislação. § 2º São também proibidas as seguintes atividades nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos: I – utilização dos rejeitos dispostos como alimentação; II – catação; III – criação de animais domésticos; IV – fixação de habitações temporárias ou permanentes; e V – outras atividades vedadas pela legislação. § 3º A importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, a saúde pública e animal e a sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, re-uso, reutilização ou recuperação. CLÁUSULA NONAGÉSIMA OITAVA – DA REPARAÇÃO DE DANOS. Sem prejuízo da obrigação de indenizar, independente da existência de culpa e, mesmo havendo a recuperação dos danos causados por ação ou omissão de pessoas físicas ou jurídicas, mas que importem na inobservância aos preceitos da legislação brasileira em vigor, o Consórcio participará aos órgãos de controle ambiental para que estes apliquem aos infratores as sanções penais e administrativa e conformidade com a Lei. Nº 9.605/1998. CLÁUSULA NONAGÉSIMA NONA – DA OPERACIONALIDADE DE ATERRO. A operacionalidade do aterro para efetiva disponibilidade final adequada dos rejeitos deverá ser implantada até 30 de julho de 2014. TÍTULO XII. DO FORO. CLÁUSULA CENTÉSIMA – DO FORO. Para dirigir eventuais controvérsias deste Protocolo de Interações e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro da sede do Consórcio. Cascavel – CE, 14 de setembro de 2010. MUNICÍPIO DE BEBERIBE. MUNICÍPIO DE CASCAVEL. MUNICÍPIO DE PINDORETAMA.

ANEXO ÚNICO

liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador Financeiro / AASP; efetuar transferência para mesma titularidade; emitir cheques; receber, passar recibo e dar quitação; endossar cheque; baixar cheques; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; emitir comprovantes e encerrar contas de depósito. Nada mais havendo a tratar, eu, Sr. Laércio Queiroz Gomes, Secretário nomeado pelo Presidente do Consórcio para esta reunião. Por não haver nada mais a tratar, encerrou-se a reunião da AGE, da qual se extraiu a presente Ata, que vai por mim e por todos os demais presentes assinada, após leitura e com ciência firmada. Cascavel (CE), 20 de dezembro de 2016. Valdemar Araújo da Silva Filho. Presidente COMARES – UCV. Michele Cariello de Sá Queiroz Rocha. Vice – Presidente COMARES – UCV. Francisca Ivonete Mateus Pereira. Prefeitura Município de Cascavel. Laércio Queiroz Gomes. Secretário da Assembleia Geral Extraordinária – AGE. Clodoaldo Monteiro Uchôa. Membro da Diretoria Executiva – COMARES – UCV. Rebeca Santos Lima de Wilson. Membro da Diretoria Executiva – COMARES – UCV. Paulo Henrique Silva Coelho. Secretário-Executivo – COMARES – UCV. Está conforme Dou fé. Cascavel-Ce., 22 de dezembro de 2016. subscrevo.///////

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS 1º OFÍCIO
Certifico que do Registro do Livro A - 01-322
B-02 não consta nenhum outro lançamento além
dos que figuram na presente cópia que confere com o
original existente no arquivo deste cartório e referido
é verdade. Dou fé. Cascavel - CE, 22 de 12 de 2016.

Oficial / Substituto (a)

